

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JORGE ANTÔNIO MONTEIRO DE LIMA

**UM ESTUDO SOBRE OS DEFICIENTES NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE GOIÁS**

GOIÂNIA  
2013

JORGE ANTÔNIO MONTEIRO DE LIMA

## **UM ESTUDO SOBRE OS DEFICIENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Antropologia Social

Linha de Pesquisa: Corpo, representações e demarcadores sociais da diferença.

Orientador: Profa. Dra. Maria Luiza Rodrigues Souza.

GOIÂNIA  
2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)  
GPT/BC/UFG**

L732e Lima, Jorge Antônio Monteiro de.  
Um estudo sobre os deficientes na Universidade Federal de Goiás [manuscrito] / Jorge Antônio Monteiro de Lima. - 2014.  
xv, 138 f. : il., figs, tabs.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Luiza Rodrigues Souza.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2014.

Bibliografia.  
Inclui lista de abreviaturas, siglas e tabelas.  
Apêndices.

1. Deficientes – Universidade – Goiás 2. Deficientes – Sociedade 3. Deficientes – Preconceito 4. Antropologia social I. Título.

CDU: 378.4-056.26

JORGE ANTÔNIO MONTEIRO DE LIMA

**UM ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DOS DEFICIENTES NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Maria Luiza Rodrigues Souza  
Presidente – FCS – PPGAS - UFG

---

Prof. Dr. Prof. Régis Henrique Silva  
Diretor do Núcleo de Acessibilidade - UFG  
Convidado externo

---

Prof. Dra. Telma Camargo da Silva  
PPGAS - UFG

---

Suplente Prof. Dra. Janine Collaço

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Maria Luiza Rodrigues Souza, por ter acreditado desde o início neste projeto.

A meus colegas do mestrado pelo suporte e auxílio.

Aos diversos professores do Programa de Mestrado em Antropologia, que acabaram por colaborar com as ideias que em vários momentos dividimos; agradeço-lhes pela sensibilidade e por compreenderem as dificuldades inerentes a quem estuda, sendo deficiente.

Aos membros do Núcleo de acessibilidade e a todas as pessoas que participaram desta pesquisa.

A meus pequenos Matheus, Luisa e Clara, pelo carinho, amor e dedicação.

Ao sistema de financiamento Reuni, por viabilizar a bolsa durante o mestrado.

## RESUMO

Nesta pesquisa tento analisar como é a vida de deficientes em um determinado espaço da sociedade, no Campus Universitário. Deste modo emprego a idéia da representação em uma tentativa de compreender como deficientes são vistos e se vêem, em um tom comparativo proposto pela área da antropologia social.

Assim, tento analisar como é construído o conceito e a categoria das chamadas deficiências, sua constituição e discursos que delimitam o estado de ser deficiente. Analiso ainda como é assimilada a idéia de noção de pessoa e do uso das técnicas do corpo noções de Marcel Mauss. Apresento como é formada a idéia da pessoa deficiente e seus desdobramentos. Mostro como é feito o jogo social, evidenciando as diferenças em uma sistematização discursiva ideologicamente impregnada.

O corpo evidencia a demarcação social das diferenças, transcendendo sua significação a um discurso social de estereotipia, criando barreiras físicas e atitudinais. Ao longo do texto as políticas públicas e setoriais, as ideologias e o preconceito serão elementos discutidos e evidenciados neste trabalho.

**Palavras-chave: deficientes, preconceito, imaginário e antropologia social.**

## **ABSTRACT**

This research try to analyze how the lives of disabled people in a given space of society, in a University Campus. In this research work the idea of representation in an attempt to understand how disabled people are seen and see themselves in a comparative tone proposed by the field of social anthropology.

This research try to analyze how is built the concept and category of calls disabilities, their constitution and discourses that define the state of being poor. Further analyze how assimilated the idea and notion of the person using the techniques of the body notions of Marcel Mauss. Present how the idea formed of a disabled person and their consequences. Show how the social game is done, showing the differences in an ideologically imbued discursive systematization.

The body shows the demarcation of social differences transcending its meaning to a social discourse of stereotyping creating physical and attitudinal barriers. So if research shows the content of the stereotype imagery that shape discourses, social practices, and public sector policies, ideologies and prejudice elements that are evident throughout this work.

**Keywords: disabled, prejudice, imaginary and social anthropology.**

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	07
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>CAPÍTULO 1. Esse teu olhar - O campo questões metodológicas</b> .....	16
1.1 O ESPAÇO E A TEMPORALIDADE .....	19
1.2 OS SUJEITOS DE MINHA PESQUISA .....	22
<b>CAPÍTULO 2. O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE</b> .....	29
2.1 O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA .....	35
<b>CAPÍTULO 3. A PESSOA DEFICIENTE</b> .....	65
3.1 COMO DEFICIENTES SÃO VISTOS .....	84
3.2 COMO DEFICIENTES SE VEEM .....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	103
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	113
<b>APÊNDICE</b> .....	125
APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	126
APÊNDICE 2 – Roteiro de Entrevista 1 .....	127
APÊNDICE 3 – Roteiro de Entrevista 2 .....	128
APÊNDICE 4 – Os sujeitos da nossa pesquisa .....	130

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e de Problemas Relacionados à Saúde
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SUS	Sistema Único de Saúde
UFG	Universidade Federal de Goiás

# INTRODUÇÃO

Velho Cego

Choravas Velho cego, choravas quando a tua vida  
era boa, e tinhas em teus olhos o sol:  
mas se tens já o silêncio, o que é que tu esperas,  
o que é que esperas, cego, que esperas da dor?

No teu canto pareces um menino que nascera  
sem pés para a terra e sem olhos para o mar  
como os das bestas que por dentro da noite cega  
- sem dia ou crepúsculo - se cansam de esperar.

Porque se conheces o caminho que leva  
em dois ou três minutos até à vida nova,  
velho cego, que esperas, que podes esperar?

Se pela mais torpe amargura do destino,  
animal velho e cego, não sabes o caminho,  
eu que tenho dois olhos to posso ensinar.

Pablo Neruda, in "Crepusculário".  
Tradução de Rui Lage Tema

O estudo desenvolvido nesta pesquisa sobre as deficiências apresenta uma hipótese de análise que tenta compreender como é construída a categoria das pessoas com deficiência. Em que bases é constituída a formação da imagem da pessoa deficiente e sua identidade em um ambiente universitário? Como este grupo de pessoas deficientes se autodenomina, se percebe, como é sua adaptação, como são suas vivências e seus objetivos? Como é sua realidade na vida cotidiana?

Partindo da ideia da noção de pessoa, da Antropologia e Sociologia de Marcel Mauss (1938), este estudo busca analisar como é a pessoa deficiente e em que bases fundamentam-se suas vivências em um ambiente universitário.

Como recorte nesta pesquisa, houve como limite a estudar os deficientes dentro da Universidade Federal de Goiás (UFG), no Campus Samambaia. Ali existem matriculados cerca de quarenta deficientes. Tal recorte possibilitou perceber uma realidade distinta, que espelha a vida de pessoas com deficiência e como é estruturada sua identidade, como é articulada sua vivência em um determinado espaço da sociedade.

A ideia central desta pesquisa se fundamenta no conceito de representação social, tomando como ponto de partida principal como as pessoas estudadas se veem e são vistas em sociedade. A partir de estudos propostos por Jodelet (1989) e Arruda (2005) e estudos da Antropologia e das Ciências Sociais, este trabalho tem por objetivo lançar um olhar antropológico aos modos de representação da deficiência na Universidade Federal de Goiás.

O conceito de deficiência refere-se a uma terminologia jurídica e da área de saúde, adotada no Brasil a partir de convenções internacionais que tornaram-se legislação (aspecto a ser apresentado no capítulo 2) e que caracterizam especificamente todo um processo de identidade, de sociabilidade, de cidadania, partindo de referenciais estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), podendo ser definido sinteticamente como "ausência, comprometimento ou disfunção de estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica." (LIMA, 1999). A definição do que é ser deficiente foi uma convenção internacional delimitada pela OMS e que posteriormente foi integrada no Brasil. É possível dividir em cinco grandes grupos os deficientes:

- 1) Físicos (portadores de dificuldade locomotora ou motora);
- 2) Auditivos (portadores de dificuldade de audição e fala);
- 3) Visuais;
- 4) Mentais (portadores de síndromes como autismo, Síndrome de Down / mongolismo);
- 5) Entes com deficiência múltipla (pessoas que apresentam mais de um tipo de deficiência).

Esses elementos acima apresentados fazem parte da conceituação do que são as deficiências, a partir de convenções internacionais estipuladas pela área de saúde e que foram posteriormente empregados em outros segmentos da sociedade, ideia também apresentada por Gesser (2010).

Neste trabalho foi utilizado o método de pesquisa de orientação etnográfica de Magnani (2009), que mostra a ampliação da metodologia de pesquisa, juntamente com a observação participante de Malinowski (1922), esse último focando seu trabalho na observação dos imponderáveis da vida cotidiana.

O teor comparativo entre categorias e as formas distintas de vivências (BROWN, 1952) foi outro aspecto básico neste estudo. Foi comparada a visão distinta de como deficientes se veem e como são vistos.

Na pesquisa de campo foram entrevistadas 24 pessoas, entre professores, funcionários e estudantes. Dessas, quatorze pessoas eram deficientes e dez pessoas eram não deficientes. Das entrevistas, onze foram feitas na íntegra; outras três, a sujeitos deficientes com a comunicação comprometida, foram feitas apenas algumas perguntas mais objetivas, decisão justificada pela dificuldade de comunicação. Além disso, por mais de um ano foi desenvolvido o pré-campo e o trabalho de campo, num exercício de interação e observação do espaço e da ambiência, da interação dos deficientes com o espaço da universidade (campo e questões metodológicas serão apresentadas no capítulo 1).

Nesta pesquisa foi analisada a constituição da categoria dos deficientes, e, no desdobramento natural deste estudo, são analisados também eixos temáticos como os de saúde e doença, de normalidade e anormalidade, e de corpo como demarcador social das diferenças, temas que emergiram após a análise dos dados coletados, a partir das entrevistas e pesquisa de campo, bem como na revisão bibliográfica desenvolvida. Todas as vivências desta pesquisa apontam para um estado paradoxal e antagônico apresentado entre legislação, regras sociais e as suas práticas. Assim, foi encontrada muita confusão e realidade discrepante, entre narrativas e discursos que se contradizem em uma complicada sobreposição, evidenciando a complexidade da realidade vivida pelos deficientes. Por quê? Qual o sentido de todo este antagonismo? Por que em várias condições existe sobreposição de discursos em um sentido de contradição?

O Brasil tem uma imensa população de deficientes, aproximadamente 45 milhões de pessoas (23,9% da população geral). Existe uma necessidade de maior compreensão da realidade vivenciada por essas pessoas, e, como pode ser observado, há ainda uma ampla ausência de estudos e de aprofundamento para a compreensão dessa realidade, sendo esse um dos pontos motivadores desse estudo, tendo como hipótese inicial a percepção desse grupo como um grupo subalterno no Brasil.

Dados do governo brasileiro, obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 2000 e 2010, apontam no censo demográfico de

2000 a existência de 24,5 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência (GESSER, 2010, pag 06).

Em 2012 foram divulgados outros números fornecidos pelo IBGE do censo demográfico de 2010, que aponta o número aproximado de brasileiros em 191 milhões de pessoas. Desse número, mais de 45 milhões de brasileiros (ou 23,9% da população) têm alguma deficiência; 9,5 milhões são idosos (67,7% dos idosos apresentando algum tipo de deficiência).

Dessa população deficiente 25,8 milhões são mulheres; 19,8 milhões são homens. 23,6% da população ocupada (trabalhando) - 20,4 milhões do total de 86,4 milhões de brasileiros ocupados tinha ao menos alguma deficiência. A deficiência visual é a mais comum entre os brasileiros e atingiu 35,8 milhões de pessoas, sendo que 506 mil são cegos; seis milhões de pessoas têm grande dificuldade visual (visão subnormal) e outras 29 milhões possuem "alguma dificuldade" para enxergar. A segunda maior população de deficientes no Brasil é a motora, atingindo 13,3 milhões de pessoas, sendo que dessas, 734 mil são incapazes de se locomover; 3,6 milhões têm grande dificuldade de locomoção e 8,8 milhões têm alguma dificuldade. Há ainda os deficientes auditivos, representados por 9,7 milhões de pessoas, e os mentais (ou deficientes intelectuais) compreendendo 2,6 milhões de pessoas (MELO, 2012).

A diferença numérica expressiva em uma década é impressionante levando ao questionamento do motivo de em nosso território ter havido um aumento tão expressivo de ocorrências, dobrando o número de pessoas com deficiência. Os dados haviam sido subestimados pelo governo? Essa população deficiente estava oculta?

O critério utilizado pelo IBGE, recomendado pela OMS, para o levantamento desta estatística, foi o da Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF), ano 2001 (GESSER, 2010). Analisando os dados, chama a atenção o fato de que nossa realidade na área das deficiências caracteriza o Brasil em situação de subdesenvolvimento, visto que estamos acima da média de países em desenvolvimento (que apresentam ou deveriam apresentar o número das pessoas com algum tipo de deficiência representando entre 12 e 15% da população total, segundo dados da Organização das Nações Unidas – ONU). Esse não é o caso do Brasil, pois apresentamos a cifra de mais de 23,9% da população composta de

peças deficientes. Tal critério estatístico de funcionalidade para avaliação, usado pelo IBGE, é uma normativa internacional, uma convenção que faz parte dos acordos internacionais adotados pelo Brasil na década de 1990, a partir de convenções da ONU. Neste estudo pretende-se entender por que ocorrem discrepâncias, divergências entre dados apresentados, entre o que é o discurso oficial do governo sobre as deficiências e a vida prática, a realidade do que é realmente vivenciado em um pequeno grupo de pessoas que chegam à universidade. Como vivem essas pessoas, o que fazem, se existem ou não dificuldades é o que se procurou averiguar nesta pesquisa. Além disso, dados foram cruzados, contrastando a visão que os deficientes têm de si, como se veem e como são vistos, evidenciando essa realidade no jogo social.

Nesta pesquisa ainda é apresentada como hipótese o fato de que tanto o conceito quanto a construção da imagem da pessoa deficiente são criados não pela realidade que a pessoa com deficiência vive, mas por uma ampla estereotipia, por estigmas e marcas desenvolvidas por toda uma estrutura social; por margens e referências adotadas em discurso, nas práticas sociais, em crenças e tradições, em sistema de ideologia que distorce a realidade vivida pelos deficientes. É o que se pretende investigar e comprovar ao longo deste estudo. Assim, pretende-se mostrar que a ideologia que circunda os deficientes tem teor de imaginário, articulada para fins específicos.

Nesta pesquisa foram empregadas várias estratégias para coleta de informações. Primeiro por uma revisão bibliográfica acerca desse objeto de estudo. Material científico, teses de mestrado, doutorado, teses de conclusão de curso, vários materiais culturais foram emergindo. Artigos de jornal, documentários, indicação de livros, de fragmentos de textos fizeram parte dessa incursão, orientada pelos estudos de Antropologia Social. Além da revisão bibliográfica importante nesta pesquisa, outros dois instrumentos de coleta de informações se fizeram presentes: entrevistas individuais e observação participante, seguindo o modelo proposto por (MALINOWSKI, 1922) e a proposta do método de pesquisa de orientação etnográfica (ROCHA ECKERT, 2008; MAGNANI, 2009).

Antes de chegar ao Mestrado em Antropologia Social da UFG fiz vários outros cursos como aluno ouvinte. Meu objetivo de estudo é compreender o universo dos deficientes, tentar entender como é constituído o jogo dos papéis sociais, como isso

se desdobra na estereotipia e se, por fim, cria ou não uma estrutura de fronteira social.

Profissionalmente atuo como analista e psicólogo clínico e diariamente vejo como margens sociais são criadas e como isso se desdobra na vida das pessoas, muitas vezes sem que essas tenham tal percepção, especialmente quando tais rótulos aparecem no jogo de poder da sociedade.

Atuando na área de saúde mental, com pacientes psiquiátricos em casos de esquizofrenia, transtorno bipolar, depressão, tendência suicida ou em casos de forte crise afetiva, me é familiar ver como identidades são construídas a partir de rótulos; como ocorre a identificação do indivíduo a partir de papéis sociais já especificados por normativas impostas pela sociedade, como no caso de diagnósticos. E esse foi o motor, o alimento da curiosidade científica que me impregnou. Nesse sentido, vejo que o diálogo entre a psicanálise e seus desdobramentos e a antropologia e as ciências sociais pode ser bastante fecundo, por exemplo, analisando ideologias e sua constituição a partir de estereotipia, caso bem presente na realidade dos deficientes, tema que apresentarei ao longo deste trabalho.

A recorrência sobre a temática do corpo, que aparece no capítulo 3 neste estudo, ocorre evidenciando que o corpo é o demarcador social das diferenças. O corpo da falta, corpo da diferença, corpo que incomoda, corpo invisível são alguns dos temas invariavelmente encontrados durante toda a pesquisa, no trabalho de campo.

A ligação entre o corpo e aspectos da identidade, a ligação entre o processo de identificação e as diversas formas discursivas; as ideias de autoconceito, autoimagem assim, aliam-se à temática de corpo, desenvolvendo-se e desdobrando-se na temática da representação em um ciclo de retroalimentação. Identificar-se com ser deficiente foi o ponto chave para a construção deste projeto de pesquisa, na escolha dos sujeitos deficientes entrevistados. Da ideia subjetiva de corpo e corporalidade aos conceitos sociais e suas tradições, um desdobramento. Assim foi falado neste trabalho de um corpo simbólico carregado de valores, crenças; de um imaginário coletivo que delimita o conceito do que é ser deficiente, conceito criado pela diferenciação corporal, ao cruzar essa temática com a visão de pessoas não deficientes em tom comparativo sobrepondo-se as visões.

Alguns autores mais específicos formataram a discussão nesta pesquisa: Marcel Mauss, com a teoria do corpo, noção de pessoa, fato social total; Foucault e Rita Amaral, com a discussão de normalidade e anormalidade; vários autores da antropologia pós-colonial como Spivak (2000), Zizek (1999) sobre fronteiras sociais e formas de criação de margens sociais pela ideologia. Ainda foram usadas partes da ideia de sujeito posicionado dos referenciais de estudo de gênero nos estudos feministas como os de Haraway (1991), que evidenciam a construção da diferença na sociedade. É questionado nesta pesquisa se existe uma forma análoga, na delimitação de fronteira social a partir de diferenciação de corpo e sua funcionalidade. Por fim, foram empregados alguns autores da psicologia, psicologia social, como Jodelet (1989) e Arruda (2005), da psicanálise e seus desdobramentos, como C. G. Jung (1912, 1919, 1928) e Hilmman (1986), bem como autores que empregam sua obra no campo das ciências sociais e que são usados neste estudo, mostrando que tanto na antropologia quanto na sociologia há um interesse e pontes metodológicas já desenvolvidas.

Meu interesse de pesquisa sobre as deficiências é antigo. Em 1999, publiquei meu primeiro livro acerca do tema, com o título: Tirésias a busca da doença e o encontro com a saúde, pela editora Vetor, de São Paulo. O livro foi um desdobramento natural a partir da tese de conclusão de curso em minha pós-graduação na área analítica. A obra refletia acerca da vida dos deficientes sob o ponto de vista psicológico.

Tornei-me deficiente visual no ano de 1992, vítima de um procedimento cirúrgico mal sucedido feito em Havana, Cuba. Como milhares de outros brasileiros, fui vítima de um estelionato no qual vários deficientes foram usados como cobaia humana. Na altura, Cuba desenvolveu um amplo marketing na área de saúde, criando um sistema de turismo de saúde para o tratamento de doenças como o vitiligo, retinose pigmentar, problemas ortopédicos. A mídia brasileira adotou a ideia, que até hoje é visível, falando de Cuba como um país cuja medicina é desenvolvida. Porém, como eu, várias pessoas foram lesadas em um processo de charlatanismo. Chamo de charlatanismo pelo fato de existir toda uma estrutura de propaganda enganosa, que prometia melhoras e cura em tratamentos de saúde, usando pessoas como cobaias humanas, estrutura que visava lucro sem o retorno específico. Ao longo dos anos conheci vários colegas que, como eu, foram vítimas desse processo,

nenhum deles com melhora. Assim me tornei deficiente e comecei a entender e a vivenciar os processos de diferenciação social, a perceber como direitos são cerceados, e como na sociedade ocorre o silêncio, mediante o uso de pessoas como objetos para enriquecimento ilícito, coesão no como isto torna-se políticas de estado, e no como há o forjar de discursos que acabam por tornar a pessoa deficiente seu próprio algoz... o que deu errado é culpa do próprio indivíduo. Embora não entre em maiores detalhes sobre os processos do uso de deficientes como cobaias humanas neste trabalho, foi a partir da vivência deste processo, que sofri, que comecei a me atentar na ideia de uma intensa diferenciação social, da existência de margens criadas por políticas de estado.

Desenvolver uma pesquisa em antropologia sendo cego foi um desafio, na medida em que ao mesmo tempo em que fazia pesquisa, também era um aluno, vivenciando uma realidade distinta.

Este trabalho se divide em três capítulos, sendo que no primeiro são discutidos os dilemas enfrentados como pesquisador, como se deram as negociações com os interlocutores e interlocutoras, os espaços e as ambiências, abarcando ainda um pouco da metodologia empregada na pesquisa de campo.

No capítulo dois é apresentado o núcleo de acessibilidade (entidade da Universidade que dá suporte aos deficientes que ali estudam), e é feita uma análise da legislação existente em uma visão da Antropologia, cruzando-a com elementos colhidos em campo. Ainda são mencionados os eixos temáticos encontrados, como saúde e doença, normalidade e anormalidade.

No capítulo 3 é mostrado como é a ideia da pessoa deficiente, seguindo Marcel Mauss (1938), e mostrado como deficientes são vistos e se veem. Ainda seguindo Mauss, é tratado o corpo como demarcador social das diferenças. Por fim, na conclusão, são mostrados os resultados alcançados e é tratado o tema mais recorrente de toda pesquisa, segundo nossos entrevistados, o preconceito.

## CAPÍTULO 1. Esse teu olhar - O campo questões metodológicas

"Esse teu olhar  
Quando encontra o meu  
Fala de umas coisas que eu não posso acreditar...  
Ah, se eu pudesse entender,  
O que dizem os seus olhos."  
Tom Jobim

“Às vezes nem mesmo eu entendo o que acontece. Sei que as pessoas me olham diferente. Você percebe que meu português não é dos melhores. A gente não aprende direito o português por causa de nossa história de vida. É como se vivesse noutro mundo, como se fosse estrangeiro no próprio lugar que vivo. Existem diferenças sutis, começando pela nossa comunicação, percepção, e até mesmo nossa forma de sentir e viver o mundo. Sinto que sou como todo mundo, estudo, trabalho, quero casar, ter filhos, faço esporte, tenho amigos, estou aqui estudando por que quero melhorar meu padrão de vida. Tenho meu mundo ao mesmo tempo que vivo no seu..”. (S., deficiente auditivo, estudante)

As pessoas nem sempre entendem como é que vive uma pessoa com deficiência. Elas acham que há um mundo à parte e que nele vivemos. Eu não sou diferente de ninguém, mas na vida, as pessoas dizem que sou diferente. Isto porque não enxergo. Eu tento fazer de tudo que está ao meu alcance, encontro várias dificuldades e barreiras e tento superar. Mas o que me incomoda é o fato de acharem que tenho preguiça, má vontade, ou que não faço como os outros porque não tenho vontade. Isto dói, magoa, revolta. Pouca gente percebe o quanto “ralamos” pra dar conta de chegar até aqui, na universidade. Ainda temos de fazer o sacrifício de dar conta de permanecer, que é outra luta. Muitos desistem. Tem diferença entre o que é pregado, o que dizem que fazem, e o que realmente é feito. Mas isso é em toda parte. Deficiente se quiser sobreviver tem de lutar, lutar muito senão se acomoda. Eu sou a única deficiente em minha área estudando. Quero insistir, mesmo com muita gente me desanimando, falando que não tem jeito, que não vou dar conta. Pra mim é um desafio me superar e superar as dificuldades, não desistir... (J., deficiente visual, estudante)

A vida me convidou a um projeto paradoxal de pesquisa. Eu, cego, portador de deficiência visual, tentando compreender a construção do olhar, como deficientes se veem e são vistos em uma universidade. Este meu processo de existir, por si, já é conflituoso. Primeiro, porque falo de uma alteridade próxima, pesquisando uma realidade comum em minha existência. Segundo, porque tenho de fazer pesquisa em antropologia usando de outros recursos, como método etnográfico, ressaltando a audição, o tato, outras percepções conforme as descritas por Crapanzano (2005) e que serviram de preceitos para o desenvolvimento deste trabalho. Pelo fato de ser um cego me aventurando na pesquisa em etnografia na antropologia, embora fale

de olhar e olhares diversos, não posso utilizar de mim mesmo no processo de pesquisa para a captação das impressões que devem nortear meu trabalho. Tatear no escuro e abrir fronteiras, "se eu pudesse entender o que dizem teus olhos...".

Meu fazer etnográfico assim tornou-se diferenciado. Primeiro porque não podia ver meu campo. Para o reconhecimento desse universo distinto busquei outros meios para a interação, análise e pesquisa. Por ser músico, a audição tornou-se meu maior instrumento para tudo: locomoção, interação, análise de ambientes, até para a construção desta pesquisa por meio de programas de acessibilidade em informática, que utilizei, tanto em minhas leituras dos livros e textos digitalizados, quanto para a escrita. Meu mundo é feito de sons e as imagens posteriores criadas pela imaginação tornam-se um segundo plano. Minhas "fotografias" de espaço, de pessoas, do tempo, retratam apenas as construções que fiz e desenvolvi a partir da audição, que como já posicionei, me é tão rica. Assim desenvolvi a construção de "cenários", de "cenas" e "estruturas" presentificadas que retrato neste capítulo. Na antropologia social existe uma ampla exploração dos recursos visuais, como no descrito por Godolphim (1995), o valor do documento, do registro. Porém, tive de fazer outra investida, focando no discurso, nas narrativas, na oralidade, na fala dos sujeitos.

Além de ouvir o mundo, dei prioridade à linguagem afetiva de meus interlocutores. Como cada indivíduo "sente" o mundo? Qual a emoção que está por trás de suas percepções? Por minha forma de ser não conseguiria ater-me à linguagem formal restrita à teorização racionalista. Assim, em vários momentos acentuo, posicionando claramente esse universo subjetivo captado em nosso trabalho, ao qual dei certa prioridade. Ressalto o subjetivo, a singularidade das impressões colhidas em campo, falando de emoções. Tons de voz, formas de expressar, soluços e risadas fazem parte do que colhi e priorizei em campo nesta pesquisa.

Neste capítulo descrevo como foram minha entrada em campo, a metodologia empregada, os questionamentos que fiz, as impressões que tive ao longo da pesquisa. Neste sentido, aqui a reflexão é apresentada em primeira pessoa, refletindo minha experiência enquanto pesquisador. Em alguns pontos, porém, mostro que muito do que vivenciei não é um elemento de minha vivência pessoal, o que descrevo faz parte das vivências dos sujeitos deficientes que entrevistei, e

também parte do que colhi em revisão bibliográfica. Como exemplo, a diferença do uso da percepção, as diferenças cognitivas de percepção e comunicação, descritas por (SMITH; ANDRESEN, 2004), que tornam singular a vivência dos deficientes, com formas específicas de integração e identidade. O fato de vivenciar a ideia de alteridade próxima foi evidente nesta pesquisa. Ser um deficiente estudando a vida dos deficientes foi algo extremamente questionado. Decantar o que pertencia a minha experiência pessoal, do que era vivido pelos sujeitos que entrevistei foi meu maior desafio.

O conceito de alteridade próxima empregado pelas Ciências Sociais na Antropologia é básico em nossa pesquisa. Desenvolvemos um estudo de Antropologia que "se faz perto de casa". Para isso é preciso explicar um pouco desse processo de análise e investigação. Sou parte integrante de meu objeto de pesquisa. Como deficiente visual, estudo a realidade dos deficientes, tornando minha metodologia um tanto peculiar, assim como este mesmo processo existe nos estudos feministas, raciais e da diversidade sexual. A pesquisa de um objeto tão próximo e familiar pode vir a ser um problema metodológico, o qual aparece na antropologia e na sociologia, após a década de 1950, ao observar o familiar, tema proposto por Velho (1950), em trabalho que nos fala da necessidade de estranhamento da realidade próxima e do como este estranhamento pode tornar-se fonte de questionamento científico. Assim problematizamos cientificamente a análise de experiências compartilhadas, comuns, em certa medida, transformando o que é familiar em distante, suscitando sua análise.

Desse modo, a percepção do espaço, bem como os sujeitos desta pesquisa, serão apresentados a seguir, trazendo para a discussão os caminhos pelos quais percorri na tentativa de trazer à luz a representatividade dos deficientes na Universidade.

Muitos estudos desenvolvidos sobre os deficientes não levam o próprio deficiente em consideração. É como se falassem de uma entidade, de um ser "estranho", de outro mundo que várias vezes me choca. Por que o que é dito e estudado fica tão longe do que vivemos? Lendo sobre o que falam de nós, deficientes, às vezes me sinto tão diferente. Tem muito reducionismo, muito, muito chute, feito em estudos que viram "verdades absolutas". Piora bastante quando questionam. Tem pessoas que ficam indignadas quando o deficiente abre a boca e fala sobre sua própria realidade, sobre a verdade de sua vida. Querem ter autoridade sobre o que falo, sinto, vivo, dizendo como devo agir, pensar, sentir, viver, o que posso fazer como deficiente visual ou não. Como tenho de estudar, o que posso escrever, pensar, sentir. Estudando

ciências sociais percebi que há muito silêncio, descaso em nossa realidade... (A., deficiente visual, estudante)

Há uma dicotomia na vida das pessoas com deficiência. Uma divisão clara entre o que somos, de verdade, e o que esperam de nós, deficientes. Muitas vezes sou tratado como bobo, como uma pessoa com retardo mental, por causa da paralisia cerebral que tenho. Mas não sou minha aparência. Tenho dificuldades para andar por sequelas da doença que tive. Mas meu pensamento é até mais rápido que o de muita gente. Isto choca, incomoda muito, especialmente quando questiono e mostro que estou aqui, fazendo as coisas como todo mundo. Tenho meu tempo para fazer as coisas, mas devagar vou longe... deveria existir mais respeito à diferença que existe, mas isso é teoria. Na prática a cobrança é de igualdade, de tempo de produção. Há descaso e desrespeito em toda sociedade conosco, deficientes... já até me chamaram de panfletário, de chato, de questionador porque crio caso, denuncio, cobro. Mostro “pros” outros que existo, que sou diferente e isso gera conflito porque muita gente não quer ver o que somos. Há muito desinteresse, omissão, descaso e quando falamos somos os chatos que estão esperneando... (T., deficiente físico, estudante)

## 1.1 O ESPAÇO E A TEMPORALIDADE

A universidade tem um espaço amplo, é bem grande. Não conheço todos os prédios, só alguns. Como demoro para me deslocar porque ando claudicando, como tenho de tomar cuidado ao me locomover, não posso sair explorando os espaços que ali existem. Ali o espaço físico, nem todo ele é adaptado. Ainda tem muita barreira arquitetônica. Eu tenho dificuldades para andar e imagino que um cadeirante tenha bem mais que eu. Tem muita escadaria, rampa inclinada, degrau, buraco. Eu só consigo me locomover devagarinho, com atenção, “pra” não cair e me ferir. Então tenho de sair de casa bem antes para dar conta, de chegar a tempo das aulas. O espaço físico é belo, agradável, mas se quiserem realmente que deficientes transitem, ainda tem muito o que melhorar. (L., deficiente física, estudante)

Gosto do espaço da universidade. Gosto do convívio com quem aqui frequenta. Pouca gente percebe que sou deficiente. Não enxergo de um olho. Eu não tenho problemas para me locomover ou estudar. Só que, como disse, minha deficiência é praticamente imperceptível. Não é meu caso, reitero, mas vejo que o espaço físico da universidade ainda não está adaptado para o que seria a rotina de um deficiente, para o acomodar, para sua locomoção. Um cego e um cadeirante teriam dificuldades. Mas poucas pessoas se importam de verdade com isso. Quem fala destas coisas? (L., deficiente visual, estudante)

Eu aqui faço de tudo. É meu espaço de trabalho. Tenho pequenas dificuldades que não ocorrem só aqui. Na verdade, no Brasil ainda há muito o que melhorar para os deficientes físicos em termos de acessibilidade. Eu consigo fazer tudo, só que no meu tempo. Para mim, o fator locomoção é o que me exige mais tempo. Eu vou no ritmo que posso. (C., deficiente física, funcionária)

Estudo aqui há dois anos e meio. Conheço pouco a universidade, fui muito pouco a outros prédios. Fico mais no lugar em que estudo. Não me sinto à vontade para

circular em outros lugares da universidade. Já tive curiosidade de ir a outros lugares, mas não fui. Os surdos tem um lugar na universidade, que é o prédio de Letras, e quase todos estão ali à noite. É raro ver um de nós em outro espaço, e em outro horário. Eu mesmo não sei o porquê. É assim... (S., deficiente auditivo, estudante)

O espaço no qual desenvolvi minha pesquisa é o Campus Samambaia. Situado na região noroeste da cidade de Goiânia, é uma área ampla, arborizada, que aglomera boa parte dos cursos das áreas das Ciências Humanas e Exatas, e uma parte dos cursos das áreas Biológicas da Universidade Federal de Goiás. O início de minha pesquisa de campo deu-se no emprego de "caminhadas" pelo Campus Samambaia, ideia correlacionada às de Certeau (1998). Através da experiência de caminhante, poderia perceber a ambiência, seus sons, ritmos, a singularidade do espaço de convívio das pessoas com deficiência em um determinado espaço da cidade. Antes de iniciar as entrevistas caminhei de forma anônima, sentindo o espaço e suas nuances. Assim entendendo a espacialidade, a ambiência, poderia avaliar melhor as práticas que ali ocorreriam, como se desenrolaria a vida dos deficientes nesse ambiente universitário. Ao iniciar meu pré-campo e minha atividade como aluno, vaguei por vários ambientes, como biblioteca, centro de aulas (em que são oferecidas aulas à graduandos), cinema (cine UFG) e por outros prédios, como os que onde funcionam os cursos de Letras, de Comunicação e Geografia. O espaço amplo desta parte da Universidade me chamou a atenção logo ao primeiro contato. Pelo menos duzentos metros separam um prédio do outro, o que diariamente impõe aos alunos e docentes a caminhada. Às vezes a distância chega a dois ou três quilômetros dentro do mesmo Campus Samambaia. Conforme já citado, para mim foi um desafio, à proporção que a irregularidade dos passeios é ampla. Muitos buracos e degraus nas calçadas existem. "Tropicar", dar esbarrões, tropeços foram comuns nas caminhadas diárias. Praticamente todos os deficientes os quais entrevistei, físicos e visuais, abarcaram a problemática da adaptação ao espaço e às irregularidades na acessibilidade arquitetônica. Vários espaços vêm sendo adaptados, todavia ainda há muito que fazer para garantir o acesso a todos os espaços. Os prédios antigos são os que mais necessitam de adaptação. O que percebi em minhas caminhadas iniciais foi se consolidando, à proporção que entrevistava os sujeitos de minha pesquisa.

Alguns prédios são novos, outros mais velhos. Isso é perceptível por seu cheiro. Cheiros e idades têm correlação, segundo a percepção de um deficiente visual.

O pé direito alto, ventilação e boa acústica existem em algumas salas. A maioria delas são salas abafadas, sem acesso fácil ocasionado por escadarias e, em algumas situações, com elevadores enguiçados. Locais abafados e com eco atrapalham o senso de orientação de um cego, que evita lugares barulhentos por isso. Em várias salas do Campus a acústica é invertida, assim o barulho do corredor, toma conta do que deveria ser um ambiente de estudos. Economia da Engenharia ou Arquitetura? Nos intervalos e em bons períodos, concentrar foi uma luta.

Em dias de chuva as caminhadas são atrapalhadas, e nesta região do país chove durante seis meses. Muitos alunos e professores usam o carro para se locomover no campus. Campus que abriga a diversidade humana em suas nuances. Neste espaço, várias vezes levei encontrões, esbarrões ou percebi a presença de escadas sem grade de proteção, o que poderia levar a um tombo mais grave. Normalmente, por trabalhar muito e ter tempo escasso, andava com um acompanhante a maior parte do tempo. Em apenas 30% do tempo andei sozinho. Mesmo assim, não usava das impressões de quem me acompanhava para minha avaliação que aqui retrato. A presença de animais como aves e macacos me foi chamativa, especialmente em ocasiões de seus ataques à cantina, motivados pela fome e disputa de espaço. Macacos e pessoas interagindo dentro do possível.

A ida à cantina no prédio das Ciências Sociais é uma aventura, à proporção que ali a dificuldade se intensifica na irregularidade do passeio. Todavia, na evolução do tempo, tal espaço foi arrumado e os problemas corrigidos, isso no final do período de minha estada na universidade.

Em todos os prédios o corredor é usado como depósito de móveis em desuso. Mais uma leva de obstáculos e, alternando esses, placas informativas dispostas ideologicamente demarcam o espaço físico. Meu trabalho de campo e sobrevivência na Universidade pode ser definido como total isenção de rotina. Ali, todo dia fazia-se uma aventura. Jamais sabia o dia em que encontraria uma cadeira ou um balde no meio do caminho. Certa feita, quase ganho uma mordida de uma cadela que dormia no meio de um corredor. Não machuquei a cadela, mas nos assustamos mutuamente. Não devo reclamar do espaço público da Universidade.

Ele é como qualquer outro espaço da sociedade. Os deficientes que entrevistei também falaram da mesma situação. Fiz as observações em quatro dias distintos, em horários diversos (dias: 14/09; 17/09; 20/09 e 21/09 de 2012).

O espaço físico evidenciou que se um deficiente quiser estudar na universidade, ele terá de se esforçar. Existe o problema de vagas para estacionamento de automóveis, estando muitas delas trancadas, inadequadas ou sendo ocupadas inadvertidamente por não deficientes, desrespeitando-se o direito daqueles que delas necessitam. Posteriormente, nas entrevistas, isso reapareceu na fala de vários sujeitos da pesquisa.

## 1.2 OS SUJEITOS DE MINHA PESQUISA

Fiquei feliz porque gosto de falar sobre as deficiências, gosto quando alguém de fora para para tentar entender quem somos. No meu caso, que sou surdo, (não gosto do termo deficiente auditivo), tem barreiras de comunicação. Você não fala meu idioma, eu às vezes não entendo o seu. Mas você se interessa, está pesquisando como é a vida dos deficientes, e pouca gente quer saber de verdade sobre isso. As pessoas olham, algumas ficam de longe comentando, mas tem pouca gente querendo interagir, saber quem sou, do que gosto. Por exemplo, tem alguns colegas do curso de Letra Libras que interagem, mas com outros estudantes é muito pouco. A gente está ali, junto no espaço, mas cada um tem sua vida, sua rotina, seu tempo, seu espaço, seu grupo... (S., deficiente auditivo, estudante)

Eu sou deficiente visual. Tenho dois filhos e sou uma mulher bonita. A pessoa com deficiência é aquela que necessita de um recurso que compense a falta de visão, no caso de uso de tecnologias assistivas, no caso de deficientes visuais. Eu comecei uma pós-graduação na universidade e encontrei dificuldades para seguir adiante. A falta de acesso ao material didático, professores despreparados que ainda estão na condição conservadora do método do ensino e também a falta do acesso adaptado aos espaços físicos, dentre outras dificuldades encontradas no cotidiano escolar acadêmico foram as dificuldades que encontrei. Tem algumas pessoas com boa vontade, que tentam ajudar, mas ainda são poucas. Na maior parte das vezes sobra para a gente se virar sozinha... (P., deficiente visual, estudante)

Segundo o que já apontado na introdução dessa dissertação, foram encontrados na Universidade Federal de Goiás um total de setenta deficientes matriculados em um universo aproximado de dezenove mil alunos. Dentre esses setenta, 39 estudam no Campus Samambaia (dados levantados no Núcleo de Acessibilidade, referentes ao período 2012/2). O Núcleo de acessibilidade é um

órgão criado, que visa dar suporte a deficientes em seu acesso e permanência na instituição, e também dar suporte a funcionários deficientes da instituição. É uma entidade extremamente nova. No início de minha pesquisa o Núcleo de Acessibilidade era coordenado pelo prof. Ricardo Teixeira, que fora substituído no início de 2014.

Inicialmente, os sujeitos a serem entrevistados seriam os não deficientes. Estudando a representação entenderia como as pessoas percebiam os deficientes, como seriam seus olhares sobre os deficientes. Busquei aqueles que já tivessem tido algum contato com pessoas com deficiência, fosse esse um contato esporádico ou distante. Foram entrevistados colegas, funcionários e professores. Em geral, as pessoas tem ideia de como são os deficientes, todavia o critério foi o contato com eles, deixando para outra pesquisa, ou artigo a possibilidade de entrevistar pessoas do outro grupo. Mesmo assim, os dados que colhemos foram muito significativos, porque no grupo de pessoas não deficientes existiam indivíduos com vários níveis de contato, do esporádico ao com relacionamento afetivo em um amplo espectro. Foram entrevistados dez sujeitos não deficientes.

Você me fez pensar sobre a condição dos deficientes aqui na universidade. Já tive contato com alguns, mas sempre foi esporádico. Fiz educação física com uma e ajudava outra colega também deficiente física. Eu é que empurrava sua cadeira, às vezes. O que posso dizer é que temos muito que aprender com esse universo. Ele é como um mundo a parte, que é parte de nosso mundo, mas é como se não fosse. Vemos eles como diferentes de nós "normais", mas quem é normal? Cada um tem uma dificuldade, um problema. Você fala de deficiência física, mas e as deficiências de caráter, de personalidade, de moral, que existem? (A., estudante, não deficiente)

Falar disso me incomoda, às vezes. Fico pensativa. Não é comum pensar nisso todos os dias. Quem vive isso direto é certo que pensa mais. Para mim, eles se relacionam bem com quase todo mundo, os que conheço são mais sinceros. Só isso já os deixa diferentes dos que existem em nossa sociedade. (C., professora, não deficiente)

Os sujeitos não deficientes foram selecionados na seguinte ordem:

- A) Professores- os entrevistados foram selecionados aleatoriamente em várias disciplinas distintas, em uma tentativa de obter várias opiniões em várias áreas (Biologia, Engenharia de Produção, Filosofia);

- B) Alunos- da mesma forma que no procedimento adotado com os professores, a escolha foi aleatória, em uma tentativa de apanhar um universo mais abrangente;
- C) Funcionários- Após o início do pré-campo pude perceber que vários funcionários da universidade tinham contato com deficientes, sendo que vários sujeitos da pesquisa, além de funcionários, são deficientes.

O segundo momento da pesquisa foi com os sujeitos deficientes e deu-se:

- A) a partir de centros de apoio como a biblioteca Braille, órgão estadual que dá suporte a deficientes visuais em seu estudo. Várias associações têm departamentos de suporte, como a Associação dos Surdos, Associação dos Deficientes Físicos;
- B) através de pesquisa dentro do Campus Samambaia, perguntando a colegas e conhecidos sobre os deficientes que ali frequentam;
- C) através do apoio do Núcleo de Acessibilidade.

Ao todo foram entrevistadas catorze pessoas com deficiência. Dentre tais entrevistas, onze foram completas, seguindo o roteiro estabelecido e, posteriormente, complementadas com algumas questões. Houve ainda três entrevistas incompletas (duas com pessoas surdas e uma com um rapaz com paralisia cerebral, também com dificuldade de comunicação). Em todas as entrevistas foi mostrado o termo de consentimento livre e esclarecido, e em todas foi colhida a autorização para o emprego dos dados e materiais posteriormente à pesquisa.

Os sujeitos deficientes prioritários foram os deficientes visuais, físicos e auditivos. No Campus Samambaia não foi encontrado nenhum deficiente mental.

A escolha dos sujeitos deficientes partiu do preceito da autodenominação. Foi seguida a ideia apresentada por (MARTINS; BARSAGLINI, 2010) referente à proposta de autodenominação. A consciência de que um indivíduo se assume publicamente como ser deficiente foi o ponto de partida na seleção deste sujeito. Os que não têm esta postura foram descartados, fazendo parte do grupo dos que não quiseram participar das entrevistas. O trabalho de investigação não foi fácil já no

pré-campo. É difícil encontrar esta população no Campus. Foi necessário "garimpar", conversar muito até chegar aos sujeitos deficientes, o que gerou muita angústia e expectativa durante todo o processo.

Foi comum a recorrer a colegas, professores, amigos durante a triagem para a entrevista. Na busca de distintas vozes para a pesquisa, foram alternadas as vertentes de opinião de cegos, surdos e deficientes físicos.

Dos 39 deficientes que estudam no Campus Samambaia, cerca de quinze, com os quais foi tentado contato, não tinham dados atualizados, que tentei contatar não tinham dados atualizados, não atendendo telefone celular ou fixo, nem respondendo a cartas de convite enviadas por e-mail. Dos deficientes entrevistados, onze são alunos, três são funcionários da instituição. Nove entrevistados são mulheres, cinco são homens. Dos entrevistados, 65% têm entre 25 e 30 anos de idade; 20% têm menos de 25 anos; 15% têm mais de 40 anos. 87% estão na graduação e 13% frequentam cursos de pós-graduação.

Cinco deficientes são funcionários públicos, dos quais quatro atuam na iniciativa privada. Três deficientes têm atuação tanto no serviço público quanto na iniciativa privada (mais de um emprego), nove são desempregados ou estão apenas estudando. Dos deficientes entrevistados, apenas dois tem mais de cinco anos de experiência profissional no mercado de trabalho. Apenas um deficiente entrevistado já ocupou em suas atribuições um cargo de chefia (Presidente da Associação de Deficientes Visuais do Estado de Goiás). Dessa estimativa, 72% são da classe média baixa, com renda salarial abaixo de cinco salários mínimos; 28% tem renda maior que cinco salários mínimos.

No quesito tipo de relacionamento, nove deficientes são casados ou tem relacionamento afetivo estável; outros cinco são solteiros. Oito deficientes moram com a família (pais e irmãos); quatro moram com cônjuge (ou namorado); dois com amigos ou parentes.

Quanto ao tipo de curso, 80% dos entrevistados fazem cursos ligados à área de Ciências Humanas; 8% fazem na área de Biológicas e 2% na área das Ciências Exatas. 74% dos deficientes entrevistados estão na universidade há dois anos e meio, em média.

Sobre a religião, encontramos: cinco evangélicos; dois católicos; um espírita; dois sem definição religiosa.

"Existe um processo de aprendizagem que é novo para toda sociedade que tem de aprender com o deficiente como lidar com o deficiente", ressalta o prof. Ricardo Teixeira, coordenador do Núcleo de Acessibilidade da UFG.

O Hildomar Lima, coordenador do curso Letras Libras, da UFG, argumenta:

Há por parte dos deficientes (surdos) uma luta por espaço e reconhecimento. Eu estou aqui, estou na universidade, quero fazer parte disso, quero ser ouvido... É uma luta por espaço que em meu ver é algo absolutamente normal e natural. Se pegamos a história dos surdos que até pouco tempo não saíam de casa, não trabalhavam, eram tutelados, hoje eles já trabalham, estudam, são funcionários públicos, só que essa luta por espaço existe, é crescente, e creio que vai crescer ainda mais. Eu também sou capaz.

Não me sinto preparado para interagir com uma pessoa com deficiência. Cada deficiência tem sua complexidade. É preciso um conhecimento dos problemas do outro para ter tal interação. Ser deficiente, pela palavra, é a dificuldade, diferença, o impedimento de uma ação, prática ou comportamento humano. O estrangeiro tem a deficiência da língua. Daí que é mais amplo. É complicado, pois somos 'nossa' deficiência em lidar com o problema. É um tema problemático, insolúvel, pois não perdemos tempo aprendendo a língua dos sinais, não sabemos se existe um código de 'etiqueta' ou boas maneiras para guiar um cego ou como lidar com as mais variadas deficiências. Nesse sentido é terrível. O tema da deficiência deveria ser tratado reiteradamente dentro de uma disciplina mais ampla de direitos humanos, em sala de aula, durante todos os anos. (W., professor, não deficiente)

Para mim, ser deficiente é ter algum grau de limitação, seja física, motora ou cognitiva, que torne esta pessoa diferente das demais [...] Pensar essas questões é natural, porém pouco frequente. Infelizmente não estamos acostumados a lidar com as diferenças. (A., professor, não deficiente)

As pessoas me veem como uma pessoa normal. Acredito que seja naturalmente. Eu fico tranquila, não encontro dificuldades para estudar, me considero uma pessoa determinada. (C., deficiente física, funcionária)

Não me considero uma pessoa deficiente. Mas em alguns momentos eu me lembro de que sou deficiente. Meus pais desde pequena me incentivavam a tentar fazer as coisas sozinha, mesmo que eu tivesse de adaptar a certas necessidades, e também nunca me trataram como uma pessoa incapaz, ao fazerem para mim, como se eu fosse dependente a todo o momento. Tenho lábio leporino, má formação no membro superior direito, com ausência do rádio e do dedão, e também escoliose lombar de 42°. Para mim, acaba sendo uma rotina normal, tendo de lidar com isso na minha vida, mesmo que tenha que passar por sacrifícios de ter que fazer repousos por questões de cirurgias constantes. Mas não me impedem de realizar as minhas atividades. (M., estudante, deficiente física)

Durante toda pesquisa várias dificuldades surgiram. Como deficiente visual, a falta de material digitalizado, ou de suporte por parte da biblioteca foram aspectos que geraram problemas. Lidei ao longo da pesquisa com várias situações, que a

certa medida também eram narradas de forma semelhante, com as devidas proporções, por meus interlocutores.

Algumas entrevistas foram desenvolvidas com o suporte e apoio da informática através de email, o que ocorreu por vários fatores: indisponibilidade de tempo da parte de alguns entrevistados, preferindo responder a questões via internet; por insistir em entrevistar pessoas surdas. O ciberespaço foi um dos ambientes usados nesta pesquisa. Nesses casos seguiram as entrevistas vários outros diálogos, complementando as questões iniciais, em uma série de conversas que prosseguiram ao longo de toda pesquisa.

Meu corpo não é o meu corpo,  
é ilusão de outro ser.  
Sabe a arte de esconder-me  
e é de tal modo sagaz  
que a mim de mim ele oculta.  
Meu corpo, não meu agente,  
Meu envelope selado,  
Meu revólver de assustar,  
Tornou-me meu carcereiro,  
Me sabe mais que me sei  
Meu corpo apaga a lembrança  
Que eu tinha de minha mente  
Inocula-me seus patos,  
Me ataca, fere e condena  
Por crimes não cometidos.  
O seu artilheiro mais diabólico  
Está em fazer-se doente  
Joga-me o peso dos males  
Que ele tece a cada instante  
E me passa em revulsão...  
...quero romper com meu corpo,  
Quero enfrentá-lo, acusá-lo  
Mas sequer me escuta  
E vai pelo rumo oposto.  
Já premido por seu pulso  
De inquebrantável rigor,  
Não sou mais que dantes era:  
Com volúpia dirigida  
Saio a bailar com meu corpo"

“As contradições do corpo”  
Carlos Drummond de Andrade

## **CAPÍTULO 2. O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE**

Logo no início da pesquisa soube da existência de um órgão na Universidade Federal de Goiás, nominado Núcleo de Acessibilidade. Durante toda pesquisa foram feitas inúmeras visitas a esse. Criado em 2010, é o departamento da Universidade responsável pelas políticas de inclusão, atuando junto aos deficientes, dando-lhes suporte, orientando e facilitando-lhes a vivência na Universidade, seja para o vestibular, seja durante a vida acadêmica.

A criação do Núcleo de Acessibilidade advém de um movimento histórico e social. Foi no ano de 1990 que a ONU ratificou a necessidade de povos de todo o mundo se unirem para implementação de sociedades inclusivas até o ano de 2010 e o Brasil tornou-se signatário deste princípio. Foi a partir desse processo que começou a surgir uma série de novas legislações visando a inclusão na sociedade das pessoas com deficiência, garantindo-lhes o direito à cidadania, saúde, educação, lazer, desporto, previdência e integração social. A regulamentação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, Lei nº 9.394/96, já se adequa às regras internacionais, no modelo descrito acima, para políticas de inclusão, e nessa lei as pessoas com deficiência têm reconhecido seu direito a uma educação de qualidade, com ênfase na inclusão no sistema regular de ensino. Ressalta-se que há o início de uma tendência à maior socialização dos deficientes que vão tender à migração do sistema de ensino especial, repassando-os gradativamente ao sistema regular de ensino. Até a década de 1990 os deficientes estudavam em escolas especiais, nas quais havia um isolamento, cegos estudavam em instituições que atendiam a cegos, surdos em instituição focada em surdos. Esse novo eixo torna possível que esse mesmo deficiente possa frequentar uma sala de aula convencional, desenvolvendo uma trajetória de ensino do básico ao ensino superior. As escolas especiais ofereciam a alfabetização, o ensino técnico profissionalizante e, quando muito, ofereciam o ensino básico até a quarta série do primário. Os deficientes viviam em guetos, de forma isolada, nessa antiga concepção da educação, alterada na década de 1990.

Seguem, abaixo, algumas falas de pessoas entrevistadas, a fim de situar como pensam a problemática desta pesquisa, ou seja, a dos e das deficientes na universidade:

Tudo teve início na década de 1980, com várias pessoas participando de movimentos sociais. Porém, de forma lenta e gradativa na participação que, no período, foi muito tênue. Foi na década de 1980 que o movimento dos deficientes se organiza e influencia a Assembleia Constituinte, com o fortalecimento e reconhecimento das entidades, com o início de uma briga por espaços e direitos, em conjunto com as várias formas políticas que influenciaram toda discussão no Brasil e exterior. (prof. Ricardo Teixeira, coordenador do Núcleo de Acessibilidade da UFG)

A fala do prof. Ricardo Teixeira, coordenador do Núcleo de Acessibilidade, corrobora a observação e as leituras feitas para a revisão bibliográfica. As mudanças políticas na década de 1990 e 2000 acentuam a briga por espaço e cidadania. "Eu sou deficiente e estou aqui participando" é uma ideia que começa a aparecer reafirmada, tanto pelo prof. Ricardo Teixeira quanto pelo prof. Hildomar Lima, que coordena o curso de Letras Libras da UFG. A briga por espaços no anseio de que se cumpra o que foi determinado por lei atinge os âmbitos da educação. Assim, quando do período da pesquisa de campo, foi possível observar os deficientes que ingressam na Universidade já dentro de um sistema criado e desenvolvido de ensino, pelo menos em termos de políticas públicas. Vários deficientes entrevistados têm ideia da possibilidade de acessibilidade, porque esse é o discurso existente. Os sujeitos entrevistados com deficiência, por sua faixa etária, em boa parte já haviam sido inseridos nessa mudança de cultura de ensino. Dos entrevistados deficientes 65% têm entre 25 e 30 anos de idade; 20% têm menos de 25 anos; 15% têm mais de 40 anos. 87% estão na graduação e 13% frequentam cursos de pós-graduação.

Outro dado significativo desta mudança de posicionamento em relação às políticas inclusivas está em outro dado colhido: Dez deficientes afirmam que pretendem terminar os estudos e trabalhar; cinco afirmam que a chance que tem de provar sua capacidade na sociedade está em seus estudos. A ideia do deficiente como sujeito social que reivindica é apontada tanto na entrevista com o professor Ricardo Teixeira quanto com o prof. Hildomar Lima. O grau de exigência aumenta à proporção que os deficientes tomam consciência de sua potencialidade. É a ideia que ressoa nas alterações da educação e que encontramos descrita por (THOMA, 2005).

A legislação e regulamentações propostas pelo Ministério da Educação (MEC) em vários artigos, leis e normativas, sugerem mudanças no processo avaliativo, nas estratégias metodológicas/didáticas, na implementação de novas tecnologias assistivas e na tentativa de erradicação de barreiras para acessibilidade. O Núcleo de Acessibilidade foi criado a partir de uma série de normativas desenvolvidas, visando tornar possível a acessibilidade de um deficiente no sistema superior de ensino, nesse caso, na Universidade Federal de Goiás. Segundo dados colhidos em entrevista, foram cinco anos de estudo e planejamento, até a criação do Núcleo, em 2010. A professora da Universidade, atualmente aposentada, Dulce Barros de Almeida, foi a responsável pelo estudo e criação do núcleo. Em 2012, a equipe que ali trabalhava era constituída de três pessoas: prof. Ricardo Teixeira e duas auxiliares. Situado nas proximidades do prédio da reitoria, as atividades ali são intensas, numa demanda contínua. Prof. Ricardo Teixeira divide seu tempo entre as aulas que ministra na educação, no curso superior de Matemática, a orientação de alunos de pós graduação e mestrado e, ainda em alguns horários, permanece no Núcleo desenvolvendo sua gestão. Duas secretárias se alternam durante o dia, uma delas é deficiente. Vários elementos colhidos e aqui descritos foram fruto pessoal de pesquisa e observação. A universidade foi obrigada pelo Ministério da Educação a adequar-se ao novo modelo inclusivo de educação.

O Núcleo de Acessibilidade visa promover a chamada Educação Inclusiva, que é um conceito que abrange processo de inclusão das pessoas com deficiência, e ou com problemas de aprendizagem, promovendo também a inserção das diferenças na sociedade, visto que todos devem ter tratamento igualitário. A inclusão implica em uma mudança de paradigma educacional, à medida que impõe uma reorganização das práticas da educação: avaliação para inserção, planejamento, formação de turma, currículo, gestão, descritas por Mantoan (2005). Incluir envolve a necessidade de rever concepções e paradigmas, e também desenvolver o potencial, respeitando as diferenças e atendendo suas necessidades (GUENTHER, 2003). Assim, com as mudanças dos paradigmas da educação, iniciou-se um novo ciclo com novas normativas e regulamentações, que criam os sistemas para aplicação Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Regulamenta a estrutura da educação para pessoas com deficiência a partir da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, considerando a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das universidades. As leis citadas aqui tem este sentido, regulamentando o funcionamento das políticas educacionais direcionadas aos deficientes.

Com a criação do Núcleo de Acessibilidade da UFG foi delimitado como atribuições do órgão:

O Núcleo de acessibilidade da UFG tem como objetivo propor e viabilizar uma educação superior inclusiva aos estudantes com deficiência física, visual, auditiva e mental por meio da eliminação de barreiras atitudinais, físicas, pedagógicas e de comunicação. A ideia é respeitar as diferenças, buscando recursos e tecnologias assistivas para acesso a todos os espaços, ambientais, ações e processos educativos desenvolvidos na instituição. (ACESSIBILIDADE UFG, 2012)

Aqui foi mostrado que as regras internacionais, criadas por uma convenção, delimitaram uma mudança de paradigma na legislação Brasileira, voltada a educação, que por sua vez faz com que ocorra uma adaptação no sistema de ensino da Universidade Federal de Goiás. Os alunos observados entram em todo esse sistema que preconiza a igualdade e a acessibilidade, como normativas criadas por lei, nesse caso, para a educação.

Há uma morosidade entre a criação das leis e sua aplicação. Entre a criação da lei que regulamenta a diferenciação dos deficientes e a regulamentação proposta pelo MEC para a criação de acessibilidade no ensino se passaram mais de nove anos. Da criação de um sistema a sua aplicação plena ainda existe uma diferença. O primeiro movimento a ser observado dos deficientes na universidade é o de participação. Como estudioso, professor e pesquisador a respeito da temática da inclusão, da presença da pessoa com deficiência em espaços sociais, principalmente na questão da educação, é possível observar que muitas pessoas deficientes tem procurado o ensino regular, um espaço seu de direito, travando todas as dificuldades e barreiras chegando até o ensino superior. Quando do início dos trabalhos no Núcleo de Acessibilidade, foi observada ausência de dados que

fomentassem a pesquisa. A efetivação do Núcleo de Acessibilidade deu-se a partir de um estudo liderado pela professora Dulce Barros de Almeida, quando pode ser percebido um fraco envolvimento institucional de apoio às pessoas com deficiência.

Nesse sentido, o que se fez foi juntar todas as entidades de apoio a pessoas com deficiência, efetivamente dez instituições, que tinham núcleos de acessibilidade de apoio à pessoa com deficiência. Tais associações foram envolvidas, dentre elas a ADVEG (Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás), para que juntos se pudesse desenvolver um sistema para que as pessoas pudessem sonhar com a Universidade Federal sendo um espaço para a formação. Até então se sabia que, em função de muitas variáveis, as pessoas não acreditavam na UFG como um espaço inclusivo para acesso, permanência, e êxito educacional. Assim sendo, nós, juntamente com as associações, desenvolvemos algumas mudanças políticas, especialmente com relação ao processo seletivo, e isso facilitou muito a questão do acesso à avaliação, lembrando que nós não trabalhamos com cotas. A prova é a mesma para todos, sem nenhum tipo de diferenciação, porém dando uma maior estrutura, um maior cuidado ao caso, coisas simples, porém que fizeram a maior diferença. Outra questão é que com o simples fato de ter um núcleo de acessibilidade, a gente observa que isso deu um pouco mais de segurança às pessoas com deficiência, porque elas começaram a observar que elas não estavam sozinhas nessa selva, sem um apoio e suporte. Embora a gente saiba que tudo é um processo. Não dá pra negar um histórico de exclusão, de falta de cuidado para a pessoa com deficiência aqui na UFG. Algumas adaptações físicas, as mais emergenciais, foram iniciadas. Os novos prédios e as novas construções passaram a ser vistas com um cuidado maior. Penso que isso trouxe um pouco mais de cuidado para as pessoas com deficiência. Até então nos processos seletivos que apresentavam um ou nenhum deficiente começaram a ter 30, 50 pessoas inscritas, tentando entrar na universidade. Hoje das pessoas que se identificaram nos processos seletivos nos últimos três anos passam 80. A pessoa assume que tem deficiência pedindo uma atenção diferenciada no processo seletivo. Nós consideramos esse número significativo em relação ao que era a tentativa de entrar na universidade. A vinda do núcleo possibilitou este diálogo. Sabemos que muitos problemas são explícitos, muitos estão em fase de correção, porém muitos carecem ainda de um tempo maior para sua organização em função de todo aquele histórico. O que eu vejo são professores, alunos e funcionários mais envolvidos. Pessoas que acreditam neste espaço e tem buscado conquistas. Lembrando que somos limitados, temos dificuldades. Hoje, por exemplo, ainda temos problemas com relação à vagas de funcionários. O único curso que aqui tem cotas é o curso de Letras Libras, nesse, das 35 vagas oferecidas ele destina 15 a pessoas surdas. A entrada sistemática de alunos surdos e a contratação de professores surdos têm demandado a necessidade da contratação de intérpretes e, lamentavelmente, o MEC não disponibiliza vagas para intérpretes, e isso não é um problema da UFG, é um problema de todas as universidades federais do país. Falta resposta do poder público, uma resposta às ações que ocorrem. Nós temos nos virado para dar conta, mas já tivemos ações, queixas, no ministério público, ações que, a meu ver, são lícitas e válidas. No momento em que a universidade oferece um processo seletivo, ela também deve no mínimo oferecer as condições básicas para o acompanhamento do curso. Porém, a falta de suporte do MEC para essa área de apoio e suporte existe, por isto temos enfrentado estes problemas. Em síntese, o que tenho observado é uma participação maior da sociedade na universidade. Há muitas pessoas reivindicando seu espaço. Logo estaremos implantando um projeto de biblioteca acessível. Nossa biblioteca

hoje não tem uma política de acessibilidade. Se um aluno cego, por exemplo, quiser na biblioteca um livro de Antropologia ele não vai estar digitalizado. A instituição não dá hoje a um aluno cego a condição de ele ter acesso ao livro digitalizado, em função de não termos ainda uma política para acessibilidade de livros digitalizados. Porém, isso já se inicia. Temos de ter uma organização em termos de materiais, de ferramentas tecnológicas, em termos de mapeamento de processo, para que a biblioteca central e as oito demais setoriais possam atender toda pessoa, seja ela com deficiência visual, mobilidade reduzida, inclusive comunidade indígena, comunidade não letrada. A iniciativa desse projeto foi dos próprios docentes, da biblioteca e do núcleo. São ações que se iniciam, como a criação do laboratório de tecnologias assistivas chamado midialab, já assinada a anuência, por parte da Associação dos Deficientes visuais, o que para nós, de certa forma, vários professores já tem feito em projetos de uma forma isolada. O que queremos nesse laboratório é colocar em um único espaço tecnologias, ferramentas de acessibilidade, projetos, instrumentos para que os pesquisadores possam desenvolver pesquisas para e com as pessoas com deficiência. E o envolvimento das pessoas com deficiência nesses projetos é essencial. Muitos deles têm sido desenvolvidos sem a presença da pessoa deficiente ou sem uma necessidade latente e isso faz com que as pesquisas não tenham resultado prático e objetivo a posteriori. Esse laboratório provavelmente vai proporcionar uma maior possibilidade para o desenvolvimento de tecnologias. (Prof. Ricardo Teixeira, coordenador do Núcleo de Acessibilidade)

As ideias trazidas pelo Prof. Ricardo Teixeira mostram claramente que o Núcleo de Acessibilidade é extremamente novo, e que há ainda muito a se fazer na instituição. A falta de dados foi observada quando do desenvolvimento do campo. O Núcleo não tem acesso aos dados estatísticos dos indivíduos que entram na universidade, os recebendo apenas seis ou oito meses após o ingresso dos mesmos na instituição. A burocracia de outros departamentos da universidade, como a entidade que alimenta o banco de dados, foi uma das responsáveis pelo problema. Sem dados exatos é difícil poder desenvolver estratégias e planejamentos. Confirma-se aqui uma semelhança entre o que ocorre na sociedade e na Universidade Federal de Goiás. O governo Federal ignorava a existência de 10 milhões de deficientes no território nacional. Dados subestimados não promovem ações específicas. Ações judiciais pelo Ministério Público mostram que a Universidade deve se adequar cumprindo as regras jurídicas desenvolvidas que hoje estão em vigor.

Os dados dessa pesquisa evidenciam um problema: de um total de catorze deficientes entrevistados, dez afirmam que não conhecem o Núcleo de Acessibilidade; dois reclamam especificamente falando que o departamento não consegue auxiliá-los efetivamente. Por sua vez, outros sete entrevistados não deficientes não sabem da existência do Núcleo de Acessibilidade, os atributos e

funções de tal departamento, totalizando dezessete pessoas que desconhecem o órgão na Universidade, num universo de 24 entrevistados. Ressalta-se que os números colhidos representam um público específico de 24 indivíduos, sendo que representam apenas uma amostra específica.

Segundo o professor Hildomar Lima, que coordena o curso Letras Libras, o qual ensina a língua de sinais para surdos na UFG, a Universidade está em adaptação. Ainda não observamos, por exemplo, surdos procurando outros cursos a não ser o curso de Letras Libras. Ainda não existem intérpretes disponíveis para outras áreas, e os surdos estão centrados no prédio onde funciona o curso de Letras, especialmente no período da noite. Eles têm quinze vagas que funcionam como sistema de cotas para a inserção na Universidade. Tem também um vestibular diferenciado, feito em sua língua. As ideias trazidas pelo prof. Hildomar Lima mostram uma preocupação crescente de possibilitar a vivência dos deficientes na Universidade, ressaltando, todavia, as várias barreiras que ainda existem.

## 2.1 O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

Ser deficiente é ser uma pessoa que possui algum problema físico. Sinto-me mais ou menos preparada para interagir com uma pessoa com deficiência. [...] As diferenças que percebemos é que elas possuem alguma dificuldade de fazer algo que uma pessoa sem deficiência poderia fazer, como subir escadas sem dificuldades, assistir a uma aula na lousa, ouvir uma música. [...] Pensar essas questões é bem difícil. (I., professora, não deficiente)

Ser deficiente é ter alguma diferença física, sensorial, intelectual, visual ou auditiva em relação ao que é considerado como normal. Essa diferença pode ser transitória ou permanente, isso no aspecto normativo, porque infelizmente no aspecto social ser deficiente é ser desacreditado, visto com preconceito, sendo, muitas vezes, considerado como sub-humano pelo simples fato de não estar de acordo com o padrão social da normalidade. [...] De acordo com a característica física, intelectual ou de outra ordem, cada pessoa adquire características e necessidades peculiares, por exemplo, a necessidade de recursos que possibilitem a locomoção, a autonomia, o acesso às informações, dentre eles, cito a cadeira de rodas. Mas são apenas recursos porque a pessoa continua sendo pessoa, gente, na exata acepção do termo. São pessoas que têm sentimentos, que amam, que pensam, tem inteligência, interesses, necessidades, opiniões, temperamentos, etc. (R., mestrande, não deficiente)

[...] Não sinto que as pessoas vejam os deficientes como iguais. Na verdade, sinto que os enxergam como alguém dependente e desinteressante. A maioria das

peças enxerga primeiro o que falta e daí toda uma série de anormalidades aparecem, baseadas no conceito da falta e da diferença. É pena, aversão, desconfiança. Porém, são definições dadas sem conhecimento prévio, ou seja, o preconceito existe e é muito forte... (I., mestrande, não deficiente)

[...] Sem dúvidas, sinto-me diferente das demais pessoas. Há diferenças físicas já que são obra original da natureza, mas a maior diferença talvez seja a forma de pensar, os motivos com os quais tenho que me preocupar. [...] O jeito que as pessoas veem os deficientes, pessoas que sofrem de deficiências mais severas e que são motivos de piada. São observadas com um olhar de compaixão, ainda que não percebam. Nossa sociedade estabeleceu uma série de medidas para que se chegasse a um padrão de normalidade, os que não se encaixam nele devem persegui-lo ou sofrerão as consequências (segregação, racismo...). Vivemos em um ambiente feito para os "normais", não temos calçadas adequadas para os cegos, nem rampas e locais adaptados para cadeirantes... (L., deficiente visual, estudante)

[...] O jeito que as pessoas veem os deficientes está mudando gradativamente. Algum tempo atrás, as pessoas com deficiência eram vistas como um ET que acabou de descer de uma nave espacial. Em meu grupo de convívio, penso que todos já se acostumaram comigo, meu jeito natural de ser, até esquecem que sou uma pessoa com deficiência. Deixo as pessoas à vontade pra perguntarem ou conversarem sobre o que quiserem comigo, sobre o que aconteceu comigo, como foi o acidente que sofri e etc. (J., deficiente física, funcionária da UFG)

Basicamente existem três grandes áreas que delimitam o que são as pessoas com deficiência:

- A) Saúde;
- B) Jurídica;
- C) Educação.

Foi notado na revisão bibliográfica que é raro um estudo que não envolva essas áreas. Praticamente os estudos, artigos, resenhas, dissertações de mestrado e doutorado encontradas, em sua maior parte aparecem a partir dessas áreas. A construção do conceito de deficiência é um problema histórico (SILVA, 1987) e social. Chama à atenção de alguns pesquisadores que acabam por problematizar a segregação dos deficientes na era moderna pela problemática da produção e a visão de sua menor valia no mercado de trabalho moderno (THOMA, 2005).

A ideia moderna das deficiências liga-se à estrutura social dos modelos de saúde, e de previdência pública, da estruturação dos modelos políticos de educação, na consolidação das políticas de estado voltadas e focadas para integração social.

Delimitar e conceituar o que são os deficientes é um processo complicado, especialmente quando lidamos com conceitos que tendem à naturalização das diferenças, ao reducionismo e à universalidade em um mesmo sentido, em um teor reducionista. O corpo como demarcador social das diferenças no caso das deficiências é em boa parte o que estrutura o conceito de ser deficiente, que deriva de noções de saúde, falta, diferenças.

Foram encontrados, tanto na revisão bibliográfica quanto na pesquisa de campo, dois modelos de narrativas sobre os deficientes: o clínico-terapêutico e o sócio antropológico. A visão clínico-terapêutica das deficiências entende o sujeito deficiente como um ser cuja deficiência deve ser tratada, removida, a fim de que o indivíduo deficiente possa ser adaptado à normalidade da sociedade, tornando-se o mais parecido possível com uma pessoa "normal".

Isso só poderia ocorrer com a criação de um processo de adaptação no qual a falta seria "mascarada". Em Thoma (2005) encontramos as mesmas referências sobre o processo de surdos com o mascaramento da falta da audição, com a tentativa no passado da proibição da língua visual que os surdos utilizam, com a sua medicalização através da leitura labial e do aprendizado da emissão vocal de algumas poucas palavras. A ideia da saúde era a de tratar tentando corrigir as distorções e faltas para normalizar. Esse eixo ideológico influencia políticas setoriais e normativas sociais por todo século XVII, até a década de 1990. A construção de uma narrativa em um projeto social de higienização social, no qual foi acentuado o contraste entre normalidade (aceita socialmente) e anormalidade (com preceitos de higiene e segurança - necessidade de contenção do perigo para obtenção de segurança), especialmente a partir dos séculos XVII em diante, foi um projeto que acabou por influenciar a constituição da categoria dos deficientes à semelhança da constituição da categoria da loucura. Na altura, era notória a necessidade de diferenciação das categorias em estratificações desenvolvidas, o jogo social de disputa de poder ratificando a normalidade como preceito socialmente aceito. As ideias apontadas por Foucault em várias de suas obras têm esse sentido questionando os discursos que criam categorias e diferenças, especialmente quando esse analisa a genealogia das diferenças e da anormalidade, propostas por nossa civilização. Em obras como: *Os anormais* (2001); *O nascimento da clínica* (Foucault, 2001); *A História da Sexualidade* (1985); e em várias outras, encontramos as

discussões de Foucault questionando a construção de discursos e práticas no jogo de poder.

Nesta pesquisa a temática contrastante entre normalidade e anormalidade ocorre de forma subjetiva. Não foi feita nenhuma questão usando a expressão ou questionando se os interlocutores aqui descritos eram normais ou se se sentiam anormais. Porém, analisando as entrevistas, a temática de diferença, estranhamento, ocorria com facilidade, aparecendo em vinte dos 24 entrevistados, no total. As falas extraídas das entrevistas, já expostas, tem esse teor. A ideia que versa sobre capacidades "vou dar conta", "eu posso" subentende também o conflito advindo desse choque conceitual. Ser capaz implica, de certa forma, em ter o entendimento de pertencimento, conseguir fazer o que toda a gente faz. A observação de um eixo perceptivo e discursivo é tênue. De um lado, com pessoas não deficientes observando os deficientes pela falta e pela diferença corporal; do outro lado, com deficientes sabendo das diferenças, mas tentando viver e sobreviver.

É importante evidenciar as ideias de Foucault, porque percebemos que elas estão na base da constituição social das diferenças em seu estudo sistêmico sobre a anormalidade, o que acaba influenciando a ideia que vai constituir o discurso de saúde empregado para os deficientes, e todas suas demais ramificações. A pesquisa aqui desenvolvida torna evidente que o conceito de deficiência contrasta com a noção de normalidade, teor explicitado tanto pelos entrevistados não deficientes quanto pelos deficientes: vivência em normas sociais, regras, o ideal. Estar fora desta convenção demarca a diferença, construída pelo corpo e ou sua funcionalidade. Em várias obras de Foucault apreendemos esse sentido que questiona a normalidade, que aqui foi usado para esta análise, confrontando os conceitos de normalidade e anormalidade. Seja na análise da marginalidade, no que delimita o perfil de um presidiário, seja na história da sexualidade ou na história da loucura, discursos são criados visando à limitação das diferenças, e isso é notório na temática das deficiências. Torna se imperioso ajustar corrigir e adequar os diferentes.

É a partir de Nietzsche que Foucault direciona sua investigação analisando os discursos, os sentidos atribuídos pela história à normalidade e à anormalidade, buscando descobrir a história das formações discursivas sobre o normal e o

anormal. Dedicava-se assim a descrever uma genealogia da anormalidade criada ao longo dos séculos. Segundo Foucault, a normalização foi uma estratégia empregada na qual a ideia de anormalidade foi utilizada como forma de normalizar as diferenças. Segundo o que foi aqui compreendido da leitura de algumas obras de Foucault, das quais foram resumidos alguns conceitos, criaram-se na sociedade limites e fronteiras às quais os "normais" poderiam pertencer e os "anormais" deveriam se ajustar ou ser recolhidos. Três elementos figurativos nesse sentido têm importância, segundo Foucault, para a constituição da anormalidade: os monstros humanos, os incorrigíveis e os onanistas.

Resumindo as ideias de Foucault: O monstro humano é uma noção jurídica. Ele viola as leis da sociedade e as leis da natureza. Perceptível em várias lendas e mitos e explicado biologicamente devido à combinação do homem com outras espécies, reinos, gêneros, etc. Tais ideias guiam noções médicas e judiciárias do final do século XVIII e durante todo o século XIX. A mistura entre seres é sua principal característica e vários tipos de problemas genéticos assim tinham explicação, com eventuais questionamentos sobre como constituir normas de conduta sobre tais tipos de seres: em que pontos da sociedade poderiam caber os hermafroditas, ou como lidar com loucos esquizofrênicos, por exemplo.

Seguindo a genealogia da anormalidade criada por Foucault, tem-se o segundo elemento, o indivíduo a corrigir. Tal elemento denuncia uma crise de valores entre família e vida social, mostrando uma inadequação a modelos propostos. Os seres incorrigíveis representavam um amplo modelo de crise social. É nos séculos XVI e XVII, que inicia, segundo Foucault, a criação de instituições voltadas à correção, à normalização desses indivíduos, como os presídios ou os manicômios. Tais instituições serviam para isolar da sociedade os indesejáveis elementos a corrigir. Um processo de higienização social, no qual o que não se adequava deveria ser isolado, tratado, corrigido. Para Foucault, o terceiro elemento representativo da anormalidade é o onanista (ou o masturbador). Elemento que representa a transgressão moral, a problemática da sexualidade velada, na qual embora a transgressão seja comum, o elemento é incômodo para a família, exigindo controle e observação. Evidencia-se no corpo, na cama, no quarto e há necessidade de controle dos pais e irmãos sobre a frequência de sua aparição, aspecto que o caracteriza. Muito do saber médico e da conduta religiosa do século XIX deu-se

como resposta a sua aparição. Segundo Foucault, os três elementos descritos anteriormente se sobrepõem na criação do contexto da anormalidade. O campo da presente pesquisa, de certa forma, realimenta tais ideias à proporção que os deficientes não são vistos como fora da anormalidade, ou seja, normalmente tendem a ser vistos como monstros ou indivíduos a corrigir (adequar, normalizar). Vários discursos apresentaram isso ao longo da pesquisa, como os citados aqui. Também ressalta-se que foi prática da sociedade a criação de centros de educação e convívio especializados, nos quais os deficientes eram tratados e ou adaptados para o futuro convívio, porém de forma segregada, no antigo eixo das escolas e sistema de educação especial.

Analisando as falas captadas no trabalho de campo, a expressão "mas" foi muito percebida e é um bom exemplo do que se traduz na forma de diferenciação na sociedade em relação aos deficientes: o estar fora dos crivos de normalidade. Várias vezes foi ouvido: "Ele é aleijado, mas é tão esforçado"; "Ele é deficiente, mas é tão inteligente"; "Ela é tão bonita que nem parece deficiente". Falas que tem uso coloquial, com teor signifiante, trazendo à tona a temática da diferença em justificativas criadas que acentuam contrastes, "tentando" atenuá-los. Neste sentido o que foi percebido em campo mostra o mesmo sentido do proposto por Foucault, à proporção que o discurso diferencia o jogo do poder, as delimitações existenciais nas narrativas.

Outra autora da Antropologia tece um campo para uma análise também das diferenças, em especial quanto falamos do eixo da saúde para a "normalização". Mary Douglas (1966), em *Pureza e Perigo*, fala do contraste criado em narrativas na tentativa de delimitação do que é puro e impuro, e em todo contexto de demarcação de diferenças neste mesmo sentido. Antevendo a certa medida o que foi desenvolvido por Foucault, a autora destaca bem a constituição social de diferenças nas quais sobre o crivo de higiene é evidenciado o processo saúde/doença, que por sua vez irá constituir práticas sociais, políticas setoriais, crenças e tradições. Especialmente quando historicamente existe uma diferenciação em uma construção discursiva, para a qual se promove uma ampla diferenciação e afastamento de pessoas tratadas como diferentes (BAUMAN, 2001), em uma higienização sistemática, na qual a ideia de doença servia como forma de conceituação de punição e castigo. A construção dos discursos sociais nesse sentido é evidenciada.

Pesquisando, tanto em revisão bibliográfica quanto no trabalho de campo, é "natural" a observação do contexto de anormalidade na conceituação do que são as deficiências. Faz parte da categoria do ser deficiente tal impregnação, o que nesta pesquisa é definitivamente questionado, evidenciando que o rótulo, os estereótipos tornam-se elementos configurativos na construção de discursos referentes a uma categoria. Notoriamente evidencia-se o corpo como demarcador social de diferenças.

Ainda no contexto da construção da ideia de anormalidade por crivos de saúde, é notável que isso constitui um dos pilares da estereotipia na construção da identidade dos deficientes, uma marca. A hierarquia social mostrada por (VELHO, 1978) dispõe características atribuídas no sentido de colocar em seu devido lugar, na organização social, elementos distintos, de acordo com os atributos que lhes são designados.

[...] cada categoria social tem o seu lugar através de estereótipos como, por exemplo: o trabalhador nordestino, "paraíba", é ignorante, infantil, subnutrido; o surfista é maconheiro, alienado, etc. Eu acrescentaria que a dimensão do poder e da dominação é fundamental para a construção dessa hierarquia e desse mapa. A etiqueta, a maneira, de dirigir-se às pessoas, as expectativas de respostas, a noção de adequação etc., relacionam-se à distribuição social de poder que é essencialmente desigual em uma sociedade de classes. Assim, em princípio, dispomos de um mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isto, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social, nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema [...] (VELHO, 1978)

Para mim o norte da bússola social no que constituirá a percepção social na categoria dos deficientes liga-se à ideia da anormalidade que acima apontamos e que acaba por formatar o estereótipo do deficiente em sua estrutura. A indissociação entre deficiência e anormalidade foi também apontada em outros estudos, como os de Gesser (2010) e Thoma (2005). Como mencionamos anteriormente, o crivo de diferença é constitutivo na categoria e perceptível no presente trabalho de campo. Os dois temas mais comuns encontrados foram o da diferença e o do preconceito. Sentir-se e assumir-se como diferente no eixo da estrutura social é uma problemática complexa.

O assumir de uma identidade é um processo complexo que denota o amadurecimento psíquico, a ruptura de mecanismos de defesa e a autoconsciência.

Mecanismos de defesa apontados por Freud (1894; 1893) como a negação, ou projeção, devem ser destituídos ou minimizados, para que um atributo possa ser integrado à identidade. A integração de uma característica ou estereótipo à identidade passa diretamente pela estrutura do que Jung (1916) chamou de “Persona”, o uso de uma máscara social que é integrada à personalidade fazendo a ligação entre a psique e o mundo exterior. Nesse processo, o teor simbólico recai na estrutura do imaginário e de como tais articulações vão ser assumidas na personalidade de quem as vivencia. Isso se torna um dilema à proporção que, em um discurso, boa parte do anseio coletivo à normalidade é vista como crivo de aceitação. Assumir a diferença implica em vivenciar ao mesmo tempo um aspecto da sombra coletiva (JUNG, 1945), na qual assumir a diferença implicará em vivenciar a não aceitação a qual se está renegado. E nem todos têm esta condição. Vestir um estereótipo associando-o à própria vivência assim é um processo complexo que necessita de elaboração e aceitação. Certamente há uma divisão clara entre a construção de um estereótipo e a capacidade de um indivíduo assumi-lo distintamente. Isso é bem demarcado quando a temática é a anormalidade presentificada na diferença. Os vários sujeitos com os quais foi tentada uma entrevista e que não se identificam com o ser deficiente podem estar a isso ligados.

O conceito de deficiência no Brasil é fruto de uma interseção multidisciplinar envolvendo aspectos multifacetados ligados à área de saúde e área jurídica. Delimita uma forma de ser em sociedade, um conceito, uma categoria constituída por padrões de diferenciação de saúde e funcionalidade, na qual é o corpo que delimita sua constituição. Vários livros, artigos falam da pessoa deficiente a partir da ideia de diferença e segregação, como o de Diniz (2007), *O que é a deficiência*, da coleção Primeiros Passos; ou o estudo de Carmo (1991). O tema segregação, na presente pesquisa de campo, não aparece diretamente com esta palavra. As palavras diferença e preconceito são muito frequentes nas falas dos entrevistados deficientes e não deficientes, mas há esse eixo conceitual na área, que em vários momentos, a essa temática retorna.

Uma problemática hoje existente no Brasil na temática das deficiências emerge quando pensamos em nomenclaturas. Que nome dar ou como tratar o indivíduo que tem uma deficiência?

Na presente pesquisa de campo, em várias falas de sujeitos não deficientes é retratada essa indagação, que vem apresentando-se frequente: “ele é um cego, uma pessoa especial, um portador de necessidades especiais visuais?” Vários entrevistados tiveram esse questionamento: “Como tratar ou chamar uma pessoa deficiente?” A queixa de vários professores da Universidade falando sobre falta de treinamento, ou mesmo da percepção mais profunda da realidade dos deficientes foi recorrente nas entrevistas desenvolvidas. Não saber o que é, como tratar, e se existem regras de conduta ou etiqueta para auxiliar e conviver com um deficiente é um problema comum na área. Nesse sentido percebe-se que não há diferença entre o vivido na Universidade com o que ocorre fora.

Qual o rótulo, adjetivo ou substantivo empregar para definir a problemática conceitual gerada na nomenclatura de uma pessoa deficiente? A dificuldade sobre as formas discursivas acerca dos nomes é apenas um ponto de questionamento sobre as dificuldades existentes. Como encontrar uma identidade (Hall 2000), se nem mesmo um consenso sobre nome existe? Como enquadrar a individualidade (BAUMAN, 2001), quando o consenso sobre o batismo inexistente? A qual "ismo" pode se pertencer? Na conceituação sobre a categoria dos deficientes não existe consenso, evidenciando-se ideias contrastantes, o que muito chama a atenção. Por isso o contraste, o paradoxo é parte integrante da constituição da categoria dos deficientes. Muito embora em vários momentos as regras sociais entrem em embate nesta conceituação, na prática, a falta de um crivo que delimite a realidade e torne isso uma prática comum em uma universalidade evidencia um problema interessante. Especialmente quando de um lado temos um processo de universalismo diante de uma categoria que destitui as particularidades de cada especificidade, e de outro lado impõe em legislação formas de conduta que se impregnam pela sociedade, acentuando este universalismo. De um lado, é mostrada que é pelas vivências de saúde/ tratamento que ocorre, em partes, a formação dos estereótipos e da ideia de anormalidade.

Antes de seguir adiante é importante mostrar o outro eixo conceitual que emerge na década de 1990, e que constitui outra forma de analisar as deficiências, o eixo sócioantropológico, que acaba por contrapor o eixo da saúde/tratamento. Um eixo que dá voz às minorias, redelimita os conceitos evidenciados, e traz o resgate da cidadania e da integração da pessoa deficiente.

Foi mostrado que normativas internacionais aplicadas pela ONU tornam-se convenções internacionais, nas quais o Brasil torna-se signatário. A diferenciação entre a visão da saúde/tratamento e a visão socioantropológica está na possibilidade da organização destes grupos minoritários que começam a ter voz e a se organizarem politicamente. Uma nova forma da observação da realidade e novos perfis de identidade começam a surgir. Tais movimentos acabam por propor novas formas de visão das deficiências na medida em que falam de possibilidades, de novas formas de observação da cultura de pequenos grupos, e da ampliação dos sentidos potenciais para o trabalho e integração social, resgatando o sentido da pessoa deficiente.

Estudos como os de Thoma (2005), Amaral (1998), Mello (2010), Moukarzel (2003) mostram uma análise que evidencia essa mudança de paradigma em construção. Isso já ocorre a partir da manifestação existente proposta enquanto normativas internacionais, pelas novas leis que acabam por influenciar o Brasil e suas políticas para as pessoas com deficiência. Leis retroalimentam novas discussões, que por sua vez implicam em novas reivindicações com o discurso de leis que devem ser aplicadas. Embora os sujeitos dessa pesquisa não apontem diretamente o cenário das leis, em seus discursos aparecem as reivindicações delas derivadas.

Diretamente na revisão bibliográfica foram encontrados alguns artigos diretos de estudos de Antropologia ligados ao estudo de deficientes. Em verdade, poucos estudos de Antropologia e vários de outras áreas empregando o método etnográfico: Mello (2010); Martins (2006); Martins (2010); ou pesquisas que usam da leitura sócio histórica como: Carmo (1991); Fontes (2002); Canesqui (2007); Beleli (2007); Cavalcante (2009); Gesser (2010). Citam-se também aqui alguns exemplos de trabalhos em várias áreas como educação, direito, psicologia, ciências da saúde. Boa parte dos estudos sobre as deficiências têm orientação multidisciplinar, o que foi um dado chamativo. Há necessidade de compreensão de um fenômeno complexo instigando várias áreas do saber em diálogo.

## A) A DEFICIÊNCIA PARA A SAÚDE

O primeiro grande discurso que rege a criação da categoria das pessoas com deficiência emerge na área de saúde. É o discurso presente na medicina e em todas as áreas correlatas, como a psicologia, assistência social, enfermagem, e que tem forte influência no elemento constitutivo socialmente na construção desta categoria. A construção da ideia de normalidade, diferença demarcada pela diferenciação do corpo e sua funcionalidade, o discurso do corpo que tem falta, aqui tem origem. É a partir do discurso da área de saúde que se formata a ideia de legislação no Brasil e exterior e a partir desse que migra a ideia de sua constituição para demais áreas. Alguns sujeitos deficientes entrevistados, quando questionados, se autodenominam deficientes a partir da noção que têm de suas patologias. A impregnação histórica do modelo saúde/tratamento se faz presente em uma boa parte das pessoas em sua visão das deficiências. A problemática de saúde versus patologia delimitando aptidões, capacidades, funcionalidades rege esta estrutura, que apresenta forte tendência positivista, como o emprego de diagnósticos que se tornam marcas sociais. Esse mesmo sentido é encontrado em estudos como os de Queiroz (2003), Rabelo; Alves e Souza (1999) ou Maluf (2006).

A OMS foi responsável pela compilação mundial de um crivo diagnóstico outrora existente no mundo, porém não sistematizado. Foi em 1983 que surgiu no mundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e de Problemas Relacionados à Saúde (CID), atualmente na 10ª Revisão (BAASCH, 2008; MELLO, 2012). É a partir deste material que é delimitada uma sistematização internacional para a catalogação universal de patologias e funcionalidades. No Brasil, seguindo os crivos da OMS, isso passa a ser amplamente utilizado como normativas para tratamentos, diagnósticos, e emprego de políticas públicas a partir da década de 1970, com uma maior sistematização.

[...] Me reconheço uma pessoa com deficiência porque tenho paralisia infantil na perna e no braço direito... (R., deficiente física, estudante)

[...] Me reconheço uma pessoa com deficiência. A visão monocular também é um tipo de deficiência, CID: H54.4... (L., deficiente visual, estudante)

A ideia de marcas aqui é importante, mostrando como é derivado da ideia de saúde o conceito de falta, inabilidade, doença. Trata-se do processo político de construção de discursos que transmigra a outros setores. Tem-se aqui um paralelo

com a revisão da teoria feminista de Beatriz Preciado (CARRILLO, 2012) e a depreciação pela diferença. Os estudos raciais de certa forma denotam também a construção de diferenças pelas marcas biopolíticas. Pareceres como os de Anzaldúa (2001), Lima (2001), Pinho (2005), Nogueira (1985), Santos (2008), Silvério (2004), Ribeiro (2008) e toda uma linha de estudos fala do uso da biopolítica na demarcação de diferenças na sociedade, versando sobre racismo, diferenças étnicas, conflito de gênero. Muros de diferenças no jogo social de poder.

Ainda na consequência dos desdobramentos do discurso biopolítico pode-se falar da infeliz comparação existente entre animais e deficientes, presente no discurso das pós-deficiências apresentadas por Silva (2010, introdução), como sugere o autor:

Enquanto for institucionalmente pressuposto que não haja problema em se explorar e matar sistematicamente animais não humanos apenas por razão de sua espécie, então o discurso humanista da espécie também estará disponível a alguns humanos para uso contra outros humanos, para sancionar a violência contra o outro social de qualquer espécie - ou gênero, ou raça, ou classe social ou diferença sexual.

A falta é retratada como incapacidade, e comparativamente feita no sentido evolutivo da ciência positivista, na qual existe uma estrutura conceitual de hierarquia de possibilidades. Deficientes como animais. Novamente aqui podemos retratar Foucault e a ideia do monstro humano, ou a criatura mista entre raças. Uma "coisificação" presentificada em processos de preconceito, o que tem de certa forma, diminuído na sociedade pelo fato do preconceito tornar-se crime inafiançável no Brasil a partir da década de 1990, pela criação de leis que delimitam os deveres do Estado frente aos deficientes.

A lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, define a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em seus múltiplos aspectos. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social e sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Aborda a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas e as responsabilidades do Ministério Público. Define como crime, punível com reclusão, várias formas de preconceito como negar o trabalho. A lei foi regulamentada pelo Decreto 3.298/1999.

A revisão bibliográfica mostra claramente que o discurso sobre os deficientes pela área de saúde se pauta a partir dos significados da e para a enfermidade, os respectivos impactos na vida e seu gerenciamento diário, com diversificadas variações nas abordagens e visão sobre a estrutura das deficiências, alguns direcionando para o enfoque central na ideia da experiência e seus desdobramentos, tornando-as elementos conceituais como nas pesquisas de: Canesqui (2007), Lovo (2006), Natansohn (2005), Ortega (2009), Paiva e Goellner (2008), Rocha (1991) e Rabelo; Alves e Souza (1999). Assim, a área de saúde associa o elemento do teor subjetivo em sua avaliação e narrativa discorrendo sobre integração, bem-estar avanços propiciados pelas políticas públicas, necessidade de políticas de prevenção, atendimento primário à saúde e atendimento diferenciado para as pessoas com deficiência, pelo fato de muitos necessitarem de atendimento diferenciado (estado crônico) por toda a vida.

Nas entrevistas do trabalho de campo chamou a atenção o aspecto identitário para qual um deficiente associa sua identidade. "Uma doença para chamar de sua" é o aspecto que por vezes norteia a identidade de um deficiente. Tema subjetivo, mas presente. Assim, a patologia, doença, disfunção não é mais apenas um atributo de diagnóstico, mas torna-se um aspecto da personalidade de quem a porta, uma condição de sua identificação perante o mundo, um atributo de valor sem o qual o indivíduo não se reconhece. Sou Jorge cego, pesquisador da antropologia, analista e psicólogo clínico. Várias vezes, sem perceber, me pego fazendo isso. No meu campo esbarrei várias vezes com isso, com colegas surdos, e também com deficientes falando até do número do SID de sua patologia como se isso representasse partes de sua identidade. Aqui falo de territórios, de ser ideia anteriormente exposta. O espaço de vida que diferencia. Friso que é esta área de saúde um dos aspectos que mais posteriormente cria e conceitua outros discursos com relação à categoria dos deficientes, até por ser essa uma área que por séculos formatou o que eram as deficiências e como as diferenciar.

[...] ser deficiente... na verdade, eu acho que todos nós, viventes, temos um tipo de deficiência. Enquanto alguns têm deficiência auditiva, visual, tátil e outras, outros têm deficiência psicológica, ou sentimental ou até mesmo de caráter e outros. Isso quer dizer que quando não se tem condições de visualizar, ouvir, sentir, pensar, perceber algo isso também nos torna deficientes... (Adriana, estudante)

Para mim, ser deficiente é ter algum grau de limitação, seja física, motora ou cognitiva, que torne essa pessoa diferente das demais... (A., professor, não deficiente)

Para mim, ser deficiente é não possuir todas as suas funções, físicas ou psíquicas, dentro de um padrão normal de eficiência. (I., estudante, não deficiente)

Eu sou deficiente porque me enquadro em todos os conceitos legais e sociológicos utilizados para aferir a deficiência como característica de uma pessoa. Sou deficiente visual porque tenho cegueira congênita... (A., deficiente visual, estudante)

Eu sou deficiente porque tive paralisia cerebral. Fiquei assim no trabalho de parto, foi erro médico. Tenho problema nos membros superiores... (T., deficiente físico, estudante)

Oito dos dez entrevistados não deficientes associam diretamente a constituição da deficiência a um estado de saúde como doença, normalidade ou anormalidade. Onze sujeitos deficientes (dos quatorze entrevistados) ligam sua conceituação sobre ser deficiente à temática de saúde, falando de patologias ou disfunções corporais. Assim, dos 24 entrevistados, dezenove versam sobre a temática de saúde e doença, se delimitando ou se autocaracterizando a partir de processos de uma diferenciação corporal, na qual a patologia, um estado de diferenciação ocorre pelo crivo da saúde/doença.

O conceito de saúde/doença é um dos mais expressivos que encontrei em minha pesquisa. Percebe-se que há uma ligação direta na formação do autoconceito e da identidade de um deficiente, enquanto categoria, à proporção que pela ideia de saúde/doença ou desfuncionalidade surge um processo de identificação e identidade. Vários sujeitos entrevistados quando questionados sobre como se veem expressavam sua característica tipificando-a a partir desse eixo-temático. O ser deficiente em conceituação é delimitado tanto social, quanto juridicamente nesse processo. Laudos médicos são exigidos em todos os processos legais para a confirmação da existência real de uma deficiência. Eles são o que conceituam a veracidade da existência dessa identidade. Mesmo que a doença seja perceptível é necessário o carimbo médico para a realização dessa identidade. E não é aceito o médico particular, as avaliações devem ocorrer por médicos e juntas médicas aceitas oficialmente pelo Estado, dentro do Sistema único de Saúde (SUS). Isso funciona para todo deficiente e é regulamentado pela lei citada anteriormente. Assim o laudo médico, e tão somente ele, é o documento que, dentro do sistema previdenciário e de saúde, pode reiterar a identidade de um deficiente.

A diferenciação social entre saúde e doença não é nova. O emprego desse crivo na diferenciação social é muito antigo. Douglas (1966) mostra isso em seu estudo de Levítico, no *Antigo Testamento*. Em Platão (2001), Timeu é encontrada uma descrição dos ciclos fisiológicos, que posteriormente definiriam a personalidade e sua forma de comportamento social. Outro filósofo que se preocupou com a temática da saúde/doença foi Hipócrates, que acreditava que as doenças resultavam de transtornos de humores, e esses posteriormente também influenciariam a vida em sociedade (SHORTER, 1997). Paracelso, já na Idade Média, questiona a ligação e influência das patologias sobre a personalidade e a vida em sociedade (JUNG, 1924). A ideia, já em meados do final do século XVIII, de saneamento básico influenciam posteriormente o pensamento dos séculos vindouros nesta construção discursiva. De forma resumida foi mostrado aqui que as construções desenvolvidas por nossa civilização não são novas.

## B) A DEFICIÊNCIA PELA JURISDIÇÃO

Eu não sei o que é ser igual. Nunca fui. Tenho paralisia cerebral, por isso sou deficiente. A lei, os médicos falam que sou. No Brasil temos muita lei bonita mas que não funciona. Tem lei pra tudo mas que não aplicam. Pelo meu problema eu não posso conduzir carro, mas a lei fala que sou deficiente. Por não ser condutor tenho de processar o Estado pra ter isenção de imposto, que é direito. A lei tá lá, o Estado cria, mas dá um jeitinho pra fazer não funcionar. A gente tem direito a remédio mas tem de ir no Ministério Público pra poder pegar ele na prefeitura. É assim com tudo, pra tudo tem lei, mas temos de brigar pra sobreviver sempre... (T., deficiente físico, estudante)

Acho que na sociedade ainda tem muita falha, mobilidade por exemplo, falam que fazem as coisas mas não fazem. As leis existem mas não são cumpridas. Por exemplo, as guias do Setor Universitário, ônibus, questão de ônibus é complicado. A maior parte dos deficientes visuais depende deles. [...] Existe um jogo de empurra de responsabilidades e nesse jogo a culpa às vezes recai sobre nós, deficientes. Faltam as condições necessárias e, depois que isso não nos é dado, a culpa é nossa. Falam que é preguiça, que temos de estudar mais pra dar conta...ou seja, nós é que somos responsáveis porque a instituição não dá o suporte básico. Ela não cumpre as regras e leis que existem e isto é feito por toda sociedade com os deficientes. Que cada um se vire com seu problema!... (J., deficiente visual, estudante)

Encontro dificuldade na sociedade porque em muitas vezes sou vista como uma pessoa que precisa de ajuda. Já ouvi várias vezes as pessoas falarem para eu me aposentar, pois tenho direito, mas para mim eu escuto como se eu fosse incapaz de trabalhar e de me sustentar. Há leis e decretos lindos que a sociedade deve cumprir, para com as pessoas com deficiência, mas que ainda estão de olhos fechados para cumprirmos. Por exemplo, o estacionamento. Mesmo que eu consiga dirigir, é difícil

achar a vaga livre, mesmo eu tendo o meu direito, e quando coloco o guarda já vem conferir se é verdadeiro, se sou deficiente... (M., deficiente física, estudante)

O segundo maior discurso social que constitui a categoria dos deficientes advém da área jurídica. A Constituição Federal de 1988 sofre influência da Organização Mundial de Saúde na temática das deficiências/saúde, visto que o projeto de classificação de patologias e funcionalidades entrou em vigor no ano de 1983, projeto que influenciou os parâmetros legislativos no Brasil. A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, é a que inicia o aprofundamento da discussão e dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. Somente após uma década essa lei é regulamentada, o que mostra o descaso do setor público para com os deficientes. É pela lei fundamentada na saúde que é constituída e reconhecida a pessoa com deficiência, que delimita os traços, as diferenças físicas, os atributos e particularidades de cada tipo de deficiência, traçando cinco grandes subtipos de deficientes: os físicos com deficiência motora e de locomoção; os visuais, os auditivos os mentais e as pessoas com deficiência múltipla. Cada item acima citado tem regras e normas reconhecidas em lei pela nossa legislação, como o Decreto no 3.298, publicado em 21 de dezembro de 1999, que decreta:

#### CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 1º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto considera-se:

I - deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o

desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) - surdez leve;
- b) de 41 a 55 db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db - surdez severa;
- e) acima de 91 db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências... " (Brasil 2006)

Historicamente o fragmento do decreto transcrito conceituava e delimitava os tipos de deficiência e quem são as pessoas deficientes no Brasil. Pode-se inferir que

foi a partir desse decreto que se ampliou as discussões sobre a área com o reconhecimento jurídico da pessoa deficiente e dos atributos do Estado para sua tutela, os direitos e deveres.

Hoje, em 2013, existe um conjunto de leis específicas para os deficientes, que se desdobram em várias políticas setoriais de governo: saúde, educação, desporto, direito civil, penal, previdenciário. Como por exemplo, o Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nessa pesquisa a temática da legislação pouco foi citada pelos entrevistados de forma direta. A queixa presente na fala dos interlocutores pouco falava de legislação. O teor central das colocações foi invariavelmente a temática de regras e normas não cumpridas em sociedade. Falas sobre dificuldades, falta de acessibilidade, preconceito. Houve queixas indiretas falando claramente que existe uma bela legislação na área, mas não cumprida. A luta por direitos faz parte do discurso de vários deficientes dentro da universidade e na sociedade. Em onze entrevistados deficientes esse discurso existia, só não fazendo parte do discurso das pessoas com deficiência leve.

Os aspectos legislativos na área versam sobre saúde, segurança, desporto, integração social, previdenciária, enfim abarcam a visão integral da temática do que é ser deficiente. A educação também foi contemplada e a partir do decreto acima citado surgem várias portarias em áreas distintas, validando a legislação criada.

Para exemplificar a problemática entre a lei e a aplicação, prof. Ricardo Teixeira, coordenador do Núcleo de Acessibilidade, profere:

Temos um problema aqui de inclusão na educação. Temos de garantir o direito dos surdos, deles estudarem na universidade. Porém, o MEC não libera a contratação de intérpretes de língua de sinais. Esse não é um problema específico da UFG, mas de todas universidades do país.

A fala do prof. Ricardo é outro exemplo de um Estado com dúbio procedimento, que oferece, mas não habilita, em um processo de política cínica, descrito por Zizek (1999). O Estado está ciente de que está errado, mas procede indistintamente. Em vários segmentos sociais existe essa crise, em especial com relação às leis que versam sobre acessibilidade, o que é presente nessa pesquisa

nas falas dos sujeitos deficientes. O teor cínico do Estado é estabelecido na promessa não cumprida, na atitude de que posterga para o futuro e ou outorga a responsabilidade do que não se cumpriu. Esse é um elemento configurativo presente e consciente em uma parte das pessoas deficientes. Desistir ou lutar é o dilema existencial que sobra.

Outro fator crítico na área da legislação é a inexistência de diálogo entre as instituições do governo. Em muitos casos, as instâncias não têm consonância em práticas e ações, o que novamente é outro paradoxo. Assim, não é raro existirem leis que são destituídas em normativas internas, por exemplo, na Receita Federal ou na Previdência (INSS). O jogo de empurra na política cínica. Um órgão de governo atribuindo a culpa dos processos emperrados a outro órgão; o resultado de uma cultura da ineficácia e a perda de tempo decorrendo posteriormente aos deficientes.

Na revisão bibliográfica foram encontrados estudos, como os de Barros (2008), Cavalcante (2006) ou Costa (2008), que apontam para a discussão jurídica na temática das deficiências questionando políticas públicas e processos de inclusão.

Ressalta-se novamente na constituição do que é ser deficiente a existência de um Estado paradoxal e contraditório criado em narrativas espelhadas por todo cenário da legislação e seu cumprimento. Falta de consenso, de possibilidade de aplicação de legislação existente, descaso, nulidade de direitos caracterizam a criação de fronteiras sociais nas quais acabam se inserindo os deficientes. Esse foi um dos fatores que motivaram essa pesquisa e que se confirmaram em campo, com os desmandos sociais.

A dinâmica existente no contexto legislativo caracteriza a subalternidade à proporção que confina um grupo social em uma dinâmica de sobreposição de interesses, quando cria possibilidades e ordenadamente não as cumpre. Leis e desmandos. O conceito de subalterno vem do latim subalterno, e significa "aquele que depende de outrem: pessoa subordinada à outra". É uma expressão que se refere à delimitação territorial e cultural, à fronteiras demarcadas pela disputa de poder, à pessoas de regiões e grupos que estão fora do eixo hegemônico do que é normal na sociedade, como o de produção. Assim, as fronteiras de ideologia, mercado, estado, produção tornam-se uma territorialidade, e os que não se enquadram, marginais ou seres de fronteira.

A subalternidade assim refere-se à diversidade, aos "diferentes", estrangeiros, atípicos da sociedade. Evidencia o jogo de poder, a busca de voz e direito para seu reconhecimento. Foi por pensadores asiáticos, que constatavam os discursos teóricos eurocêntricos, o maior emprego do termo subalterno. A análise do discurso de povos dominados daria outras realidades à análise sócio histórica, um novo enfoque na história dos locais dominados, até então, vistos apenas do ponto de vista dos colonizadores e seu poder hegemônico. A voz do discurso trazendo "novas" visibilidades e direito de expressão aos silenciados. Deficientes podem ser considerados como subalternos, à proporção que os direitos são destituídos pelas próprias políticas de Estado, que não são cumpridas, ou têm em sua regulamentação e aplicação a morosidade constitutiva, vide o problema das leis e seu descumprimento. Isso cria uma situação de subsistência e várias dificuldades, perceptíveis nas falas de nossos entrevistados deficientes. "Não estou lá", mas ali pertenço. Spivak (2003) faz refletir sobre os processos de silenciamento dentro dos discursos hegemônicos. Dar voz aos subalternos implica em transformações sociais, à proporção que emergirão no confronto do jogo de poder novas temáticas de identidade e novas necessidades. Na medida em que ocorre o silêncio diante das reais necessidades de um grupo ou a postergação de seus direitos, há implicação direta em um silenciamento. "Cale sua boca, e pare de reclamar" é tipificado nesse contexto como uma forma de silenciamento. Porém, este "mudo" não tem sua presença erradicada. Incomoda em um "Evil eye", contrastando fronteiras sociais e narrativas. Ele está ali algemado, vendado, apático, apenas assimilando o que um outro vê, fingindo não reparar. É o estranhamento chocante, descrito por (BHABHA, 2003). É a ambivalência e estrutura contraditórias.

O sujeito criado na era colonial, enquanto narrativas, é em partes o mesmo sujeito deficiente que é colonizado por uma ideologia que contrasta, que cria diferença, e que hoje questiona. O sujeito dominado e o dominador estão estrategicamente assim colocados nas entranhas do discurso, que hoje delimita a vida em sociedade dos deficientes. Pertencimento e diferença. Aqui é resgatada a filosofia do absurdo, de Camus (1997), a existência absurda, contestada por um direito absurdo em uma sociedade absurda.

Há um reconhecimento jurídico do Estado brasileiro sobre o aspecto híbrido das deficiências. Várias identidades emergem quando diferenciamos estados de ser

(deficiência física, auditiva, visual, mental, múltipla), o que implica em diversidades amplas para as vivências, que se caracterizam pela ausência de homogeneidade, definindo o campo das deficiências como um campo abrangente. Empregando uma ideia de Barth (2000), “as distinções não dependem da ausência de interação e aceitação sociais, mas, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos”. É a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, a universalidade da hierarquia frente à possibilidade de existir, uma mera igualdade na diferença (SEGATO, 1998). De um lado neste jogo de contrastes temos o teor híbrido de várias vozes: aleijados, cegos, surdos e, de outro lado, um teor social que contextualiza os deficientes em um padrão social universalista, especialmente quando nos referimos à educação e seus preceitos.

### C. A DEFICIÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO

[...] as maiores dificuldades que um deficiente pode enfrentar na universidade e na sociedade, com certeza, são o preconceito e a dificuldade de acessibilidade e de capacitação de pessoal para resolver questões inerentes à vida prática de cada deficiente, tais como: pessoas que dominem tecnologias que ajudem pessoas cegas; pessoas que saibam braile; soroban; saibam língua de sinais, etc. Para mim, a universidade não está preparada para ter alunos deficientes. Ainda são muito pequenas as adaptações feitas neste sentido. É necessária não só a mudança dos espaços e uma política de acessibilidade, como também uma campanha frequente de destruição do preconceito e valorização destas pessoas... (C., professora, não deficiente)

[...] A socialização da pessoa com deficiência na universidade ainda está aquém do que deveria ser. Para mim, as maiores dificuldades que um deficiente enfrenta na universidade e na sociedade é o fato das pessoas não saberem como agir frente à diferença. Muitas têm medo de ofender e se afastam ou não se aproximam por não saber lidar com a situação. Pra mim, a universidade não está preparada para ter alunos deficientes. Falta estrutura física e humana para lidar com a diferença... (R., professora, não deficiente)

Estudar para mim é uma libertação da minha alma, pois através do estudo me mostro capaz de ir mais longe. Existem restrições, um passeio por exemplo, um trabalho a campo. Tem coisas que não posso fazer, mas os professores não querem nem saber [...] A Universidade não está pronta para receber alunos deficientes, pois o acesso é limitado... (R., deficiente física, estudante).

Estudar é um desafio. Embora haja importantes avanços nos últimos dez anos, a escassez de bibliografia digitalizada ainda é o principal problema. Ainda existem barreiras atitudinais e arquitetônicas que atrapalham muito [...]. Também, quanto à

deficiência, a universidade é o microcosmos da sociedade, salvo algumas iniciativas isoladas... (A., deficiente visual, estudante)

[...] a sociedade te vê de várias formas. Na faculdade é difícil relacionar a pessoa com deficiência com o campo. No meu curso mesmo, acho que só tem eu de deficiente e temos uma disciplina que trabalha a inclusão do deficiente com os esportes, mas às vezes não vejo que tem uma estrutura adequada para receber o deficiente... (M., deficiente física, estudante)

A educação é fator importante nessa pesquisa. Primeiro, porque toda ela foi desenvolvida dentro de uma universidade, com alunos, professores e funcionários. Segundo, porque a educação acaba criando leis e regimentando tendências na sociedade. De acordo com a pesquisa de campo, nove entrevistados não deficientes são professores; cinco atualmente estão lecionando na própria UFG. Outros quatro ministram aulas em outras faculdades ou na rede pública, no ensino fundamental ou médio. Dos dez sujeitos não deficientes, cinco são alunos de programa de graduação ou pós-graduação. Todos na atualidade têm frequentado o campus da Universidade, seja na condição de professor ou aluno. Seis dos entrevistados não deficientes dizem que um deficiente pode ter problemas na socialização com professores e colegas. Nove dos entrevistados alegam que barreiras de acessibilidade e atitudinais são as maiores dificuldades dos deficientes na sociedade e na universidade. Nove entrevistados afirmam que a universidade não está preparada para receber deficientes, precisando melhorar muito em vários aspectos relacionados à questão. Dos professores entrevistados, nenhum teve treinamento ou acompanhamento para lidar com deficientes. Doze dos quatorze sujeitos entrevistados falam de preconceito; oito falam de dificuldades de acessibilidade; sete versam sobre barreiras atitudinais; onze falam da dificuldade para o estudo; oito dizem acerca da falta de preparo das pessoas e da sociedade para lidar com os deficientes; e três falam que não têm dificuldades (entrevistados com deficiência leve).

Onze dos deficientes entrevistados têm dificuldades para estudar, encontrando dificuldade para sua acessibilidade; seis reclamam de professores despreparados; cinco falam de falta de suporte da universidade; quatro falam que falta material didático específico para sua inserção e quatro falam que não têm problemas com relação ao estudo (entrevistados com dificuldade leve e moderada). Os cinco cegos entrevistados falam que a universidade não dispõe de materiais

digitalizados e que faltam monitores ou pessoal de suporte para seu auxílio. Os sete deficientes físicos falam de falta de acessibilidade no contexto arquitetônico (especialmente com a interligação entre os prédios, calçadas e rampas esburacadas, degraus, ou falta de rampas para cadeirantes). Quatro queixam-se da falta de respeito com relação às vagas de estacionamento. Cinco reclamam da falta de treinamento de funcionários para auxílio.

Treze entrevistados afirmam que não há diferença entre o que vivem na universidade e o que vivem na sociedade.

Doze deficientes entrevistados afirmam que a universidade não está preparada para ter alunos deficientes. Dez deficientes afirmam que pretendem terminar os estudos e trabalhar. Cinco afirmam que a chance que têm de provar sua capacidade na sociedade está em seus estudos.

Toda a pesquisa, tanto na revisão bibliográfica quanto no trabalho de campo, evidenciou que na sociedade a área que mais tem discursos, estudos, e produção sobre e para as deficiências é a da educação. Encontramos mais de cem artigos entre teses de mestrado e doutorado na área, nas mais diversas ramificações, em uma simples pesquisa pela rede. Todavia, a área da educação denota muitas falhas e problemas graves, segundo o que apreendemos em campo, iniciando com o despreparo da própria instituição para comportar alunos deficientes, fato apontado por professores e alunos.

Existe toda uma construção de leis, decretos e normativas que regem a área da educação voltada aos deficientes. Ressalta-se que, as normativas constituídas advêm de normativas internacionais para a promoção da inclusão das diferenças na sociedade, paradigmas adotados pelo Brasil que se torna signatário deste processo dialético. As leis que regem a educação para os deficientes são:

LEI N.º 8069 DE 13 DE JULHO DE 1990 Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

[...]

Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
[...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

#### Capítulo V Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Até essa lei, as deficiências eram tratadas no sistema educacional especial, o que foi apontado anteriormente, no início deste capítulo.

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, já delimita a temática da inclusão e é regulamentada pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Ela versa sobre as diretrizes da educação no Brasil.

A partir da portaria do MEC nº 1679, de 02 de dezembro de 1999, que “dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições de ensino superior”, tem início as regulamentações sobre a acessibilidade na educação para deficientes, de forma mais específica. É a partir dela que se inicia o discurso para a migração dos deficientes das escolas especiais para a rede regular de ensino. Todavia, nessa lei existe um caráter universalista que desconsidera problemas cognitivos. Esse projeto de lei é confuso e sua aplicação posterior mostra-se falha.

Outras leis:

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Somente em 2002 a linguagem brasileira de sinais é reconhecida no Brasil, o que leva ao questionamento de como, até então, foi possível educar surdos sem o reconhecimento oficial de sua língua.

MEC PORTARIA Nº 3.284, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003.

Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, e considerando a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. Acompanhou esta lei a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 139, DE 21 DE NOVEMBRO 2003, que institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência, e dá outras providências.

Art. 1 Fica instituído, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência - PAED, em cumprimento do disposto no inciso III do art. 208 da Constituição, com os seguintes objetivos:

I - promover a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiências, cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular;

II - promover, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiências nas classes comuns de ensino regular.

Foram mostradas aqui algumas leis e regulamentações promovidas pelo governo brasileiro e ministério da Educação ao longo das duas últimas décadas. Entre a promulgação da constituição brasileira e a regulamentação dos atributos do Estado para a educação dos deficientes se passam quatorze anos.

Muitas dessas leis criadas hoje têm aplicação limitada. Os deficientes que entrevistamos descrevem dificuldades para o estudo e integração. A mesma dificuldade é descrita pelo professor Ricardo Teixeira, coordenador do Núcleo de Acessibilidade e prof. Hildomar Lima, coordenador do curso Letras Libras da UFG.

Existe um movimento de participação dos deficientes na universidade... a temática da inclusão, da presença da pessoa com deficiência em espaços sociais, principalmente na questão da educação, nós temos observado que muitas pessoas têm procurado o ensino regular, um espaço de direito, travando todas as dificuldades e barreiras e chegando até o ensino superior [...] Nas universidades particulares há uma presença maciça de deficientes, pelo fato de existirem facilidades, bolsas, especialmente de deficientes auditivos e visuais. As instituições particulares investiram mais que a universidade pública para dar suporte para os deficientes... Sabemos que muitos problemas são explícitos, muitos estão em fase de correção, porém muitos carecem ainda de um tempo maior para sua organização em função de todo um histórico de exclusão... O que eu vejo, na atualidade, são professores, alunos e funcionários mais envolvidos. Pessoas que acreditam neste espaço (Núcleo de Acessibilidade) e têm buscado conquistas... Lembrando que somos limitados, temos dificuldades. Hoje, por exemplo, ainda temos problemas queixas, no Ministério Público, ações que a meu ver são lícitas e válidas. No momento em que a universidade dá um processo seletivo ela também deve, no mínimo, dar as condições básicas para o acompanhamento do curso. Porém, há falta de suporte do MEC para essa área de apoio e suporte, por isso temos enfrentado esses problemas.

Mas, em síntese, o que tenho observado é uma participação maior da sociedade na universidade. Há muitas pessoas reivindicando seu espaço [...] Muitos projetos têm sido desenvolvidos sem a presença da pessoa ou sem uma necessidade latente e isso faz com que as pesquisas não tenham resultado prático e objetivo a posteriori... (Prof. Ricardo Teixeira, coordenador do Núcleo de Acessibilidade da UFG)

[...] Hoje nossas crianças vão cedo pra escola, mas no caso dos alunos surdos isso não acontece. Normalmente ele vai pra escola, se precoce, com cinco anos, que é quando a prefeitura vai aceita-lo na escola, na educação infantil. Às vezes ele até pode ir pra uma creche. Mas, pergunto, onde ela vai ter contato com a língua dela? Com um par linguístico? Por isso sua educação desde o início é comprometida. Tem muitas falhas na educação... Os alunos surdos têm realmente dificuldades com o português e vemos isso quando eles chegam aqui. Eles chegam com a leitura e a escrita comprometidas. Eu vejo que isso é falha em nosso sistema educacional que ainda não conseguiu trabalhar o português pro surdo como deveria ser trabalhado, com uma perspectiva da língua de sinais como primeira língua, com o português como segunda língua.

Em minha percepção, nossa educação e seu sistema inclusivo gerou discussões distorcidas e tendenciosas. Inclusão é colocar todos os alunos juntos, é ter equidade, e com isso se colocam na mesma sala surdos e ouvintes e vamos trabalhar do mesmo jeito o português, por exemplo. Aí ocorre a diferença porque em uma mesma sala temos alunos que têm o português como primeira língua (os ouvintes) e os surdos, que têm o português como segunda língua, mas a metodologia didática do professor não leva em consideração esse segundo público, ou seja, ele está ali pra ensinar pros ouvintes o português, ele não está ali pra ensinar português pros surdos. Tudo isso são discussões muito recentes no Brasil e em nosso Estado. Veja um exemplo: imagine uma turma que aprende alemão. É diferente o ensino de alemão pra uma turma que tem o alemão como primeira língua, do que seria pra quem não tem o alemão como primeira língua. O ritmo de ensino é totalmente diferente. Se colocarmos nessa turma quem não tem o alemão como primeira língua, essa pessoa teria enormes dificuldades pra aprender. É isso que ocorre com os surdos em nossa educação. Infelizmente a universidade, ainda, não dá conta de suprir essa lacuna. Como temos gerenciado isso? Aqui, temos no primeiro período Língua Portuguesa 1 e, no segundo, Língua Portuguesa. 2. Como trabalhamos: dividindo as turmas nessa disciplina os ouvintes ficam com os ouvintes e os surdos com os surdos e depois isso é continuado nas demais disciplinas do curso, tentando sanar essa dificuldade.

Assim, temos muito cuidado quando pegamos uma produção escrita de um aluno surdo. Nesse sentido também trabalhamos a conscientização, mostrando que para o aluno a Língua Portuguesa também é muito importante. Você tem de encontrar uma forma de tornar o português mais tranquilo em sua vida, porque você vai precisar dele pra ler, pra escrever... Eles chegam aqui, isso é interessante, como se surdo e português fossem dois inimigos... Isso gera muita diferença na sociedade. Veja que hoje um aluno convencional para dominar o Português fica até o nono ano estudando. No caso dos surdos, com todo despreparo já citado, isso tende a agravar, criando certo distanciamento. Poxa, será que não vou ter ninguém para me explicar como é que é o funcionamento dela? E o interessante é que o professor convencional não consegue fazer um contraste entre as duas línguas para que o ensino do português fique mais tranquilo para o aluno. Falta didática específica. Por que a sintaxe do português é assim, e por que a sintaxe da libras é daquele jeito? O produto final é a dificuldade com o idioma pela dificuldade de compreensão da língua, é o que dificulta a aprendizagem e isso gera uma diferença básica na sociedade... (Prof. Hildomar Lima, coordenador do curso Letras Libras da UFG)

Já no início da pesquisa ficou evidente o tom paradoxal existente na área da educação para a qual também não existe consenso sobre o que são e como vivem os deficientes. Vários artigos lidos caracterizavam os deficientes de forma superficial, e muitos se atreviam a tornarem-se políticas públicas na área de educação.

Um dos “modismos” criados pela área da educação, totalmente infeliz foi derivativo do construtivismo distorcido, na tentativa de agenciamento do “politicamente correto”, na mudança da terminologia para a catalogação dos deficientes. Assim, por exemplo, um cego seria uma pessoa portadora de necessidades especiais visuais, segundo as novas regras criadas na área da educação. Tal alteração só gerou mais confusão. Na área e na prática, nenhum benefício. Essa tentativa de diminuir o preconceito mudando o nome e as terminologias foi ineficaz e lamentavelmente muito tempo se perdeu com essas discussões superficiais geradas pela área da educação. A tentativa era evitar traumas (o que evidenciou a falta da leitura da obra de Freud por vários educadores), e durante todas as décadas de 1990 e 2000 foi extensa a campanha para as adequações, enquanto políticas públicas com teor politicamente correto. Igualmente, foram discussões superficiais, pois problemas viscerais eram negados ou evitados.

A guerra gerada pela área de educação contra o ensino especial, querendo o fechamento de instituições como o Instituto Benjamin Constant (escola especial no Rio de Janeiro para cegos), APAE, AMA, Pestalozzi, tentando dismantelar o trabalho secular de tais instituições favorecendo a chamada política de inclusão foi um desastre no mandato de Luís Inácio Lula da Silva. A falta de estudos e a superficialidade no trato dos deficientes têm sido conflitos na área da educação. Houve um intenso movimento por parte dos deficientes e seus familiares para a proteção dessas instituições que ainda hoje têm dado suporte para os deficientes, visto que na rede regular não há preparo, nem condições para os deficientes e sua formação, muito embora o discurso oficial e as leis apregoem o contrário. Isso é visível nos dados mostrados na presente pesquisa de campo. Falta de preparo e treinamento dos professores, falta de material de suporte, falta de elementos didáticos para o ensino são elementos que estão nas queixas dos entrevistados. A fala do prof. Ricardo Teixeira, coordenador do Núcleo de Acessibilidade, aponta para

uma gravidade: "em várias pesquisas na área o próprio deficiente não é ouvido". Muitos artigos com os quais iniciei a leitura deixavam isso claro, à proporção que falavam de realidades com teor universalista. "Achismos" tornando-se ideias distribuídas, virando políticas de Estado e formatando leis, como a que promove mudanças terminológicas tentando diminuir o preconceito. Nesse teor ainda observou-se a influência da ideia descrita no início, de saúde/tratamento buscando corrigir e sanear os problemas.

É a área da educação que, todavia tem o maior discurso de inclusão social e de busca de igualdade para os deficientes. Vários estudos têm esse sentido, como os de Aihara (1988), Amaral (1988, 1994, 2002), Barbosa (2002), Bianchetti (2004), Cader (2003), Piber (2006), Garcia (2004), Padilha (2000), Saad (2003), Sasaki (2002), Camargo (2000), para citar alguns dos inúmeros encontrados. A intenção nesta pesquisa não é a de aprofundar a temática da educação, o que daria outro estudo à parte. Todavia, o estigma criado pela educação e seus desvios também é apontado em nessa pesquisa pelos sujeitos deficientes e não deficientes que entrevistados. Professores com dificuldades de lidar com deficientes, alunos com problemas no processo de ensino aprendizagem, discursos paradoxais que se entre alinhavam, gerando confusão para as vivências, especialmente quando se delimita um estudo dentro de uma universidade, falando da socialização dos deficientes, como eles se veem e como são vistos.

A constituição dos deficientes para a educação em alguns estudos versa especialmente no crivo de capacidade cognitiva, adaptação e socialização. As áreas da pedagogia, letras, linguística, psicologia em várias correntes travam este embate. Só que em muitas dessas a socialização tem teor universalista, quando se acredita que socializar resolveria o problema do preconceito e diminuiria as diferenças, o que vem mostrando-se ineficaz. Socializar sem o preparo de professores, sem o treinamento específico intenso, e sem o suporte de materiais e sem uma acessibilidade constitutiva aplicada, aumenta a visão das diferenças e os problemas vivenciais, o que foi apontado pelos entrevistados. Como na área jurídica temos a problemática de um jogo social perverso que se desenvolve com promessas não cumpridas, que caracterizam e constroem diferenças falando de um teor universalista, simplificando em narrativas, discursos e ações práticas, problemas complexos, influenciando nisso políticas de Estado para a educação. A educação,

que deveria assim preparar o deficiente para sua superação e para as vivências na sociedade, acaba por acentuar as diferenças.

Os deficientes entrevistados reconhecem a importância da área da educação em suas vidas. Vários falaram abertamente que a chance que têm de provar sua capacidade se dá pela educação. Todavia, o mesmo embate existente na sociedade está nessa área, com várias barreiras. A educação neste sentido é outro problema por todo paradoxo existente, construído em seu discurso, que de um lado fala de incluir, de outro cria confusões e não aplica o que desenvolve.

Neste sentido, se poderia afirmar que a educação retroalimenta a condição de subalternidade, à proporção que confina os deficientes em uma margem social, recriando silêncios, em um paradoxal tom que versa sobre incluir. Foram mostradas aqui as três principais áreas que em nossa sociedade tentam conceituar o que são os deficientes: saúde, legislação e a área da educação. Todas com leis criadas e segmentadas na sociedade. Há muito material comum entre elas em um diálogo. Muita coisa boa foi produzida e desenvolvida. Porém, em algumas outras, elementos criados não levaram em consideração o objeto para o qual foram destinadas, assim o deficiente, principal objetivo, por vezes não foi ouvido nesta construção.

Por outro lado a Classificação Internacional de Doenças (CID) é um conjunto de conceitos com crivo diagnóstico que regulamenta em teor universal, catalogando em critérios específicos patologias, sintomas específicos e critérios diagnósticos. Ela é utilizada para classificar doenças e outros problemas de saúde registrados de forma sistêmica, tornando o crivo de diagnóstico universal. Assim, códigos são atribuídos a certas patologias e isso se tornou uma linguagem universal na área de saúde. A partir da criação da CID, em 1983, foi possível criar estatísticas e avaliações mais específicas para os programas de saúde pública, coordenando ações para todos os países membros da OMS. Avaliar o perfil epidemiológico, a predominância de patologias em determinados pontos do planeta, e ter maior avaliação de processos endêmicos foi possível graças à estruturação de uma linguagem comum com teor diagnóstico. Atualmente o CID está na sua décima versão (CID 10) que data de 2007. A CID é a versão em português da *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems*, 10th Revision e a entidade que a regulamenta é a Organização Mundial de Saúde.

Onde você vê um obstáculo,  
alguém vê o término da viagem  
e o outro vê uma chance de crescer.  
Onde você vê um motivo pra se irritar,  
Alguém vê a tragédia total  
E o outro vê uma prova para sua paciência.  
Onde você vê a morte,  
Alguém vê o fim  
E o outro vê o começo de uma nova etapa...  
Onde você vê a fortuna,  
Alguém vê a riqueza material  
E o outro pode encontrar por trás de tudo, a dor e a  
miséria total.  
Onde você vê a teimosia,  
Alguém vê a ignorância,  
Um outro compreende as limitações do  
companheiro,  
percebendo que cada qual caminha em seu próprio  
passo.  
E que é inútil querer apressar o passo do outro,  
a não ser que ele deseje isso.  
Cada qual vê o que quer, pode ou consegue  
enxergar.  
Porque eu sou do tamanho do que vejo.  
E não do tamanho da minha altura.

Fernando Pessoa

## CAPÍTULO 3. A PESSOA DEFICIENTE

As pessoas com deficiência já não são mais os coitadinhos, os nichos abandonados e largados nos extremos da sociedade. São pessoas dotadas de saberes, dotadas de direitos, dotadas de capacidades, porém ainda com muitas barreiras...

Eu penso que a pessoa com deficiência se enxerga ainda como uma guerreira, que tem de matar não um leão, mas dez por dia. Pessoa que acorda, que vai pro mundo do estudo, do trabalho, um mundo chamado sociedade sempre com disposição e disponibilidade pra briga, no sentido de enfrentamento, isso porque o tempo todo ela tem de conquistar, ela tem de buscar... por hora os deficientes tem de lutar, de brigar por isso. A negação é quase que uma rotina, uma constante. É como eu vejo as pessoas que estão aqui, na universidade tem chegado com muita garra, luta, suor, com muitas barreiras por que passaram e nem todos têm essa garra, essa luta, a condição de passar pra chegar. E esses que acabam não tendo condições de luta acabam aceitando a esmola do governo, em termos de ter uma aposentadoria por deficiência, ou de benefícios de programas sociais, em função de ser uma luta difícil, injusta... (Prof. Ricardo Teixeira, coordenador do Núcleo de Acessibilidade)

Olha, na maior parte das vezes, por parte dos deficientes com quem convivo, sim existe um discurso vigente que versa sobre identidade. Há por parte deles uma luta por espaço e reconhecimento. Eu estou aqui, estou na universidade, quero fazer parte disso, quero ser ouvido... É uma luta por espaço que, em meu ver, é algo absolutamente normal e natural. Se pegamos a história dos surdos, vemos que até pouco tempo não saíam de casa, não trabalhavam, eram tutelados e hoje eles já trabalham, estudam, são funcionários públicos. Só que esta luta por espaço existe, é crescente, e creio que vai crescer ainda mais. Eu também sou capaz... (Hildomar Lima, coordenador do curso Letras Libras)

[...] tenho convívio diário com um deficiente, na universidade, já que estudamos no mesmo prédio da Faculdade de Ciências Sociais. Na maioria da vezes me sinto também sendo colocada nessa categoria "deficiente" pelo fato de estar ao lado de alguém sem suas totais aptidões. Vivo as situações inerentes a um deficiente, observando mais e percebendo certas situações que o deficiente não percebe. Algumas pessoas se solidarizam, outras não entendem, outras ainda estranham e não aceitam. As mensagens são muito sutis. Embora exista um certo acolhimento, o estranhamento das pessoas é muito visível para mim... Falar das deficiências é comparar.

Toda comparação busca encontrar as diferenças. É a aproximação de dois termos entre os quais existe alguma relação de semelhança, como na metáfora. A comparação, porém busca realçar determinada qualidade do meio termo (como, tal, qual, assim, etc.) exemplo: "O deficiente pode ser visto tal como a pessoa normal?" A diferença que percebo entre as pessoas, a princípio, é a visual. Dependendo do deficiente pode haver outras diferenças, como a maneira de se comunicar ou o próprio raciocínio, o que dificulta essa comparação. Porém, acho que essa deficiência pode se desdobrar num outro processo psíquico, que influenciará também nas relações interpessoais, o que também acontece com todos nós, não deficientes, ao interagirmos com nosso corpo. Por isso é que acredito que o deficiente possa sim ser comparado como alguém normal, ao justificar suas capacidades ou incapacidades, já que todo processo de simbolização dessa deficiência, ao ser exteriorizado, passa a se constituir como um processo natural do ser humano, na medida em que nossa força psíquica aparece em nosso corpo e em nossas relações. Porém, existe um padrão de eficiência, o qual, pela limitação, o deficiente não

consegue cumprir, não podendo ser comparado às pessoas normais... (I., estudante, não deficiente)

[...] para mim ser deficiente é ter alguma diferença física, sensorial, intelectual, visual ou auditiva em relação ao que é considerado como normal. Essa diferença pode ser transitória ou permanente, isso no aspecto normativo, porque infelizmente no aspecto social ser deficiente é ser desacreditado, visto com preconceito, sendo, muitas vezes, considerado como sub-humano pelo simples fato de não estar de acordo com o padrão social da normalidade... (R., estudante, não deficiente)

Para mim, ser deficiente, penso que é ser privado de alguma função corporal que normalmente as pessoas têm. Mas não significa, de nenhuma forma, ser menos que as outras pessoas. (C., professora, não deficiente)

Sou deficiente tenho paralisia cerebral, mas não sou só isso. Sou filho, amigo, sou muitos em um só... (T., deficiente físico, estudante)

Sou deficiente visual tenho visão monocular. CID: H54.4. Para mim é normal, pouco perceptível, mesmo porque uso lente/prótese. Quase ninguém sabe. Levo uma vida normal, com total independência. Tenho CNH, dirijo há cinco anos e três meses e nunca levei nenhuma multa e nem colidi o carro. Com o uso da prótese/lente atual me sinto como as outras pessoas, não existe mais diferença pelo lado estético, mas sim na forma de enxergar, pois só tenho a visão de um olho... (L., deficiente visual, estudante)

É perceptível que a construção da ideia de pessoa deficiente resvala em um processo complexo e em duas vertentes. Primeiro por um agenciamento social discursivo construído por um cenário legislativo, repleto de regras e tradições sociais que apontadas no capítulo 2. Em segundo lugar, porque a ideia de pessoa deficiente como construção social, mescla a identificação e a auto aceitação da condição da deficiência, gerando uma identidade. A sobreposição dinâmica desses dois eixos forma a ideia da pessoa deficiente. Nesse sentido a temática da representação torna-se vital por que é nessa construção entre a forma com que pessoas são vistas e se veem, no jogo social, na dinâmica existente frente aos papéis sociais que acaba por se delimitar a ideia da pessoa deficiente. De um lado, com os esquemas legislativos, regras e tradições, em uma ampla narrativa; do outro, com pessoas tendo sua identidade construída socialmente pelas diferenças, tentando adequar-se a esse processo.

A presente pesquisa, nesse sentido, evidenciou uma problemática. Foram convidados para participar da pesquisa mais de setenta pessoas deficientes. Foram feitas várias ligações telefônicas, enviadas cartas via e-mail e pessoalmente houve contato com pelo menos quarenta pessoas deficientes. Apenas vinte responderam

afirmativamente ao convite de participar da pesquisa. Todavia, seis das pessoas que seriam entrevistadas não deram sequência ao proposto. O silêncio por não querer se reconhecer deficiente foi algo chamativo. Várias pessoas não querem assumir sua condição de deficiente e reconhecer-se uma pessoa com deficiência era um elemento básico para que se pudesse entrevistar uma pessoa. Sem esse reconhecimento, do próprio indivíduo sobre sua deficiência e de seu estado, não seria possível seguir adiante com a entrevista.

Isso ocorreu várias vezes na pesquisa de campo e torna-se um dado significativo quando percebemos que uma parte dos deficientes reconhecidos institucionalmente pela universidade não se reconhecem como tal. "Não sou deficiente", ou "Não posso te ajudar porque não sou um desses", "Vou ver se lembro de alguém pra te indicar" foram algumas das respostas obtidas da parte de deficientes abordados.

Os seis entrevistados contatados, embora aceitando participar da pesquisa, jamais responderam a carta inicial que havia sido enviada, e um terceiro grupo, mesmo marcando entrevistas presenciais, jamais compareceu. Foram quatro meses de buscas, tentativas e insistências para chegar a um número mínimo de dez participantes deficientes.

Durante a triagem, um contato foi frustrado, quando a mãe de uma possível entrevistada ao saber do que se tratava a pesquisa negou a permissão da entrevista alegando ofensivamente que sua filha não era "dessas pessoas".

Dos deficientes contatados, em pelo menos quatro casos foi percebida a superproteção de interlocutores que não permitiam o acesso ao deficiente. Essa mesma percepção foi tida junto a profissionais que atuam na instituição e que versavam sobre os problemas que já haviam ocorrido junto a familiares de deficientes. "Olha, toma cuidado, porque já tivemos problemas com pais de deficientes aqui", relatou uma funcionária ao alertar sobre o que poderia encontrar no decorrer da pesquisa. A superproteção constitui uma parte funesta da temática das deficiências em nossa sociedade, privando o indivíduo do crescimento, do embate, do confronto direto com o jogo social, infantilizando um indivíduo. E isso ocorre com alguns pais e familiares, com alguns profissionais da universidade e com alguns membros da sociedade que ainda tendem a ver o deficiente como um ser

frágil, que necessita de proteção e cuidados extremos. Esse foi um dado levantado na pesquisa de campo e que está presente no discurso social.

A fragilidade criada pelas diferenças é um tema a ser problematizado. A ideia de tutela não pode, nem deve ser confundida com a de superproteção. Ter direitos iguais não deve implicar em isolar usando o discurso de proteger. E a superproteção é uma forma sutil de preconceito, à proporção que evidencia a fragilidade do outro a ressaltando no jogo social.

Resgatando autores estudados no mestrado como os dos estudos culturais de Hall (2000) ou os do sociólogo Bauman (2001) torna-se evidente uma crise de valores institucionalizada entre potenciais, características e expectativas sociais com uma enorme necessidade de reconhecimento de identidade, feita pelo embate social. Todos os indivíduos querem seu espaço, ou um "-ismo" para chamar de seu; querem pertencer, ter visibilidade, socializar-se. Porém, quando um grupo sofre preconceito ou discriminação isso muda, pelo fato de tornar-se difícil a aceitação da condição. Assumir a identidade deficiente é um paradoxo a ser suplantado. A percepção é a de que a superproteção, ou a visão assistencialista, ampliam essa dificuldade pela forma de tutelar, postergando embates necessários. Todavia, percebe-se que em um segundo momento ocorre uma necessidade de agrupamento e de aceitação da condição existencial.

Os estudos do sociólogo Maffesoli (2006), especialmente em seu conceito de "comunidade afetual", versa sobre o elo afetivo que une pessoas. Isso é significativo enquanto identidade e força política, especialmente quando no caso dos deficientes há todo um discurso caracterizado por identidades significativas em pequenos subgrupos: cegos, surdos, físicos, todos com discursos próprios e com diferenças de posicionamento, segundo suas vivências e ideologias. Porém, embora exista a particularidade, também ocorre uma vivência comum que se refere à temática geral sobre as dificuldades da existência de ser uma pessoa deficiente, no embate sobre a acessibilidade, sobre a busca de lugar para reconhecimento. Os deficientes que se assumem como tal, em boa parte têm convívio com pares de deficientes a sua semelhança. Embora na universidade isso seja diluído; na vida social, cegos têm amigos cegos, cadeirantes da mesma forma. Na universidade, o grupo dos surdos é bem consolidado e unido. Um fator aglutinador é o tipo do curso, Letras Libras, no qual a linguagem de sinais é ensinada e também o fato de que o prédio em que

funciona o curso de letras-libras centra os alunos nesse convívio, sendo esse o único curso que oferece cotas para deficientes, quinze por semestre. O fato de alunos surdos não procurarem fora outros cursos como Direito, História, mesmo em disciplinas de núcleo livre, mostra a necessidade por alguns deficientes de uma compartimentação, de maior convívio com pares deficientes, ressaltando a ideia de grupo ou de "comunidade afetual", à proporção que ocorre uma primazia do que agrega pessoas com experiências e sentimentos comuns.

O acesso aos deficientes deu-se por meio de uma lista de contatos cedida pelo Núcleo de Acessibilidade. Os que ali estão cadastrados utilizaram o sistema diferenciado no processo seletivo, no vestibular da universidade, colocando em seus dados a deficiência que portam. Nesse sentido da identidade do deficiente há outro paradoxo. O indivíduo deficiente, na hora em que necessita de um benefício, assume sua deficiência; porém, no trato social, por vezes tenta escondê-la. Por quê? Vergonha, incômodo, medo, o motivo não é sabido. O fato é que várias vezes foi percebida essa crise com relação à identidade de ser deficiente, apontada no silêncio dessa pesquisa. A dificuldade de falar disso também ocorreu junto às pessoas não deficientes abordadas.

[...] na maioria das vezes, não me sinto preparada para interagir com deficientes. Ser deficiente é ter que matar dois leões por dia. É ter que superar tudo é auto superar-se. Pensar nisso não é fácil, embora já tenha pensado antes. Creio ser extremamente penoso depender de alguém, nem que fosse num grau mínimo de dependência... (R., professora, não deficiente)

[...] Para mim, ser deficiente é ter algum grau de limitação, seja física, motora ou cognitiva, que torne essa pessoa diferente das demais. Não me sinto preparado para interagir com uma pessoa deficiente. Cada deficiência tem sua complexidade. É preciso um conhecimento dos problemas do outro para ter tal interação. Pela palavra, ser deficiente é a dificuldade, diferença, o impedimento de uma ação, prática ou comportamento humano. O estrangeiro tem a deficiência da língua. Daí que é mais amplo. Pensar nisso é complicado, pois somos 'nossa' deficiência em lidar com o problema. É um tema problemático, insolúvel, pois não perdemos tempo aprendendo a língua dos sinais, não sabemos se existe um código de 'etiqueta' ou boas maneiras para guiar um cego ou como lidar com as mais variadas deficiências. Nesse sentido é terrível. O tema da deficiência deveria ser tratado reiteradamente dentro de uma disciplina mais ampla de direitos humanos, em sala de aula, durante todos os anos... (W., professor, não deficiente)

Em meu primeiro livro, Tirésias 1999, havia abordado a temática da não aceitação sobre o ponto de vista da psicologia analítica. Nas pesquisas que fiz colocadas em Tirésias já havia reconhecido a dificuldade de aceitação de um

indivíduo quando esse se torna deficiente, ou no confronto social. A negação e o racionalismo são mecanismos de defesa psíquicos amplamente empregados, especialmente quando a personalidade está frágil ou imatura. Colabora neste processo a superproteção que fecunda a visão assistencialista, que também se constitui na ideia de fragilidade recorrente em vários pontos, a visão arcaica do deficiente como coitado, a infeliz expressão que celebra o ato de um coito. Visão que, embora pouco apareça, ainda está presente nas falas de nossos interlocutores não deficientes, em sentimentos de dó, pena, na celebração dos problemas vivenciais.

Tentar compreender a ideia de pessoa deficiente e a construção social feita para designar essa categoria é um desafio. Antes, é interessante entender a linha de estudo que possibilita essa compreensão, segundo nossa percepção.

Nesta pesquisa foram utilizados como referência os trabalhos do sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss, considerado o "pai" da etnologia francesa. Junto com vários pesquisadores franceses do início do século XX, nesta linha de estudos ocorre um interesse amplo para delimitar o objeto e teorias das Ciências Sociais, da Antropologia e Sociologia. Nesta linha de estudos os objetos são as representações coletivas de caráter autônomo e inconsciente para o próprio indivíduo. Há a temática do simbólico e de construções sociais como conceitos que derivariam de formações sociais específicas. Elementos constitutivos de determinada cultura, crenças e tradições influenciam a vida social, em construções específicas como a ideia de pessoa ou eu, a morte, as técnicas do corpo, a dádiva. Os elementos constitutivos destas formas específicas que forjam processos sociais foram analisados, evidenciando mudanças entre povos e em tempos históricos distintos, denotando particularidades.

Mauss (1938) nos mostra que a noção de pessoa, sendo construída socialmente através de toda uma pedagogia técnica e simbólica, institui um sentido do corpo e de sua individualidade. É uma das formas fundamentais do pensamento e da ação dos indivíduos, uma representação coletiva, uma categoria do entendimento. Evidencia assim a dimensão "ideal", simbólica, imaginária, dos fatos sociais.

Nesta pesquisa tentar entender as implicações de como é constituída a ideia da pessoa deficiente, é o que pode delinear de forma mais específica as

particularidades dos aspectos vivenciados pelos deficientes, dando voz a um grupo social que tem sistematicamente vivenciado um complicado processo.

Marcel Mauss (1938) conceitua o termo de pessoa, ou ideia de eu, enquanto categoria plausível de estudo, à proporção que a posiciona como uma categoria histórica do espírito humano, construída por inúmeras sociedades. Questiona como assumimos as categorias de nosso tempo histórico de tal forma que tais categorias tornam-se aparentemente naturais. No estudo sobre a noção de pessoa, Mauss desenvolve a genealogia dessa noção. Aponta para a influência estóica e a moral voluntarista na constituição da ideia de pessoa. Segundo suas palavras: “[...] é evidente, principalmente para nós, que jamais houve ser humano que não tenha tido o sentido, não apenas de seu corpo, como também de sua individualidade a um tempo espiritual e corporal” (MAUSS, 1938, p. 211). Todavia, esse sentido ou sensação, essa narrativa, ganha um tom particular em cada cultura e cada povo, em seu determinado tempo histórico.

Mauss, neste estudo, fala de vários povos. O primeiro são os Pueblo, para os quais existia um número determinado de prenomes por clã. O clã era constituído por certo número de pessoas, vistas como personagens: “[...] o papel desses personagens, era, meramente, o de figurar, cada um em sua parte, a totalidade prefigurada do clã [...]” (MAUSS, 1938, p. 215). Assim, a pessoa era uma posição dentro do clã. Os papéis preexistem às pessoas enquanto individualidades. O nome representava muito mais uma posição na estrutura social do que uma natureza intrínseca e inerente ao indivíduo. Por sua vez, povos do noroeste americano apresentavam o mesmo tipo de classificação. Entre os Kwakiutl tudo é animado e tudo faz parte da pessoa. O espírito das coisas. O corpo não restringe a noção de propriedade, tudo é animado e faz parte da pessoa do proprietário. A pessoa é a representação de um papel predeterminado. As máscaras se evidenciam.

Eu me reconheço uma pessoa deficiente, por entender que pessoa com deficiência é aquela que necessita de um recurso que compense a falta de visão, no caso de uso de tecnologias assistivas. Sou uma deficiente visual. Tento lidar com isto com mais naturalidade possível, apesar das barreiras atitudinais que me são impostas no dia a dia, tanto no espaço profissional quanto no meu cotidiano pessoal. (P., deficiente visual, estudante)

Eu me reconheço uma pessoa com deficiência, porque tenho minhas limitações, tenho uma amputação no membro superior esquerdo. Tento lidar com isto de forma normal, como qualquer pessoa sem deficiência que enfrenta dificuldades no dia a dia

também. Tento superar os desafios que surgem todos os dias da forma mais natural possível... (J., deficiente física, funcionária)

Ambas as falas citadas anteriormente evidenciam que um dos aspectos que ressaltam a própria visão do indivíduo como pessoa é a do corpo em falta. Em ambas as falas anteriores também são apresentadas as ideias das barreiras e das dificuldades que ressoam quase que como um adjetivo. É interessante perceber que os entrevistados usam e empregam coloquialmente o termo “pessoa” para se auto delimitarem.

É possível fazer uma comparação usando alguns dos elementos estudados por Mauss, como a ideia de papéis sociais que se sobrepõem à existência. Foi possível chegar a isso quando ao observar o reducionismo que caracteriza um indivíduo por sua patologia, tipificando seu ser como pessoa a partir deste crivo. Assim a preexistência de papéis configura a ideia da pessoa deficiente, especialmente a ideia de saúde/doença. Nesse sentido, foram encontrados na pesquisa de campo:

Oito dos dez entrevistados não deficientes associam diretamente a constituição da ideia da pessoa deficiente a um estado de saúde doença, normalidade ou anormalidade. Assim falam do que é o ser deficiente, posicionando dentre seus atributos e qualidades o estado da falta ou patologia: "ceguinho", "aleijadinho", "o menino surdinho", formas coloquiais de expressão que retratam isto. Quem anda não é o ser que tem nome próprio, história, cidadania, mas o atributo físico que acaba por resumir e qualificar os outros processos de constituição de identidade. Apenas outros dois entrevistados apontam a um direcionamento complementar nestas respostas falando de individualidades, subjetividade e outras formas de ser.

Nove dos dez entrevistados não deficientes afirmam que é fácil reconhecer uma pessoa com deficiência, atribuindo isto a seus traços corporais e ou de comportamento.

Onze sujeitos entrevistados deficientes ligam sua conceituação sobre ser deficiente à temática de saúde, falando de patologias ou disfunções corporais. Ressoa a ideia de estereótipo e estigma.

Em um segundo ponto, a ideia das coisas animadas que transmigra a essência do ser repassando-a a objetos, às vezes, também é encontrada quando

deficientes acabam elegendo um objeto que os auxilia quase como uma parte integrante de sua existência. A associação direta entre os deficientes físicos e sua cadeira de rodas, ou dos cegos com a bengala são exemplos de extensões do corpo e da identidade quase que como formas animadas de vida própria. Há exemplos de deficientes que desdobraram o sentido do animismo. Foi observado, por exemplo, um cego que batizou sua bengala de Anita. Extremamente divertido, ele conversa sozinho, dialogando nas ruas com Anita... Ele justifica tê-la batizado assim porque ela adora se enfiar em buracos, às vezes, carregando-o junto. O relato de outro deficiente físico pernambucano, que intitula sua cadeira de rodas de "mula manca" em suas falas, "Toca que vamos de mula", também ilustra a ideia. Na necessidade e familiaridade do uso de objetos inanimados, no hábito, no convívio, há uma tendência ao processo de lhes dar vida, atributos de personalidade. "hoje esta mula tá de pacote, está empacada [...]" Para não falar do reconhecimento do que é o ser que emprega o uso do objeto, um desdobramento da identidade, tipificado inclusive nos sinais que designam as deficiências de forma específica. Foi percebido, na ocasião de uma entrevista com uma deficiente visual, que ela tratava sua bengala como uma entidade viva. "Toió" era o nome de sua bengala. Seu trato com o referido objeto era de uma relação afetiva intensa, um objeto animado.

A ideia de papéis que preexistem ao indivíduo, apontada por Mauss (1938), também aparece na pesquisa de campo. Neste sentido, as atribuições dadas aos deficientes pelos não deficientes em uma objetivação específica chama a atenção, evocando a ideia do estereótipo, especialmente ao observar a temática apontada da incapacidade como um agenciamento discursivo comum em várias frentes.

Para mim, ser deficiente é ter algum grau de limitação, seja física, motora ou cognitiva, que torne uma pessoa diferente das demais. Depende do tipo de deficiência e podemos comparar. Algumas são facilmente detectáveis e outras não. Aquelas que são físicas são talvez mais facilmente visíveis e identificáveis. Pensar nisso é natural, porém pouco frequente. Infelizmente não estamos acostumados a lidar com as diferenças... (A., professor, não deficiente)

Retomando a ideia da construção de pessoa, segundo Mauss (1938, p. 226) "[...] raras são as nações que fizeram da pessoa humana uma entidade completa e independente de qualquer outra".

A Índia foi a primeira civilização a versar sobre consciência do eu, a ter a noção de indivíduo. Tanto a cultura Védica quanto a Budista desenvolveram tais ideias. Segundo Mauss (1938), foi no Império Romano, que teve início a ideia de pessoa como a concebemos hoje. A cidadania tornando-se uma *persona civil*. Segundo Mauss: “[...] *persona* vem de *per/sonare*, a máscara através (*per*) da qual ressoa a voz (do ator)”. Essa ideia já havia sido trazida pelo psiquiatra suíço, um dos fundadores da psicanálise, Jung, em 1916, em sua obra *“Dialética do eu e do inconsciente”*, que tem um capítulo específico sobre a *Persona* como elemento da vida social e psíquica. Os Romanos associavam a ideia de máscara à ideia de representação. Os papéis sociais sobrepostos da existência. Jung postula nesse sentido que a *Persona* no contexto psíquico refere-se a uma parte da estrutura da personalidade responsável pelos relacionamentos do indivíduo para com o mundo, a socialização. Carl Gustav Jung é outro teórico que estudado como referência. Trata-se de um psiquiatra suíço que amplia a psicanálise, aprofundando o estudo do simbólico, segmentando a área de saúde mental, criando uma metodologia de tratamento para pacientes psiquiátricos. O simbólico e o estudo do inconsciente diferenciam seu trabalho. Entre 1924 e 1925 Jung visitou os índios Pueblos, no novo México, os mesmos citados por Marcel Mauss em 1938. Embora Mauss não entre na temática do psicológico e dos desdobramentos desse processo na formação da ideia de pessoa, as semelhanças entre os estudos é bem interessante e se faz pertinente.

Segundo Mauss (1938), os estóicos e sua filosofia voluntarista deram à pessoa um sentido moral. É a partir disso que a noção de pessoa passa a significar o indivíduo em sua natureza mais íntima: “[...] um sentido de ser consciente, independente, autônomo, livre e responsável por si” (idem, p. 233).

Por sua vez, o cristianismo deu a noção de pessoa, a ideia de unidade, advinda do conceito da trindade: “[...] todos sois um em Deus” - preceito fundamental para a criação da ideia de pessoa, à proporção que suscita a ideia da reciprocidade, de respeito, compaixão. O cidadão jurídico, dotado de moral, agora ganha um sentido com a ideia de pessoa. Pessoa que para o cristianismo comunga da visão de que todos somos filhos do mesmo pai.

A ideia de pessoa construída historicamente evidencia a visão de nossa civilização que, por sua vez, denota essa estrutura sobre preceitos claros

configurados por uma identidade. Identidade que evidencia a ideia de eu, que por sua vez desdobra-se em vários elementos configurativos.

A identidade, bem como a noção de pessoa, é datada historicamente e também é uma ideia que foi construída no decorrer de processos sociais tais, que delimitam categorias e suas especificidades.

Desenvolvendo outro paralelo entre Mauss e o estudo de campo, há socialmente a ideia de apoio e auxílio fomentada pela moral. Auxiliar os fracos e oprimidos foi o diferencial Cristão diante da cultura Romana. Em vários depoimentos colhidos existe a ideia de ajuda e suporte ao grupo dos deficientes. Caridade e atenção básica aos que necessitam é parte fundante do confronto entre a categoria das pessoas "normais" e os deficientes. Ela existe enquanto ideia de normativas sociais que apontadas no capítulo 2. Todavia, percebe-se que nem sempre existe sinceridade no altruísmo. Em vários momentos há um processo extremamente sutil que faz disso outro processo de subalternidade, ressignificando as diferenças, na ideia do anormal que deve receber atenção para poder ser inserido na sociedade. Especialmente quando este altruísmo descarta as necessidades reais do outro. "[...] Posso te ajudar, mas é do meu jeito", "se quiser [...]" Muitas regras e leis têm este sentido, existem, são belas, mas seu descumprimento por vezes ainda coloca no outro, no deficiente, a culpa de sua não funcionalidade, ou do fracasso. Em vários discursos isso é presente.

Percebe-se que existe todo um cenário de teor narrativo constituído socialmente, que caracteriza os processos descritos por Mauss. Processos que têm teor de imaginário, à proporção que descrevem elementos configurativos por ideias humanas, recheadas de teor simbólico. Ideias que fundem realidade e ficção. A construção de categorias e sua análise proposta pelas ciências sociais, por vezes, mostra esse teor que se faz chamativo e familiar, especialmente quando se confronta o conteúdo presente nesses discursos. A ideia das categorias tem, porém, outra segmentação.

Marcel Mauss foi influenciado pelo sociólogo francês Durkheim, seu tio e mentor. No período da estruturação da sociologia e antropologia francesa, início do século XX, existia a construção de uma escola de pensamento distinta. O sociólogo Durkheim (1989) procurava compreender a maneira pela qual reunimos as palavras e as coisas. Durkheim (1994) articula a teoria do conhecimento da realidade social,

situando-a no campo simbólico, no espaço das representações sobre o dizer e o fazer social, assim as categorias são construídas socialmente. A análise de "categorias do entendimento" permite a compreensão do modo pelo qual um grupo representa o mundo, e as maneiras de pensar que estão associadas às práticas sociais. As classificações são sistemas de noções hierarquizadas e só podem ter origem na sociedade.

Nesse trabalho, ao discorrer sobre uma organização social de uma categoria, a dos deficientes, recai-se sobre todo um teor de narrativas construídas, não de forma objetiva, mas com todo um teor de subjetividade, à semelhança de um quebra cabeças com peças espalhadas por todo um terreno, enquanto é preciso que se reconstrua uma narrativa específica sobre uma forma de ser em sociedade, sem descaracterizar ou forçar esse objeto a aparentar o que ele não é. Todavia, o objeto dessa pesquisa tem teor de um paradoxo, à proporção em que os discursos que falam da realidade escamoteiam sua veracidade, objetificando uma construção narrativa que destitui a voz específica ao agente da ação. Em termos de estrutura é como se o ator principal de um enredo fosse transposto apenas como coadjuvante, o que também representa outra forma de subalternidade. Isso especialmente quando a realidade é sobreposta pelo estereótipo, a ficção torna-se centro do roteiro, e os defeitos, centro da ideia de pessoa. A forma desta construção que vem do social e que é reproduzida de forma inconsciente é um ponto de observação que recai na ideia de imaginário. Narrativas construídas, que são introjetadas, por vezes sem a percepção do indivíduo. Narrativas que tentam delimitar identidades.

[...] As pessoas sem deficiências não têm preparo algum para lidar com a situação. Depende da deficiência, mas acho que o sentimento de dó do outro lado é uma dificuldade a ser vencida... (I., professora, não deficiente)

Em minha observação, o deficiente socializa-se bem com os grupos e pessoas existentes. O deficiente tem uma excelente comunicação, não importa qual seja a deficiência que possui. Observo que a interação com colegas e professores é normal, como ocorre com quaisquer outras pessoas. Talvez, até maior, pois essas pessoas parecem ser mais sinceras nos relacionamentos... (C., professora, não deficiente)

Em vários momentos foi observado um teor universalista na conceituação do que são os deficientes. Elementos distorcidos de percepção sobre o que são

também foram comuns, elementos do ideal romântico, a tragédia perpassando as narrativas. Percepções subjetivas de uma realidade distinta.

Essa pesquisa poderia ter apresentado uma análise apenas de uma deficiência específica, como os cegos ou surdos, o que tem sido comum. Todavia, no discurso social, há uma objetivação que acaba por enquadrar os deficientes em uma única categoria, e mostra isso na fala dos sujeitos entrevistados, outro paradoxo, que em partes reconhece uma identidade específica, mas de outro lado engloba todas em uma única construção. A falta da visão de pequenas diferenças na existência de subgrupos dentro dos grupos passa ao largo da percepção de muitas pessoas.

Aqui, outro paralelo com a Antropologia de autores pós-coloniais que também analisam as narrativas. A construção de discursos de teor segregacionista, por exemplo, criou especialmente na Europa um discurso sobre a África que também negou as diversidades existentes em culturas específicas, aspectos históricos, geopolíticos, existindo todo um teor reducionista neste processo narrativo. A África assim passou a ser destituída de sua realidade continental, tornando-se um discurso hegemônico que destituía as diferenças específicas. Trabalhos como os de (APPIAH, 1997) evidenciam isto. Falam de uma construção social que caracterizou em discursos uma realidade, negando uma diversidade existente. Outro autor que também fala deste processo, porém falando do Oriente, foi Said (2007). A Antropologia aproxima-se da literatura e preocupa-se com a análise de discursos e narrativas, evidenciando uma dinâmica existente, na qual é produzida pelo jogo de poder a subalternidade.

Indo além da proposta desses autores depreende-se o imaginário nestas construções, que acabam sendo repletas de elementos figurativos e simbólicos, vários construídos para a manutenção de uma visão hegemônica no jogo de poder. Essas ideias são aqui empregadas porque elas acabam sendo constitutivas para a ideia de pessoa em algumas semelhanças, especialmente quando tais construções discursivas mantêm as diferenças na sociedade, gerando uma subalternidade e fronteiras sociais.

A construção de ideias que segmentam categorias analisadas por Mauss e outros teóricos têm agora nessa pesquisa outro sentido agregado que pretende

analisar o conteúdo específico desta construção, seu teor ideológico construído no jogo de poder.

Lido com minha deficiência. Isso pra mim lembra que sou capaz. O deficiente é capaz de fazer as coisas, desde que ele tenha condições pra interagir com o meio. Eu nem sempre me sinto com esta condição. Aqui na faculdade, por exemplo, estou sem monitor e sem um monitor é meio impossível acompanhar algumas disciplinas... (Je., deficiente visual, estudante)

Eu tenho paralisia infantil na perna e no braço direito. Meu convívio com amigos e colegas é regular. Lidar com o espaço urbano é relativamente conflitante, pois nem em tudo eu posso participar. As pessoas me observam com um olhar meio sem confiar na minha capacidade. Isso faz com que me sinta mais determinada em provar minha capacidade... (R., deficiente física, estudante)

É evidente que a construção da ideia de pessoa deficiente resvala em um processo complexo inicialmente em duas vertentes. Primeiro por um agenciamento social discursivo construído por um cenário legislativo, repleto de regras e tradições sociais apontadas no capítulo 2. Em segundo lugar, porque a ideia de pessoa deficiente como construção social mescla a identificação e auto aceitação da condição da deficiência, gerando uma identidade. A sobreposição dinâmica desses dois eixos formam a ideia da pessoa deficiente. Amplia, entretanto, nesse cenário os aspectos do imaginário constitutivo de ideias agenciando discursos e tradições, forjando os estereótipos, os mitos e lendas. Dois pontos encontrados durante a pesquisa de campo são evidentes nesse sentido.

O primeiro refere-se à visão do deficiente como super-herói. O ato da sobrevivência é mistificado em pequenas coisas e ações. O simples ato de atravessar uma rua, por exemplo, torna-se um feito maravilhoso e divino, por vezes gerando estupefação. Quatro entrevistados não deficientes falam disso empregando o discurso da superação que engendra essa ideia. O segundo ponto, infelizmente ainda comum, é o que se liga à ideia da invalidez. O deficiente que “não vai dar conta”. Seis entrevistados não deficientes (dos dez entrevistados) falam disso empregando a ideia da dificuldade, dizendo que deficientes “não vão dar conta”. Por sua vez, os sujeitos deficientes não citam diretamente a temática da invalidez, a necessidade de afirmar a competência como forma de existência contrapõe-se à ideia da invalidez. Nesse sentido, doze dos quatorze deficientes entrevistados falam sobre a necessidade de seguir adiante, falando de superação, nos estudos e

atividades profissionais. Ambas as ideias a do super-herói e a do inválido pertencem ao mesmo eixo temático. Ambas fazem parte dos discursos encontrados em campo.

Em 1999 quando publiquei meu livro *Tirésias* já havia me deparado com esta temática. Na altura fiz uma análise desta dinâmica pelo viés analítico, evidenciando o teor arquetípico deste processo. Aqui todavia me detenho a mostrar que os discursos que são reproduzidos, por deficientes e não deficientes tem um teor de imaginário que denota conceitos e ideologias formadas, reproduzidas de forma inconsciente.

Muita gente me olha com cara de bobo porque tenho rosto paralisado. Várias vezes fui tratado como imbecil ou como nenenzinho. Gente que não me conhece, por minha cara me trata assim. Tenho deficiência física sou um PC (paralisado cerebral), mas é só isto. De resto sou como toda gente. Só que cada coisa que faço tem gente que acha que é maravilhosa, por exemplo o fato de estudar, de ler filosofia e história, fica daí um pessoal com cara de bobo, querendo me levar pro "Fantástico", como se eu fosse um novo tipo de gênio ou algo assim... (T., deficiente físico)

O fato de não me comunicar direito não implica que eu não penso ou não tenho sentimentos. Eu trabalho, namoro, tenho minha vida como todo mundo, e luto pra sobreviver, estou estudando porque quero melhorar de vida. Não sou super-herói, que tudo que faz é maravilhoso. Sou gente que luta pra sobreviver... (S., deficiente auditivo, estudante)

Outro conceito que se faz pertinente aqui é o do imaginário. Há nele um teor de ficção presente em algumas narrativas encontradas. Estereótipos forjando mitos para uma realidade vivencial. Isto formatando a ideia de ser, de pessoa, a identidade, a ideologia e a representação da categoria dos deficientes.

Segundo as ideias de Durand (2002), o conceito de imaginário delimita uma área de estudos multidisciplinar que agrega a Filosofia, Psicologia profunda, Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia, Educação, Comunicação, Literatura, Artes e Comunicação. Segmentada na França na década de 1960, sofre influência pela filosofia de Bachelard. O Centre de Recherche sur'Imaginaire na França, dirigido pelo antropólogo Gilbert Durand, também professor na USP, é um dos expoentes na disseminação destes estudos. Nomes como David L. Miller ou Marc Beigbeder denotam o questionamento das estruturas sociais e sua ligação pelo viés do imaginário.

Antes de delimitar o conceito de imaginário nesta pesquisa há que se ressaltar um problema metodológico. O termo imaginário há décadas vem sendo

empregado de várias formas e maneiras. Vários autores ligados ao positivismo apontam que o imaginário representa apenas o lado não racional, e por isso o que não pode ser validado cientificamente, o que neste estudo é descaracterizado. O imaginário não deve ser adjetivado, à semelhança do conceito de mito, ou o de inconsciente, conceitos que por várias décadas receberam teor negativo.

O imaginário aqui referido conceitua o campo que estuda as imagens e seus desdobramentos em narrativas, no processo linguístico, psicológico e social. Segmenta o estudo do simbólico e seus desdobramentos, criando um diálogo entre a Sociologia e a Psicologia profunda. O imaginário está relacionado à capacidade imaginativa dos seres humanos, à criatividade e às diversas formas de expressão singular e coletiva. Assim o imaginário delimita normas e valores de sujeitos históricos, que criam suas instituições. O imaginário é a contextura do mundo humano, uma suturação histórica, que delimita várias formas de narrativa, a ideologia, a representação. Segundo o antropólogo Durand (2002, p. 14):

[...] o imaginário - ou seja, o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens - aparece-nos como o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano. O Imaginário é esta encruzilhada antropológica que permite esclarecer um aspecto de uma determinada ciência humana por um outro aspecto de uma outra [...]

Segundo o cientista social e psicólogo social Serbena (2003, p. 9):

O imaginário possui uma função social e aspectos políticos, pois na luta política, ideológica e de legitimação de um regime político existe o trabalho de elaboração de um imaginário por meio do qual se mobiliza afetivamente as pessoas. Nele as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado presente e futuro [...] O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...] [e] Por símbolos, alegorias, rituais, mitos.

O autor (idem, p. 4) ainda afirma:

[...] o campo do imaginário é também um campo de enfrentamento político, extremamente importante nos momentos de mudança política e social e quando se configuram novas identidades coletivas. Isso coloca a questão da duplicidade dos fatos sociais, isto é, a sua dupla referência a um real empírico e a sua função imaginal, isto é, a sua posição ocupada no imaginário do grupo social em questão. Deste modo, parece não haver dúvida sobre a importância da fantasia e das imagens no mundo social. A

abordagem deste campo proporcionou várias descobertas e foram relacionadas várias e complexas funções do imaginário na vida coletiva e no exercício do poder, pois o poder, especialmente o político, explora e suscita representações coletivas [...]

Até aqui foi demonstrado como o imaginário interfere na construção de conceitos e práticas sociais distintas. Mostra outro ponto de vista que delimita e organiza ideologias e identidades.

Ao estudar o grupo dos deficientes em uma universidade entrando na ideia de representação, foi encontrada uma estrutura reconhecível através de um processo de comparação, no qual e contrasta como deficientes são vistos e se veem. O tom comparativo entre saúde/doença, normalidade e anormalidade são eixos temáticos encontrados, em profundo teor simbólico, carregado de significantes absorvidos pela sociedade como elementos discursivos que especificam uma categoria. Porém, os discursos existentes mostram contrastes, alguns são forjados irreais. Como exemplo cita-se o discurso existente de equidade, proposto pela educação inclusiva e descrito anteriormente no capítulo dois. Três entrevistados não deficientes o reproduziram. Esse discurso mostra uma fantasia. Ter direitos iguais é muito diferente de ser igual a outras pessoas. Esse discurso tem como fundamentação a ideia de normalidade e anormalidade, carregando novamente a proposta de tratamento, a problemática da diferença. Todavia, sem que as pessoas percebam, há uma reprodução deste discurso que apregoa a igualdade para os deficientes. Ser deficiente é constitutivamente ser diferente, é ter aspectos cognitivos, de locomoção, de tempo e espaço diferenciados. Assim como é diferenciada a diversidade da percepção, as formas de interação com o mundo e, por vezes, o sistema de comunicação distinto (Simth/Andresen,2004). Como é que poderíamos encaixar a ideia de igualdade nisso? E por que ela é ainda difundida, reproduzida pelas pessoas? Evidencia-se aqui que há na sociedade uma mistura ampla entre realidade e ficção e que ambos constroem as definições, crenças e tradições do que são os deficientes.

As deficiências é um tema que me interessa, mas o que estudo sobre as deficiências é apenas a definição e me satisfaço com a definição apresentada na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, conhecida como Convenção da Guatemala e na World Report on disability de 2011. A minha principal preocupação não é com as deficiências, mas em como pensar a instituição escolar de forma mais acolhedora e

eficiente para todos, com ou sem deficiência. Como as deficiências foram motivo para a sua exclusão do ambiente escolar, justificada tal postura como inevitável e por causa da deficiência, enfocá-las seria um erro. Acredito que o problema da educação não é ou está nas deficiências, mas na incompetência das instituições escolares em cumprir com sua obrigação de ensinar. Assim, se o problema não está nas deficiências, então, o problema é pedagógico e é a ele que me volto... (R., estudante, não deficiente)

Eu ainda acho que nenhuma instituição brasileira está completamente preparada para o convívio com os ditos deficientes, pois vejo que pouco se preparam para os ditos não deficientes. Nem com esses os professores têm tido a ética de despersonalizarem os julgamentos, ainda mais com aqueles que, aos olhares deles, demonstram maior necessidade de orientação. Na verdade, acho que o problema das instituições são problemas de sentir o outro como um ser humano igual... (A., estudante, não deficiente)

A construção dos discursos para a formatação da ideologia é também apontada por Serbena (2003), que mostra como são construídas ideologias que se constelam em relação com o imaginário: “O importante não é mais necessariamente o conteúdo falso ou não, mas as suas condições de enunciação e seu entendimento, isto é, como se configura sua função de discurso dentro da dinâmica social”. Como se engendra, articula, dissemina, reproduz e se mantém um discurso que assume uma função ideológica?

Neste sentido, as justificativas ideológicas são fundamentalmente discursivas, uma narrativa racionalizada sobre um tema, mas elas “possuem elementos que extravasam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável” (SERBENA, 2003, p. 06).

A pessoa deficiente acaba sendo constituída, enfim, por um eixo complexo que mescla vários teores. O aspecto ideológico no jogo de poder ressalta a normalidade, criando uma estrutura de diferenciação ampla, reproduzida tanto por deficientes quanto por não deficientes, o normal valorizado, o anormal distintivamente especificado.

O contraste entre realidades, entre várias formas de perceber e atuar no mundo, foi o que me motivou a falar de representações, especialmente por essa dinâmica acentuar o contraste do jogo social existente na vivência dos deficientes. Um jogo social de paradoxos, de alternâncias, de diferenças.

No presente estudo é empregado o conceito de representação social que delimita uma forma de investigar, como surgem e como funcionam os sistemas de referência que são utilizados para classificar pessoas e grupos, e para interpretar os

acontecimentos da realidade cotidiana. A representação social interfere nas relações com a linguagem, na ideologia, no imaginário social, na orientação de condutas e nas práticas sociais. Nessa pesquisa esse conceito foi empregado porque durante todo o tempo foi encontrado um teor paradoxal, e propositadamente houve o confronto entre como os deficientes se veem e como são vistos em um determinado espaço da sociedade.

O conceito de representação social deriva do conceito de representação coletiva e foi empregado inicialmente por Durkheim, em 1912. Foi utilizado na elaboração de uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico.

Nem toda forma de conhecimento pode ser considerada representação social, mas somente aquela que faz parte da vida cotidiana, que é elaborada socialmente, que funciona como forma de interpretar, pensar e agir sobre a realidade, um conhecimento prático. O teor de catalogar e referenciar a realidade faz parte da ideia da representação social, a partir de um conteúdo simbólico e prático, ideias que resumem a teoria da psicologia social de Moscovici (1994).

Assim, a representação social possibilitou, no campo da sociologia e da psicologia social, uma forma de observar novas formas pelas quais a sociedade, os grupos e os indivíduos pensam a si mesmos e os outros, e como isto se desdobra no consenso e no conflito, como se formam as identidades sociais e como acabam sendo mantidas. A apreensão e reabilitação da ordem simbólica entram em pauta.

A representação social localiza-se no cruzamento da sociologia e da psicologia, é "uma forma sociológica de psicologia social", com raízes históricas no conceito de "representações coletivas" de E. Durkheim. Possui um caráter ativo, de produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, modificando-o e não apenas reproduzindo-o. Ela procede através da manipulação dos elementos conhecidos, procurando preencher as lacunas e dissonâncias com elementos e conceitos de outros campos, modificando muitas vezes o seu significado original. Dessa forma, as representações sociais, ao mesmo tempo fazem com que o mundo seja o que pensamos que é ele é ou deve ser. (SERBENA, 2003, p. 7)

A ideia de pessoa deficiente acaba sendo constituída por uma fusão entre aspectos de imaginário e realidade vivencial. Há um contraste amplo dentro da temática de representação dos deficientes, quando cruzamos a ideia entre como deficientes se veem e como são vistos na sociedade, aspectos apresentados a seguir.

### 3.1 COMO DEFICIENTES SÃO VISTOS

As pessoas com deficiência já não são mais os coitadinhos, os nichos abandonados e largados nos extremos da sociedade. São pessoas dotadas de saberes, dotada de direitos, dotadas de capacidades, porém ainda com muitas barreiras... A pessoa deficiente é um ser que luta, que tem de ter garra pra sobreviver em nossa sociedade... (Prof. Ricardo Teixeira, coordenador do Núcleo de Acessibilidade)

Para mim, ser deficiente é não possuir todas as suas funções físicas ou psíquicas, dentro de um padrão normal de eficiência. Acredito que os deficientes sejam mais disciplinados e organizados na medida em que precisam contar mais com situações externas ( por exemplo, locomoção, espaço, barreiras arquitetônica e acústicas, etc.) para sua sobrevivência. Outra observação que faço é a repetição de certas escolhas, o que acaba virando um padrão. Mas não acredito que seja uma categoria, embora haja semelhanças entre eles. Todo comportamento depende do meio vivido. Em minha percepção as maiores dificuldades que eles enfrentam acredito que sejam as barreiras arquitetônicas e de locomoção, o que os tornam dependentes de outras pessoas. Outra dificuldade é o acesso à bibliografia, no caso do deficiente visual. Além do preconceito que existe na sociedade pelo o que é diferente. Isso é muito visível e latente. As pessoas não conseguem conviver muito bem com alguém diferente. O corpo é visível e essa falta causa desconforto e estranhamento. Parece aquela história do espelho borrado. Um comportamento natural de socialização, ao ser visto no outro, porém de maneira distinta, causa desconforto. Não sei se a universidade limita um pouco esse acesso por não preparar os professores para esse acolhimento ou se são elas próprias que não conseguem dar continuidade aos seus relacionamentos, estudos e trabalho. Talvez as duas coisas... (Isabela, estudante)

Os deficientes são pessoas que possuem algum problema físico. Eles possuem alguma dificuldade de fazer algo que uma pessoa sem deficiência poderia fazer, como subir escadas sem dificuldades, assistir a uma aula na lousa, ouvir uma música. Não observo muito a socialização, geralmente quando vejo um deficiente ele está com uma única pessoa ao seu lado, que deve ser um amigo ou familiar, nunca os vejo em grupos. Acho que sua convivência é solitária. As pessoas sem deficiências não têm preparo algum para lidar com a situação, com os deficientes. Depende da deficiência, mas acho que o sentimento de dó do outro lado é uma dificuldade a ser vencida. Considero umas deficiências mais complicadas que outras. Dependendo da aceitação de cada um, acho que a pessoa pode viver bem. Acho que existe solidariedade e dó ao mesmo tempo para com os deficientes. São vistos como pessoas que precisam de atendimento especial... (I., professora, não deficiente)

Na verdade eu acho que todos nós viventes temos um tipo de deficiência. Enquanto alguns têm deficiência auditiva, visual, tátil e outras, outros têm deficiência psicológica, ou sentimental ou até mesmo de caráter e outros. Isso quer dizer que quando não se tem condições de visualizar, ouvir, sentir, pensar, perceber algo, isso também nos torna deficientes. Penso que não há ninguém no mundo pleno de conhecimentos e condições e, pensando assim, é possível entender que os seres humanos devem ajudar uns aos outros. Sobre o convívio na universidade, percebo que poucas pessoas têm uma consciência de ajudar ao que precisa, mas vejo que muitas são indiferentes. Penso que não se pode generalizar deficientes como se

fossem uma classe de seres iguais. São pessoas que têm as suas questões psicológicas relacionadas a classes sociais, de gênero e também de intelectualidade, que diferenciam as suas convivências com o grupo. Algumas são introspectivas e outras não, além de que podem se sentir discriminadas e por esses motivos também não terem uma grande sociabilidade. A indiferença das pessoas é, a meu ver, a maior dificuldade que um deficiente enfrenta. Pra mim, eles vivem. Eu penso que depende muito se a deficiência é nata ou não, por que o mais difícil é ter e perder. Penso que é como o jovem que tudo pode e que quando chega à velhice e não dá mais conta do que antes concretizava, compara as duas situações com uma certa nostalgia ou mesmo tristeza, pois já não consegue mais o que antes conseguia. Porém, aquele que já nasceu com determinada deficiência nem sempre tem a consciência de ter ou ser um deficiente e, como acredito que todos os viventes têm deficiências em alguma área, acho que o comportamento é de quem se compara a uma criança quando não sabe algo e que precisa de ajuda para realizar! A percepção que tenho é a de que as pessoas veem a debilidade do outro como se o observador fosse referencial do que é melhor... (A., estudante, não deficiente)

Durante a pesquisa de campo foram abordadas pelo menos trinta pessoas, na tentativa de desenvolver as entrevistas. Dessas, quinze não tiveram interesse em responder. Algumas esboçaram espanto ou indiferença frente ao tema quando era apresentado o teor da pesquisa: "[...] desculpa não ter como te ajudar hoje"; "estou sem tempo agora"; "deixa no meu escaninho as perguntas que vou responder e depois te mando". Houve desinteresse por parte das pessoas contatadas, o que gerou atraso no desenvolver da pesquisa. Um investimento de quatro meses até chegar ao mínimo de dez entrevistados não deficientes que colaborariam com a pesquisa na tentativa de compreender como esse pequeno grupo observa os deficientes e, posteriormente, comparar o resultado com o que foi colhido na pesquisa bibliográfica.

Trata-se de um tema temido, que incomoda, que é problemático, o que já foi citado na fala de vários entrevistados. Evitar a reflexão sobre o tema foi algo comum, perceptível tanto na ação dos candidatos para a entrevista, quanto para os entrevistados não deficientes. Isso remete diretamente à ideia de subalternidade, de uma estrutura social destinada ao desinteresse por parte de várias pessoas. Vários professores com os quais foi tentado contato evitaram a reflexão. A ocorrência deste fato em 75% é bem significada na problemática de como deficientes são vistos porque existe uma necessidade de não saber e ou não ver quem são essas pessoas. Uma barreira construída socialmente por fatores diversos, como a ideia de anormalidade ou doença. O fato presente nesta pesquisa de várias pessoas evitarem o olhar e o confronto evidencia a subalternidade existente.

O silêncio em nossa percepção deflagra uma parte significativa do jogo social à proporção que ele simbolicamente nos apresenta uma lacuna, uma entrelinha em uma narrativa, se avaliamos uma cultura, um grupo social, crenças, tradições, o espelhamento na construção da subjetividade em normas e regras sociais para o convívio, Analisando o grupo de deficientes, nessa condição específica na sociedade, em um recorte delineado, chegamos a uma textualidade, a uma forma narrativa que tentamos traduzir e compreender, à semelhança de um texto, ideia trazida pela Antropologia de Geertz (1989). Geertz propõe a ideia em seu método que posiciona a Antropologia como interpretativa, destina o estudo da cultura como semiótico e a análise como microscópica (feita por detalhes).

Aqui é tratado especificamente do detalhe do silêncio e sua significação. Especialmente quando esta estrutura mostra o incômodo, um problema a ser questionado, denotando um aspecto da ideologia da sociedade. "[...] a análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjecturas e não a descoberta do continente dos significados e o mapeamento da sua paisagem incorpórea" (GEERTZ, 1989, p. 30). Esta lacuna discursiva, o silêncio é esta "paisagem incorpórea" confrontada.

Nesta pesquisa o silêncio é significativo à proporção que expressa uma lacuna social que se desdobra em vários campos: os vinte milhões de deficientes existentes no território brasileiro, desconhecidos nas estatísticas oficiais do governo; as políticas públicas da educação, que destituem as particularidades das diferenças cognitivas; a morosidade do executivo, legislativo e do judiciário em executar propostas e normativas que visam por em prática a legislação criada para os deficientes; a terceirização da voz dos deficientes nas várias propostas assistencialistas; e ou por fim a temática recorrente nesta pesquisa de campo de vários sujeitos não deficientes evitando falar do tema, ou sentindo-se incomodados quando tiveram contato com o tema desta pesquisa. Seis dos dez entrevistados não deficientes falaram em suas entrevistas da indiferença, do descaso, da apatia, da dificuldade de lidar com o tema, do incômodo que isso provoca. A falta de interesse e curiosidade de várias pessoas em conhecer o Núcleo de Acessibilidade e de tentar ir atrás de informação sobre quem são os deficientes e como vivem é outra questão que também pode ser cruzada com a ideia de indiferença ou a do silêncio.

Este silêncio na textualidade, nas formas narrativas é o incômodo do Evil Eye, descrito pelo pesquisador pós-colonial (BHABHA, 2003), no estranhamento e na perturbação da diferença que se presentifica, e no posterior jogo social de diferenças que isso demarca. O sociólogo Bauman (2001) também fala desse processo quando posiciona os estrangeiros e os diferentes na era do consumo. Vários autores pós-coloniais da Antropologia apontam que a condição de subalternidade é a condição do silêncio. Spivak (2003, p. 48), a autora pós-colonial, falando da análise das ideologias diz:

Lo que es importante en una obra es lo que no se dice. Esto no es lo mismo que la descuidada observación de "lo que se niega a decir", aunque ello también sería em sí interesante [conocerlo]: un método puede construirse sobre esto, con la tarea de medir los silencios, tanto de lo reconocido como de lo no reconocido. Pero más bien, lo que la obra no puede decir es lo importante, porque allí la elaboración de la expresión es realizada como una especie de jornada hacia el silencio [...].

Sobre o incômodo, lidar com as diferenças é refletir sobre a própria fragilidade humana. É o embate com o egoísmo constitutivo de uma sociedade de consumo frente à necessidade de solidariedade e ajuda mútua. E na onipotência atual, descrita pelo analista Pedraza (1997), é difícil ao ser humano pós-moderno o reconhecimento, tanto da finitude quanto de sua fragilidade.

Muitos pontos do que foi encontrado já fazem parte da literatura descrita sobre os deficientes. Reitera-se que nesta pesquisa propositadamente não se objetivava especificar ainda mais o tipo de categoria de estudo por deficiência, o que já vem sendo amplamente feito. Assim, o estudo não era sobre como vivem os surdos, ou os cegos na UFG. Ao contrário, é questionado o discurso geral sobre a área, a forma narrativa que enquadra o deficiente em uma categoria específica, destituindo a diversidade em um tratamento comum. É questionada a autoridade desenvolvida em discursos, no jogo de ideologias que desenvolvem roteiros e regras sociais destituindo o outro.

Durante a pesquisa de campo, foram abordadas pelo menos trinta pessoas, para efetuar pelo menos dez entrevistas com pessoas não deficientes. Dessas, cinco pessoas, embora se mostrando disponíveis e querendo ajudar, não tinham contato com deficientes, então tiveram que ser descartadas da pesquisa. Foi possível entrevistar dez pessoas não deficientes. Dessas, sete pessoas têm contato

esporádico e não frequente com deficientes. Nove dos entrevistados afirmam que é fácil reconhecer uma pessoa com deficiência, atribuindo tal facilidade aos traços corporais e ou de comportamento do deficiente. Esse é um ponto bem específico da pesquisa.

Um dos aspectos mais encontrados nesta pesquisa foi o da diferença expressa pelo corpo e suas atribuições. Nove entrevistados não deficientes falam dos deficientes a partir deste crivo, ressaltando em seu discurso as diferenças demarcadas pelo corpo.

É pela diferença corporal que se constitui o elemento figurativo da representação do deficiente em nossa sociedade. É pelo corpo que se delimita o conceito, a categoria, a representação, o estigma do que é ser deficiente. O corpo deficiente é como um ícone simbólico em que se articulam o conceito e os significados da deficiência, a corporalidade e suas manifestações nesta diversidade, em consonância com o autoconceito como uma construção sociocultural determinada pela vivência de tempo e espaço definidos. É impossível falar do corpo deficiente sem nos atentarmos à construção do imaginário, do aspecto simbólico que se manifesta expresso nesta realidade.

Dos constitutivos encontrados na pesquisa de campo a ideia do corpo deficiente deriva da ideia de corpo diferente. Assim como a representação do corpo feminino, do corpo negro, do corpo asiático, do corpo obeso, do corpo não estético encontra-se o corpo deficiente sujeito a toda sorte de construção social, focada na construção da ideia de diferenças, como no apontado pelo estudo de ciências da saúde de Pereira (2006).

Dez entrevistados não deficientes fizeram comparações entre as categorias do ser deficiente pelo ser não deficiente, mostrando assim claramente que veem os deficientes apenas por um aspecto imagético de espelhamento, ou como disse uma entrevistada, é um "espelho borrado" feito pelo teor imagético, focado no corpo, em suas diferenças, em crivo de estética e funcionalidade.

Um dos aspectos interessantes dessa pesquisa é a ideia do corpo em falta presentificada, a corporalidade dos deficientes. A presente pesquisa de campo e revisão bibliográfica mostram claramente que as deficiências jogam na cena social a imposição da presença do corpo o evidenciando pelas diferenças na falta, semelhantes às apontadas no estudo de ciências da saúde por Martins e Barsaglini

(2010). O corpo em falta, o corpo dismórfico, o corpo diferente, o corpo disfuncional se presentificam, impondo ao jogo social uma marca. Como no apontado pelo sociólogo e antropólogo LeBreton (1995), seu portador é jogado na visibilidade social, no ato de estar e isto traz a corrosão da auto imagem imposta pela deficiência ou pelas diferenças, trazendo consigo a ideia de corpo território.

Retornando ao teórico que influenciou os estudos sobre o corpo, Marcel Mauss (1934), no artigo "As técnicas do corpo" direciona sua atenção e das ciências sociais para a construção de aspectos singulares das manifestações corporais integrando-as à sociabilidade, à formas distintas de cultura e aprendizagem, e suas manifestações. No referido artigo Mauss o exemplifica falando de uma de suas paixões, a natação, mostrando como a técnica do nado modifica-se com o passar dos anos, uma técnica que é expressa pela aprendizagem. Assim, Mauss nos mostra que o corpo passa a ser agente representativo de manifestações específicas e subjetivas, de um tempo e espaço definidos, de formas específicas de interação social, de criação de elementos de identidade, formas criadas por uma determinada cultura. Exemplificando assim, existe uma diferenciação na técnica do nado usada por alemães franceses, americanos, etc. O mesmo ocorre com as formas de alinhamento de tropas militares, sua forma específica de marchar ou escalar. Mauss conclui seu artigo "Técnicas do corpo" apresentando causas sociológicas para estes atos comandados pelo social; atos que pelas técnicas corporais buscam o controle do corpo, tentando chegar às formas específicas para que os homens possam servir-se de seu corpo. Tudo isso faz parte das representações coletivas, formas pelas quais a vida social se inscreve.

Mauss nos dá a entender que as técnicas do corpo podem ser abordadas como um "fato social total", ou como um fenômeno que engloba diferentes dimensões da experiência pessoal, individual e social. Mostra ainda formas diferentes de classificar os atos e as posturas corporais (sexo, idade, rendimento, transmissão das técnicas, os diversos momentos históricos...). As ideias de Mauss (1934) sobre as técnicas do corpo remetem ao pensamento de como são os posicionamentos sociais, as construções representativas dos deficientes que são categorizados pelas diferenças, elemento constitutivo da forma em que as pessoas veem os deficientes. Esta pesquisa ressalta essa visão à proporção que as diferenças trazidas pelos deficientes são rupturas dos padrões coletivos de

convencionalidade. Como exemplo, a peculiaridade de andar de bengala (no caso de cegos) ou de cadeira de rodas, ou ainda a linguagem dos sinais dos surdos.

É importante ressaltar que a visão que as pessoas não deficientes que entrevistamos têm dos deficientes impregna a ideia do corpo como um demarcador social das diferenças, mostrando que é assim que percebem os deficientes. Atribuem em boa parte das vezes as dificuldades que os deficientes enfrentam a problemas corporais. Isso quando não falam de superação novamente, usando o crivo do corpo como forma elementar, ou problema para os deficientes. Quatro dos entrevistados afirmam que é natural lidar com deficientes e pensar nessa temática (desses, dois são pesquisadores e coordenadores na área).

Sete dos entrevistados não deficientes dizem que o deficiente socializa-se bem. Três falam que o deficiente tem dificuldades para se socializar, ficando isolado diante de barreiras. Seis dos entrevistados dizem que um deficiente pode ter problemas na socialização com professores e colegas.

Nove dos entrevistados alegam que barreiras de acessibilidade e atitudinais são as maiores dificuldades dos deficientes na sociedade. É pertinente problematizar esse ponto específico. É importante ressaltar que tais dados foram colhidos nas entrevistas em três questões distintas, a primeira sobre a socialização geral dos deficientes; a segunda sobre como a pessoa não deficiente percebia as dificuldades dos deficientes e se elas existiam; e a terceira falando da socialização dos deficientes com professores e colegas na universidade.

Analisando os dados colhidos na pesquisa de campo foi encontrado outro paradoxo na temática da socialização, confrontada em cenas específicas. Esse foi um dado que na avaliação e tabulação dos dados ofereceu reflexões. O que é socializar bem de um lado, e ter problemas de socialização com professores e colegas da universidade de outro?

Uma questão sem resposta, mas que pode se ligar à próxima temática.

Oito dos dez entrevistados não deficientes falam abertamente de preconceito e estigma, observam que deficientes sofrem com isso. Oito afirmam que a sobrevivência dos deficientes dá-se com muita dificuldade. Nesse aspecto outro paradoxo claro. Uma confusão distinta na temática da socialização. Os não deficientes atribuindo aos deficientes, de um lado, a ideia de boa sociabilidade e, de outro, que há isolamento e dificuldade de integração, um dado que suscitou

confusão e que é significativo, evidenciando a estrutura de subalternidade. Assim é possível socializar-se com os próprios pares, e ou com elementos híbridos que tenham maior aceitação, simpatizantes. Com outros é denunciada a presença de dificuldade.

Dos entrevistados não deficientes seis afirmam que um deficiente pode ter capacidade de superação de problemas. Seis afirmam que mudanças podem ocorrer se houver maior atenção à temática, com mudanças estruturais e de políticas públicas e setoriais. A ideia da invalidez, também presente na visão de como as pessoas veem os deficientes, também deve ser questionada. Presente de várias formas nos discursos das pessoas não deficientes, essa ideia retrata a realidade social em um mercado de consumo, a história da produção que vivemos. Se se considerar a ideia de Mauss, sobre a Dádiva, com a circulação de dons e contra dons, torna-se interessante perceber que a troca com os deficientes não será igualitária à proporção que seu tempo e produtividade serão desiguais.

O comprometimento evidente da reciprocidade é constitutivo desta diferença. Considerando outro autor, o aspecto comparativo da chamada "força de trabalho" descrita por Marx (1983, p. 117) em sua obra *Salário, preço e lucro* evidencia:

[...] assim como diferem os custos de produção de força de trabalho de diferente qualidade, assim tem que diferir, também, os valores das forças de trabalho aplicadas nas diferentes indústrias. Por consequência, o grito pela igualdade de salários assenta num erro, é um desejo oculto, que jamais se realizará. É um rebento desse falso e superficial radicalismo que admite as premissas e procura fugir às conclusões. Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer, e como distintas espécies de força de trabalho possuem distintos valores, ou exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, necessariamente têm que ter preços distintos no mercado de trabalho. Pedir uma retribuição igual ou simplesmente uma retribuição justa, na base do sistema do salariado, é o mesmo que pedir liberdade na base do sistema da escravatura. O que pudésseis considerar justo ou equitativo não vem ao caso. O problema está em saber o que vai acontecer necessária e inevitavelmente dentro de um dado sistema de produção.

A força de trabalho do deficiente é diferenciada, o que vale também para sua forma de estudo, sua temporalidade e percepção. Existe uma confusão desenvolvida em agenciamentos que mistura a diferença da capacidade produtiva com a ideia da invalidez. A ideia da invalidez implica que um deficiente não terá como produzir, portanto não terá valor. Ideia que em vários momentos apareceu nesta pesquisa de

campo e que reflete a problemática da estereotipia. Qual valor, para qual bem ou produto?

Resumindo, segundo a pesquisa de campo desenvolvida, os deficientes acabam sendo vistos como pessoas diferentes por seus traços corporais no constitutivo de crivos temáticos como saúde/doença; anormalidade/ normalidade. As diferenças acabam migrando do corpo às ações constitutivas, como crenças e tradições sociais. Existe outro eixo que impregna a visão das pessoas sobre os deficientes, apontado anteriormente, entre a possibilidade de superação e ou modelo social a ser seguido na temática da superação e o polo oposto com a ideia da invalidez. Por fim, a temática do preconceito com indiferença e abandono. Esses são os temas mais apontados na visão dos não deficientes sobre os deficientes.

### 3.2 COMO DEFICIENTES SE VEEM

Sou morena, tenho uma estatura mediana (1.65); cabelos escuros, comprimento médio, atualmente com luzes; nariz fino; lábios grossos; olhos claros, me encontro um pouco acima do peso ideal, mas nada que pode considerar obesa. Não me sinto diferente das demais pessoas. Me sinto uma mulher bonita...

As dificuldades que enfrento na sociedade são atitudes preconceituosas em relação à deficiência e capacidade. As pessoas me percebem de dois jeitos. Pessoas que não me conhecem me percebem como se fosse incapaz, contudo aquelas que já têm convívio demonstram total naturalidade e acreditam no meu potencial...

Eu às vezes fico, quando de forma negativa, me sinto mal, embora tenha ciência que estas pessoas não detêm informações e na maioria das vezes não têm instrução...

Eu diria que as pessoas veem os deficientes e seu corpo, penso que a visão da sociedade em relação à pessoa com deficiência se divide, pois temos muitas pessoas que tiveram a oportunidade de convivência e obtenção de informação acerca dos recursos e habilidades que possam ser desenvolvidas a partir das oportunidades e para essas pessoas que me refiro neste momento, acredito que elas veem o corpo assim como enxergam os demais que não possuem deficiência. Contudo, aquelas que não tiveram a oportunidade e nem instrução, enxergam a pessoa com deficiência como incapaz e também com diferenças no corpo por focar apenas a parte física ou sensorial que apresenta a limitação... (P., deficiente visual, estudante)

[...] meu corpo é normal, gosto dele. As pessoas me veem como uma pessoa normal... me sinto diferente para correr, carregar coisas maiores e ter maior independência. A maior dificuldade que enfrento na sociedade é a falta de acessibilidade. Acredito que as pessoas me observam naturalmente. As maiores restrições que tem são mesmo de acessibilidade e algum preconceito... Às vezes ainda existem pessoas com pensamentos vazios, pequenos, que ainda concluem

que o deficiente é apenas um pequeno auxílio, um suporte, e que não tem condições de ser um efetivo completo. (C., deficiente física, funcionária)

Muitas vezes não me reconheço uma pessoa com deficiência, por que não aceito ter limites. Tenho poli no membro inferior direito... meu corpo é bonito, só não uso roupa curta para não chamar a atenção pela perna direita ser mais fina... Não me sinto diferente das demais pessoas... A maior dificuldade que enfrento é arrumar emprego. Percebo que as pessoas quando me olham que elas disfarçam. Já acostumei com isso. Então, imagino que as pessoas ficam surpresas, não sei o que elas pensam ao me verem deambulando. Algumas pessoas se aproximam e perguntam se quebrei a perna, se quebrei o pé, se foi acidente. Daí eu sempre conto como tudo aconteceu, e falo com naturalidade. Claro que só repasso o que ouvi dos médicos, da minha mãe, dos meus familiares. Minha mãe, principalmente, falou de como foi difícil para ela, tão jovem, primeira filha e com uma doença até então desconhecida na época. Alguns colegas na Universidade falam de estudos, pesquisas. Mas só conversamos mesmo sobre o assunto. As pessoas que não perguntam, creio que às vezes vão embora curiosas... Eu sempre trabalhei fora, investi na família, cuidei do marido, da educação dos filhos, e sempre tive vontade de voltar a estudar. Porém, nunca gostei de ocupar as pessoas, principalmente para me locomover, transportar e sempre tive pavor de dirigir. Até tentei quando adolescente, mas acabei desistindo. Daí, resolvi parar de trabalhar, já que os filhos estão mais independentes e o marido me apoia, então tudo certo. Tenho passe livre e as coisas foram encaminhando. É claro que não é fácil, tenho que sair de casa bem mais cedo, não corro para tomar o ônibus, sou cuidadosa para não me machucar e assim vou seguindo minhas escolhas. Percebo um carinho enorme por parte dos colegas e alguns professores. Creio que nesse caso é mais afinidade mesmo, não pela deficiência. É por eu ser companheira, amiga de todos, e eu acabo ajudando os colegas em algumas disciplinas e quando preciso de auxílio nas disciplinas também sou atendida... (L., deficiente física, estudante)

Não me considero uma pessoa deficiente, mas em alguns momentos eu me lembro que sou deficiente. Meus pais desde pequena me incentivavam a tentar fazer as coisas sozinha, mesmo que eu tivesse que me adaptar a certas necessidades, e também nunca me trataram como uma pessoa incapaz, ou fizeram por mim, como se eu fosse dependente a todo o momento. Tenho lábio leporino, má formação no membro superior direito, com ausência do rádio e do dedo, e também escoliose lombar de 42°.

Para mim, lidar com isso acaba sendo uma rotina normal na minha vida, mesmo que tenha de passar por sacrifícios de ter que fazer repousos por questões de cirurgias constantes. Mas não me impedem de realizar as minhas atividades. Eu despreveria meu próprio corpo... Depende dos dias que olho no espelho. Teve um tempo que eu tentava olhar a cicatriz nas costas por causa da cirurgia, mas às vezes evito olhar no espelho. A descrição que dou para meu corpo é que ele é diferente dos outros e que não será parecido da forma que a sociedade dita como tem que ser. Cuido, sim, do meu corpo, e tento melhorar, principalmente o tronco e a lombar, para evitar as dores na coluna. Ultimamente não estou feliz com a cirurgia plástica no meu nariz e lábio, pois sou um pouco perfeccionista e talvez tenha me atrapalhado a concentrar mais com meu corpo e rosto. A maioria das pessoas não fala, mas a minha mãe às vezes me ajuda a colocar a minha cabeça no lugar, para não ter algum transtorno alimentar. Quando comento sobre o meu corpo, as pessoas mais próximas a mim falam que estou bem, que não devo emagrecer ou algo assim. Evito falar com as pessoas sobre meu corpo, pois já sei quais seriam as respostas, então guardo para mim as minhas decisões, questionamentos. Me sinto diferente em ambientes novos e com pessoas novas, mas dos meus familiares e amigos não sinto essa diferença.

Outro ponto em que me sinto diferente é quando falam de mim como um exemplo. Para mim, ainda é novo e é por me achar tão normal que às vezes me pergunto se é de mim que falam das superações... Encontro dificuldade na sociedade muitas vezes por ser vista como uma pessoa que precisa de ajuda. Já ouvi várias vezes as pessoas falarem para eu me aposentar, pois tenho direito, mas para mim eu escuto como se eu fosse incapaz de trabalhar e de me sustentar. Há leis e decretos lindos que a sociedade deve cumprir para com as pessoas com deficiência, mas que ainda estão de olhos fechados para cumprirem. Exemplo, o estacionamento. Mesmo que eu consiga andar, é difícil achar a vaga livre, mesmo eu tendo o meu direito, quando coloco, o guarda já vem conferir se é verdadeiro. Percebo que as pessoas me observam, através dos olhares, gestos ou atitudes que demonstravam certo sentimento, como se eu fosse uma coitada, ou evitam se aproximar. Principalmente crianças. É fácil de ver, pois algumas sentem medo, outras só olham, algumas fazem pergunta ou querem pegar na minha mão. Eu me sentia mal, mas agora nem me importo. De certo ponto, acho interessante a forma de algumas pessoas e principalmente de crianças chegarem e fazerem a sua observação sobre a minha mão e minha voz. Por estar muito tempo rodeada com crianças, eu aprendi ver o meu corpo e a minha deficiência com vários olhos ... (M., deficiente física, estudante)

A ideia nesta pesquisa de abarcar as representações remete-nos à problemática da autoimagem, à noção de autoconceito, à proporção que particularizamos a questão de como pessoas em um determinado grupo se veem. Embora a ideia nos remeta à problemática da subjetividade, ou à temática psicológica do conceito de consciência e suas ramificações. A existência do paradoxal jogo nos papéis sociais enfatiza-nos um processo no qual as negociações aparecem, inclusive na delimitação de como os deficientes se veem. Uma realidade distinta existente pelo manipular, que aqui deve ser entendido como um substrato de negociações no jogo social, um jogo de contrastes que pressupõe negociações de imagens e autoimagens, estratégias de luta, resistência e políticas de representação de deficientes. Agência e agentes mesclam-se na formação da autoimagem retroalimentada nos discursos sociais.

A primeira indagação que feita aos sujeitos para a pesquisa liga-se à temática da auto identificação e autodenominação. A pessoa, para participar da pesquisa, deveria se reconhecer como deficiente. Caso ela não se reconhecesse como deficiente ela não participaria, sendo sua entrevista descartada. Isto ocorreu com alguns entrevistados do público acessado. Porém, um dado chamou a atenção, pois dois entrevistados mostraram hesitação ao responder se se consideravam deficientes, voltando atrás na sequência da entrevista. A ideia de deficiência como invalidez neste contexto era o que esses deficientes negavam. Sou diferente, mas não inválido foi o teor que apareceu nestas entrevistas.

Aqui é outro ponto problematizado, à proporção que os conceitos entre deficiência e invalidez se misturam, em certa "naturalidade" quase que como sinônimos. Novamente é retomada a ideia de estereotipia, já anteriormente apontada, especialmente no teor reducionista que essa representa, aparecendo também junto às pessoas não deficientes, o que foi apresentado anteriormente.

Um dos aspectos mais significativos encontrados foi o de onze deficientes (dos quatorze entrevistados) tentarem levar a vida com naturalidade. Três não responderam a essa questão. O fato de encontrar nove deficientes casados também foi significativo, mostrando que a vida com deficiência não impede construções de vida afetiva. Levar a vida com naturalidade tinha vários significados expressos sobre a vida: "normal", "tranquilo", "tem dificuldades, mas vou superando", "fazem parte da existência os embates". Essas eram expressões recorrentes em boa parte das entrevistas.

Contrastando a ideia da anormalidade, levar a vida com naturalidade implica em estabelecer relacionamentos e uma vivência social. Lutar, estudar e trabalhar faz parte da rotina dos entrevistados que trazem isso na forma como se observam. O conceito empregado por MELLO (2012) de capacitismo. Nesta pesquisa fica evidente a existência de uma discrepância semelhante ao do estudo de MELLO, o deficiente que se percebe como uma pessoa normal, é destituído de sua auto percepção. "Defino o capacitismo como a concepção presente no social que tende a pensar as pessoas com deficiência como não iguais, menos humanas, menos aptas ou não capazes para gerir a próprias vidas, sem autonomia, dependentes, desamparadas, assexuadas, condenadas a uma vida eternamente economicamente dependentes, não aceitáveis em suas imagens sociais, menos humanas." MELLO (2012, p. 80).

Aqui poderia inferir uma problemática do jogo social, à proporção que de um lado temos deficientes levando a vida, com barreiras, dificuldades, mas sobrepondo-as para existir. Do outro lado, com um cenário criado por pessoas não deficientes, hipervalorizando a temática da invalidez, quando descrevem como observam os deficientes. O evidente contraste é significativo.

Outro ponto observado na construção de como deficientes se veem foi a ideia já abordada do corpo em falta, significativa da auto percepção de uma pessoa com deficiência. A ideia do corpo mutilado, diferente, corpo da falta é extremamente

presente na percepção da pessoa com deficiência, a sua corporalidade, aparecendo em doze das quatorze entrevistas feitas com sujeitos deficientes. É parte integrante da auto definição, de como deficientes se descrevem e se veem. A presente pesquisa de campo e revisão bibliográfica mostram claramente que as deficiências jogam na cena social a imposição da presença do corpo, evidenciando-o pelas diferenças. O jogo paradoxal é parte integrante da existência das deficiências em nossa sociedade, em vários crivos.

Outros dados levantados mostram que seis deficientes entrevistados sentem que não são diferentes das demais pessoas; enquanto que cinco falam que são diferentes das demais, atribuindo especificamente a diferença a sua corporalidade, entendida como diferença física. Três deficientes não responderam a essa questão. O embate entre ser, sentir-se e assumir-se como deficiente é chamativo nesta pesquisa. Nas deficiências, mesmo que a autoimagem não incorpore claramente o aspecto da auto identificação, o choque social nas vivências coletivas impõe ao deficiente o estranhamento de sua própria condição. Assim, mesmo que o indivíduo deficiente não se assuma como tal, no jogo social, o papel social de deficiente será cobrado. Há semelhança da ideia proposta pelo antropólogo e professor de direito Kant de Lima (2004), frente ao jogo dos papéis sociais nas configurações que o espaço público pode assumir e os reflexos distintos que elas têm sobre os processos legítimos de produção de verdades. O espaço delimita o que vamos ser e as condições deste jogo social. Tema já ironizado pelo escritor Francis (1995), ou apontado pela filosofia de Sade (2000), em sua *Filosofia na Alcova*, quando questiona outros espaços de sociabilidade e convívio, na diversidade do jogo dos papéis sociais, nas perversões de senso. Sade (2000), em sua filosofia, questiona como são os papéis sociais e seus respectivos conflitos com os espaços de convívio. “Descrever o proibido, o não dito, o velado criando uma pedagogia libertina reconfigurando o público e o privado”. Quem pode ou não ali estar, como deve agir, a moralidade do estar e pertencer, subverter ordem e espacialidades e questionar fronteiras em seu aspecto simbólico foi alvo da filosofia de Sade (2000). Para esta pesquisa é um autor interessante, por questionar o como ser em determinados espaços e o reflexo da vida no espaço diante do ser.

O contraste existente entre sentir-se normal, igual, e por outro lado perceber-se diferente é convidativo, especialmente quando entra em jogo o aspecto

construtivo da identidade social. Vivência de paradigma, na qual a identidade será formatada pelo jogo social dos papéis impostos nessa vivência de diversidade em que o corpo torna-se elemento da alteridade.

Segundo a professora de comunicação, estética e filosofia Tuchermann (1999, p. 106), "o corpo é também o limite que separa o sujeito ou o indivíduo do mundo e do outro; lugar de onde se pode determinar a alteridade". Deficientes, ao se perceberem em existência pelas diferenças, criam uma forma específica de identidade. A identidade aqui é vista como uma forma de autoconceito, delineado pelas interações subjetivas e intersubjetivas, de processos históricos e biográficos cultural e socialmente contextualizados. Nesse sentido, existe um paradoxo vivenciado, refletido na auto percepção, no como deficientes se observam, que de um lado aponta para uma vida de normalidade, deficientes levando a vida como toda a gente, com dificuldades, luta, estudo e trabalho; e de outro lado, a percepção de diferença demarcada pelo corpo que rompe padrões de saúde, funcionalidade, estética, convencionalidade. Ambos os aspectos fazendo parte da mesma vivência, delimitada pelo jogo dos papéis na sociedade.

O trabalho da antropóloga Rita Amaral e Coelho (2003), evidencia o aspecto do estigma, e de como também o estereótipo entra no jogo social, passando inclusive a ser interiorizado como atributo de identidade dos deficientes, o que também foi encontrado na pesquisa de campo. A destituição do ser frente ao que se aparenta.

Dando meu testemunho, colaborando com a percepção dos entrevistados, em vários momentos de minha vida por vezes me esqueço de que sou deficiente. No dia a dia, na rotina do existir, o estado de vivência automático ressignifica o fato de existir e ter de conviver com a deficiência, em meu caso, a cegueira. Todavia, percebo claramente que o confronto com a percepção das pessoas no jogo social traz uma carga adicional a minha própria percepção sobre o que é ser cego. Nesse sentido, lembrei-me de certa vez em que ia telefonar em um orelhão, há alguns anos, e como toda a gente, parei para telefonar. Tudo transcorria normal até uma senhora dizer na fila do telefone a outra senhora: "viu que bonitinho, ele sabe telefonar sozinho, não precisa de ajuda". Aqui reflito diretamente como mesmo minha própria percepção é delineada pelo jogo social, na cobrança pela diferença, que reafirma um lugar para existir. Mostro aqui como também pequenos fatos da

existência são supervalorizados, o que em vários momentos desta pesquisa foi evidenciado, nas falas dos sujeitos entrevistados.

No caso de deficientes, não há um descolamento entre a construção da identidade de ser deficiente e o jogo dos papéis sociais que ressaltam as diferenças. A identidade nesta pesquisa assume um atributo de categoria de análise como uma construção social, marcada por um contraste polifônico que necessita ser compreendido em um contexto específico que atribui sentido. Sentido desenvolvido por uma construção paradoxal em quase toda sua extensão, segundo o captado durante a pesquisa de campo. O ser deficiente participa de um movimento dialético, e constrói-se como "identidade" a partir da diferença.

O ser transmigra a identidade em um fenômeno dinâmico e contextual. Assim, ser deficiente é uma questão de identidade social, em uma perspectiva relacional. A ideia de alteridade já foi apontada na filosofia clássica em Platão, no Sofista, ao refletir que as "identidades" são construídas por meio de um jogo dialético de semelhança e diferença. Processos de formação de identidade têm por base o fato de que somos sempre o outro de alguém; o outro de um outro (PLATÃO, 1972). Todavia não podemos deixar de observar o que foi apontado nos estudos culturais de Hall (2006), em que afirma que as identidades estão sujeitas às mudanças sociais e aos desdobramentos das conjunturas políticas locais e globais.

Nesse sentido ficou evidente nesta pesquisa que a auto definição é um processo no qual existe uma interdependência sobre a observação da diferença. Assim, a pessoa se reconhece pela diferença apresentada no jogo social. Ser o que o outro não é. O atributo aparecendo pela diversidade do outro.

O contexto da socialização dos deficientes também aparece bem na ideia de como deficientes se veem. Nove deficientes afirmam que não têm problemas com amigos e colegas tendo boa sociabilidade. Dois afirmam que isso depende de como são construídas as relações; dois não responderam a essa questão. Todavia, doze dos catorze deficientes entrevistados falam de preconceito como uma das maiores barreiras na sociedade.

Em vários entrevistados foi percebida uma fala que chamou a atenção. Nos primeiros contatos e na vida sem socialização com estranhos a existência de preconceito é maior. E junto a pessoas conhecidas e no núcleo familiar o preconceito é diluído. Isso foi bem perceptível na pesquisa de campo.

Observar-se como vítima de preconceito, embora com boa socialização, é outro paradoxo encontrado e anteriormente denotado. A auto-observação deste jogo social que denigre ou que anula é perceptível em várias falas aqui reproduzidas.

[...] me reconheço uma pessoa com deficiência, porque tenho dificuldades agravantes, que me impossibilitam a realização de várias atividades comuns no dia-a-dia. Tenho deficiência física. Lido com isso tranquilamente. Meu corpo é lindo. Sinto que sou diferente das demais pessoas, apenas nas realizações de algumas atividades, no se se refere no tempo de realização para algumas atividades. A maior dificuldade que enfrento na sociedade é o preconceito...“olha, tadinha, ela é especial, uma pessoa incapaz”, eles usam o especial com um sentido de incapacidade. Isso me deixa revoltada... Mas, ao mesmo tempo, com mais vigor para mostrar para essas pessoas a minha capacidade. Em minha opinião, o que pode mudar é o maior apoio dos governos estaduais e federal, para fazer valer de verdade nossos direitos... (L., deficiente física, estudante)

Sou deficiente porque sei que minha visão não funciona com a eficiência que deveria. Atualmente não vejo problemas, mas no passado já foi motivos de constrangimento. Meu corpo é forte, ágil, saudável... Enfim, dentro dos padrões de normalidade. Há diferenças físicas, já que sou obra original da natureza, mas me sinto diferente das demais pessoas. A maior diferença é a forma de pensar e os motivos como os que tenho para me preocupar.

As maiores dificuldades que enfrento são o trânsito, o ar poluído, o fato de ter que passar mais da metade de minha vida trabalhando, a inversão de valores, a desigualdade, a mesquinhez alheia... Sinto que as pessoas me observam com admiração. Isso me deixa indiferente na maioria das vezes... Se existem barreiras elas não me barram. Penso e quero para o meu futuro conhecer eu, o mundo, as pessoas, continuar na militância e contribuir para a revolução, explorar meu potencial artístico, escrever mais e melhor, versos e música, ser mestre de capoeira, me apaixonar, "ver Deus", criar muitos filhos, abrir uma academia, dar aulas nas escolas públicas...

Pessoas que sofrem de deficiências mais severas são motivos de piada e observadas com um olhar de compaixão, ainda que não percebam. Nossa sociedade estabeleceu uma série de medidas para que se chegasse a um padrão de normalidade, os que não se encaixam nele devem persegui-lo ou sofrerão as consequências (segregação, racismo...). Vivemos em um ambiente feito para os "normais"! Não temos calçadas adequadas para os cegos, nem rampas e locais adaptados para cadeirantes... (L., deficiente visual, estudante)

As falas transcritas acima mostram o embate entre o preconceito social e a tentativa de viver com naturalidade a existência, em uma tendência a procurar a superação, o que se torna um paradigma no discurso social.

Nesta pesquisa, outro dado atraente foi a percepção da estética. Vários deficientes falam de estética. Como exemplo, as mulheres cegas falando de sua beleza no processo de autodefinição, como elas se veem. Seis deficientes entrevistados falam de beleza, acham o próprio corpo bonito, sentem-se atraentes.

Os padrões de estética e beleza há milênios orientam as culturas na apreciação dos elementos significativos das vivências coletivas. O belo como força imagética de significante simbólico expressando a representação coletiva, um fato total capaz de traçar hierarquias, conceitos, marcas, regras de convívio. Da cultura helênica e os preceitos de estética de Aristóteles às vivências asiáticas da cultura Védica, ou nas tradições Ameríndias encontramos resvalos de posicionamento estético, formas constitutivas de regras sociais. O corpo como um altar divino, representativo cultural. Estética que se diversifica em preceitos de "mercado" e moda, pela valoração subjetiva em uma determinada cultura.

Assim, aliam-se os padrões de estética, moda, beleza, mercado às regras de convívio em determinadas culturas e crenças. Da religião à vida íntima; da vestimenta para solenidades à mortalha para funerais, regras são especificadas. Dois estudos alinham esse pensamento: O primeiro foi desenvolvido pelo antropólogo Renato Queirós (2000), e com colaboração de outros pesquisadores em *O corpo do Brasileiro: estudos de estética e beleza*. O livro parte de uma análise de como podemos falar do corpo de nosso povo em uma visão ampla de vários estudiosos entre a antropologia e a psicologia, a partir do estudo de Marcel Mauss, *As técnicas do corpo*. O subtema do livro aborda a temática da estética e beleza que no Brasil é hipervalorizada, ligada à grande exposição do corpo que, desnudo, é amplamente exposto. Outra obra que estuda a estética e o corpo é a da antropóloga Mirian Goldenberg (2002), *Nu & vestido*, na qual dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca em uma imersão regional, deflagrando a identidade cultural na necessidade da exposição do corpo e a noção de estética hipervalorizada na região do Rio de Janeiro.

A beleza do ser diferente é interessante e convidativa à proporção que existe uma construção discursiva nesse sentido que permeia a autoaceitação. Não é necessário ressaltar que estamos diante de outro paradoxo. Todavia, o fato de perceber que vários deficientes namoram, e que uma boa parte tem relacionamento estável, são casados, evidencia que a ideia da autoaceitação tem uma significação social e sua repercussão.

Por fim, o último e significativo aspecto encontrado, que aparece na percepção de como deficientes se veem. Ele apareceu em três indivíduos que falam que não se sentem como "bobos" ou "idiotas", reclamando de como pessoas os

tratam, por vezes infantilizando a fala com o deficiente. “Não sou isso” é uma forma construtiva de autoafirmação e autoconceito.

Liga-se a isso a ideia emprestada da psicologia social chamada de invisibilidade, retratada também por outros três deficientes. Novamente o olhar que incomoda, no estranhamento do social para com o deficiente.

A ideia de invisibilidade social evidencia um paradoxo no qual, embora ocorra a existência, a percepção seletiva não a deixa transparecer. A semelhança traduz-se em um trabalho de bastidores numa cena artística. Foram encontrados dois estudos sobre a ideia da invisibilidade aos quais se referencia: O primeiro é o estudo de psicologia social de Fernando Braga Costa (2004), *Homens Invisíveis: Relatos de uma humilhação social*. Resumidamente, o autor fala da invisibilidade social no ambiente do trabalho, falando da não percepção das pessoas em uma observação participativa, na qual o pesquisador vestia-se de gari por seis anos, transformando suas vivências em uma pesquisa de campo, usando de metodologia etnográfica. A dificuldade de percepção, o estigma, a segregação, a constituição de fronteiras sociais, a subalternidade destes trabalhadores de limpeza demarcam este estudo. O autor vestido de gari era um pesquisador de uma universidade, e não era reconhecido por colegas e professores, que percebiam a presença do serviçal, mas não o notavam. Outro estudo sobre a Invisibilidade foi encontrado em Celeguim (2009, introdução), *A invisibilidade social no âmbito do trabalho*, obra na qual as autoras, ligadas à psicologia social, apontam:

A invisibilidade social é um assunto relativamente novo e se relaciona à forma como são vistos os trabalhadores de profissões desprovidas de status, glamour, reconhecimento social e adequada remuneração. Isso numa sociedade em que o nível de consumo de bens materiais é o agente determinante do posicionamento de cada participante nas classes socioeconômicas conhecidas. Assim, os trabalhadores que executam tarefas imprescindíveis à sociedade moderna, mas assumidas como de categoria inferior pelos mais variados motivos, geralmente não são nem percebidos como seres humanos, e sim apenas como "elementos" que realizam trabalhos a que um membro das classes superiores jamais se submeteria. Em consequência, o que não é reconhecido não é visto. O símbolo mais evidente é o uniforme utilizado, indicador deste "elemento" que trabalha sem qualificação suficiente para pertencer à hierarquia social dominante...

A mesma ideia recai na temática dos deficientes. Não pelo teor do trabalho desenvolvido, mas pela diferença demarcada, pelo incômodo da relação com a

diferença. E isso faz parte distinta da percepção de como os deficientes se observam na cena social. Suscintamente, deficientes também associam diretamente a ideia de deficiência à de invalidez, até mesmo no processo de delimitação do que são as deficiências. A maior parte dos deficientes diz que leva a vida com naturalidade, que sua vida é normal. A maior parte dos deficientes fala sobre a diferença constituída a partir do corpo, que é o demarcador social da diferença. Mesmo assim, vários deficientes não se sentem diferentes das demais pessoas, levando sua vida normalmente. Vários se acham bonitos, atraentes, namoram, se casam, aprendendo a se gostar dentro do crivo da diferença. Na auto percepção, como deficientes se veem, aparece a ideia de invisibilidade na qual embora ocorra a existência, sua valoração é destituída no crivo das relações sociais. Adjetivando, deficientes se veem como diferentes, bonitos, e estranhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abrange os conceitos de representação acerca do deficiente enquanto imagem característica do preconceito. A ideia inicial de pesquisa foi a de contrastar os olhares, entre como deficientes se veem e de como são vistos na sociedade, o que nos remete ao conceito de representação constituído pela psicologia social e também empregado nas Ciências Sociais. Analisar em tom comparativo e confrontar ambas as realidades foi o objetivo do estudo.

Esgotar o significado do que seria o preconceito e suas variantes é impossível, já que esse faz parte de uma experiência social diária, atribuída de diferentes valores e condutas. Esta pesquisa percorreu os sentidos de um modo de olhar o preconceito, mas não determinou sua verdade absoluta.

Na relação com o espaço, o proposto foi entender, a partir das entrevistas, quando mencionadas as diversas formas de viver e de sentir um lugar, as diferentes formas de se relacionar com este lugar.

Ao comparar os deficientes com pessoas não deficientes, o objetivo foi chegar a uma possível conclusão a respeito de como essas pessoas, deficientes, são vistas dentro da Universidade e como elas se veem. O que aparece oculto na superfície desta pesquisa é justamente o que foi buscado revelar, ao transitar por esses diferentes modos de ver uma pessoa com deficiência.

Assim, deu-se o confronto com uma visão completamente diferente, dentre os vários nichos de entrevistados da pesquisa. Aos poucos foi sendo construído este olhar híbrido, este lugar onde se pode perceber os preconceitos e a realidade do ser diferente dentro da Universidade. Novamente foram encontrados elementos que são fundamentais na construção deste objeto e desta pesquisa, levantando a ideia de que existem dentro da fala dos entrevistados alguns elementos importantes que se assemelham. Primeiro pela ampla existência de paradoxos e contradições em conceitos e definições sobre a realidade dos deficientes, o que foi apontado em praticamente toda esta pesquisa ao longo dos capítulos anteriores. Como exemplo básico, a confusão terminológica sobre quem são os deficientes e sua conceituação.

Desta feita, o enquadramento que ocorre, que é citado pelos entrevistados e que versa sobre a estereotipia é um fator determinante deste trabalho. O corpo é o

demarcador da diferença, e neste sentido, retomando a ideia das técnicas do corpo de Mauss (apontada no capítulo 2), ele se torna o agente paradoxal que socializa e define uma identidade de grupo por um lado, mas que por outro lado demarca a diferença e gera o processo de ruptura com os padrões de moda, beleza, estética e normalidade.

Seguindo esse raciocínio, o segundo ponto para o qual chamo a atenção é a ampla divergência na contextualização da representação dos deficientes. As pessoas que não têm deficiência acreditam que os deficientes têm muita dificuldade, que são incapazes, que são diferentes; por outro lado, os deficientes também falam de dificuldades, mas levam sua própria vida com naturalidade, estudando, conduzindo sua vida afetiva (namorando, casando, tendo filhos), superando dificuldades e reivindicando seus direitos. Não deficientes falam em um tom de superproteção, de incapacidade e, em contrapartida, observam os feitos dos deficientes como atos heroicos, numa hipervalorização de seu desempenho nas atividades diárias. Os deficientes, por sua vez, falam de uma realidade distorcida, de apatia, descaso, desrespeito, infantilização e preconceito.

Com isso é possível evidenciar uma realidade paradoxal, na qual o deficiente acaba sendo retratado como um inválido, mas capaz de alguns feitos, especialmente quando é demonstrada pelas entrevistas a maneira como eles são vistos. E, também, quando deficientes se veem, demarcando o outro lado, o da vida comum, o aspecto da sobrevivência, da luta para subsistência, o dar conta.

Nessa percepção, a estereotipia faz parte integrante do jogo social na disputa de poder e de delimitação de territórios. Forjada especialmente em um cenário de distanciamento da realidade, agenciada pelo imaginário em um processo de catalogação e diferenciação. Durante esta pesquisa tais ideias foram aprofundadas, partindo de autores como Velho, Spivack e Nogueira. Desse modo, a distorção da imagem de um outro é uma forma de manutenção de status e poder, à proporção que o rótulo criado evidencia um status peculiar na existência de um grupo, isso demarcando uma realidade comparativa, foi o percebido nesta pesquisa. A voz negada ao próprio deficiente, a apatia existente no cerceamento dos vários direitos estrutura para este grupo social a condição de subalternidade, uma hipótese que existia quando se iniciava o então projeto dessa pesquisa e que se confirmou pelas entrevistas aqui apresentadas.

Existe uma mudança na sociedade. Os deficientes estão iniciando sua participação e reivindicando seus direitos. Tudo isso, este movimento social, este aprender, tudo isso na sociedade, com a sociedade. Nós ainda precisamos enxergar isso daqui a alguns anos. Como vão ser essas pessoas chegando na universidade. As pessoas que chegam hoje na universidade, chegaram com muita briga, com muita luta, e nadando contra a maré. Esse outro grupo que está ainda em processo de formação e que vai chegar no futuro, que vem já nessa política inclusiva, com o cumprimento das legislações existentes, penso que esse grupo vai chegar em outra estrutura, sem medo de exigir seus direitos, de exigir adaptações, de exigir a sua participação na sociedade.

Agora sobre as pessoas que chegaram aqui na universidade, como eu penso que elas se enxergam? Não como seres dotados de piedade, de dó... ai, coitado, ajuda um ceguinho... ajuda uma pessoa com deficiência. Não, eu penso que são pessoas que chegam à universidade com muita luta e sofrimento, dependendo de alguém que lhes diga... este ônibus é tal, este é outro... ou seja, ainda com muita dependência de outras pessoas para transitar na cidade, nos espaços, nas empresas. Falta acessibilidade, que é ainda um direito negado. Veja a questão de trabalho, algumas empresas têm cumprido a lei, outras não cumprem, e ao dar espaço para pessoa com deficiência, dá se um espaço qualquer e não um espaço digno no qual ela seja capaz de fazer tudo em que tenha competência.

Eu penso que a pessoa com deficiência se enxerga ainda como uma guerreira, que tem de matar não um leão, mas dez por dia. Pessoa que acorda, que vai pro mundo do estudo, do trabalho, um mundo chamado sociedade, sempre com disposição e disponibilidade pra briga, no sentido de enfrentamento. Isso por que o tempo todo ele tem de conquistar, ele tem de buscar. Eu penso que este outro grupo que se encontra nas escolas e que são menos segregados, esses já se enxergam com um pouco mais de igualdade, com igualdade de oportunidade, de condições, de participação e nesse sentido e nisso eu penso que elas sofrerão menos. Elas provavelmente vão se assustar quando um direito for negado ou quando uma informação não for ofertada. Um grupo como o dos deficientes, que hoje estão na Universidade, tem de lutar, de brigar por isso. A negação é quase que uma rotina, uma constante. É como eu vejo. As pessoas que estão aqui tem chegado com muita garra, luta, suor, com muitas barreiras por que passaram e nem todos têm esta garra, esta luta, e condição de passar pra chegar. E estes que acabam não tendo condições de luta acabam aceitando a esmola do governo, em termos de ter uma aposentadoria por deficiência, ou de benefícios de programas sociais, em função de ser uma luta difícil, injusta. (Prof. Ricardo Teixeira, coordenador do Núcleo de Acessibilidade)

É difícil delimitar uma realidade complexa de uma forma reducionista. Há muita particularidade, muita especificidade na vivência de cada deficiente, a vida é muito peculiar. Cada cego, cada deficiência tem um processo específico de adaptação. Eu conheço cegos que não andam de bengala, outros que preferem o uso de lupas pra se locomover. Ser deficiente, enfim, é algo muito subjetivo, muito ligado à realidade individual, porque não é apenas uma ideia de grupo, é uma forma de ser em um tempo histórico. Mas é fato que em várias vezes somos todos colocados na mesma bandeja, na mesma gaveta, daí temos uma realidade comum, que socialmente nos define. Veja que às vezes nos impõe a condição de sub-humanidade, quando esbarramos com a segregação, com a partilha, com o cenário de diferenças que gritam. Pra viver é necessário brigar, lutar primeiro pra provar pra gente mesmo que damos conta, depois pra provar pro mundo que podemos fazer algo e terceiro pra

afirmar que merecemos o status de gente, que pode e faz... (A., deficiente visual, estudante)

Desse modo, podemos observar o paradoxo e antagonismo entre os modos de ver um deficiente. O jogo social que alia ideologia e estereótipos é fecundo, especialmente quando demarca formas de pertencimento na sociedade, engendrando classes e margens sociais. O teor de imaginário com a construção desta cena social, na qual pessoas são colocadas como empecilho, como seres problema, ou pessoas a serem evitadas, evidenciou o quanto ainda estamos distantes de uma sociedade em que o respeito ao que se faz diferente possa ser presente.

Ainda foi perceptível nesta pesquisa o quanto o imaginário forja e alimenta a estereotipia e como esse muda enunciados e os constrói, depois transformando-os em ideologia (ideia apontada por Serbena que, no capítulo 3, aparece de maneira a contribuir com essa discussão). Ainda percorrendo nestas categorias, Rita Amaral contribui para essa análise, ao situar os deficientes, afirmando que não são anjos nem demônios, muito embora os rótulos de anormalidade façam parte dos enunciados empregados pela sociedade em sua definição e constituição. Esta pesquisa evidencia que há um jogo social perverso que rotula, desmerece, que impõe margens a um grupo de pessoas que são diferentes do padrão de "normalidade" da sociedade. A ideologia que marca o lugar da normalidade e seus espaços de existir também emprega a estratégia clara de ressaltar e reforçar as diferenças, denigrando as pessoas que a esse grupo pertencem.

Assim, é bom reiterar que os problemas que encontrei no trabalho de pesquisa de campo, na Universidade Federal de Goiás, não são diferentes do que encontramos na sociedade. Nesse sentido, treze entrevistados deficientes afirmam que não há diferença entre o que vivem na sociedade e na Universidade. A Universidade é apenas mais um campo da sociedade que reflete os mesmos problemas de acessibilidade com barreiras atitudinais e arquitetônicas. A evasão de 23,8% dos estudantes deficientes que acabam por abandonar o estudo ilustra a problemática existente.

Sendo assim, ainda existem outros pontos, como professores dizendo que não têm treinamento, e que nem sabem se existe um código de ética ou conduta para lidar com deficientes; funcionários reclamando da mesma forma que não são

treinados, sequer sabendo como interagir ou ajudar um deficiente; estudantes queixosos pelo descaso, com o jogo de empurra nas responsabilidades para a promoção de mudanças. Um cenário caótico para o qual já existem legislação e regras delimitadas, mas no qual ainda há morosidade e dificuldades para colocá-las em prática, Isso tudo evidenciando o despreparo e o descaso para uma população que existe e tem seus direitos.

O que foi perceptível através da pesquisa foi que o Núcleo de Acessibilidade deveria ter mais atenção por parte da instituição. Mais funcionários e um coordenador que pudesse dedicar-se de forma exclusiva ao espaço. A criação de um fórum constante de debates, agregando pesquisadores e deficientes, seria outro ponto importante. O fato da maior parte dos entrevistados (dezessete pessoas dos 24 entrevistados) não conhecer o Núcleo de acessibilidade foi bastante significativo. O Núcleo deve para tanto criar um melhor sistema de divulgação de suas atividades, procurando ter maior contato direto com os deficientes e suas necessidades. Na atualidade o trabalho só é desenvolvido quando o Núcleo é acionado; se não for procurado, ele não age. Além disso, é possível sugerir que permanentemente e periodicamente o Núcleo promova simpósios e encontros sobre a temática, com regularidade de pelo menos um semestre. Outra proposta que pode ser viável é que o Núcleo promova a integração dos deficientes com pequenos eventos, e que crie um grupo de estudos e pesquisa que funcione de forma efetiva, centralizando pesquisadores e as pesquisas não apenas na ideia de um laboratório, mas como um todo, ligando áreas de humanas, exatas e biológicas.

Mas, para que isso ocorra, é necessário mais material humano, colaboradores que possam auxiliar. Agora, no início de 2014, o coordenador foi substituído e, por ora, o futuro do Núcleo de Acessibilidade é incerto.

Existe ainda um último elemento que acaba por delimitar bem a ideia de subalternidade, o elemento mais ouvido, tanto de deficientes quanto de não deficientes, durante toda a pesquisa. A problemática do preconceito que, durante toda a pesquisa de campo e também na revisão bibliográfica, apareceu sucessivamente.

É difícil falar de preconceito. É algo que dói muito. Às vezes sinto ele (sic) nas mínimas coisas, na dificuldade que tenho pra comprar pão. É algo sutil, mas que machuca muito. Machuca porque cria uma distância difícil de superar. Vi vários

colegas apanhando na escola, sendo alvos de risada, especialmente na infância e adolescência. Na vida adulta umas pessoas fazem cara de espanto; outras evitam e se afastam. Outros tratam a gente como se fosse retardado. Pouca gente quer saber o que é um deficiente, como ele vive, o que pensa. Preconceito é o que mais dói e é a coisa mais comum que temos de enfrentar. (S., deficiente auditivo, estudante)

Preconceito é a pior coisa que um deficiente pode viver. Isso está nas entrelinhas de quase tudo que vivemos. Na universidade é o descaso, o "vire-se", "o problema é seu" que é dito quando encontramos dificuldades. Existe um jogo de empurra, no qual regras para acessibilidade não são cumpridas. Um joga a culpa no outro: o departamento na Universidade, a Universidade no MEC, O MEC nos professores, os professores na falta de treinamento ou no Núcleo de Acessibilidade. Por fim, a culpa fica com o deficiente que acaba sendo visto como incompetente, improdutivo, chato se reivindica seu direito, inútil se não dá conta. Pra mim, o preconceito é esse peso que recai nas costas do deficiente, esse descaso que acontece aqui na Universidade e na sociedade. (Je, deficiente visual, estudante)

Ser deficiente é ter alguma diferença física, sensorial, intelectual, visual ou auditiva em relação ao que é considerado como normal. Essa diferença pode ser transitória ou permanente, isso no aspecto normativo, porque infelizmente no aspecto social ser deficiente é ser desacreditado, visto com preconceito, sendo, muitas vezes, considerado como sub-humano pelo simples fato de não estar de acordo com o padrão social da normalidade. ... eu tenho tentado aprender com os deficientes e me esforçado pra isso.

Não existe uma situação ideal, eu tenho me permitido aprender e sou eu quem tem saído "ganhando" por viver sem os limites que o preconceito e a segregação historicamente impuseram às pessoas. Pra quem nunca conviveu com alguém com algum tipo de deficiência não há uma preparação completa, creio que o que pode haver é a disposição.

A preparação pra lidar com essa situação de forma tranquila eu terei quando eu tiver tido a possibilidade dessa convivência frequente e constante, não em relação à quantidade, mas à qualidade da convivência. Como posso estar preparada para aquilo que não conheço e não vivi? Por isso, aposto na importância da convivência... (R., estudante, não deficiente)

O preconceito é uma realidade sutil que os deficientes vivem. Quase que imperceptível. Às vezes é um olhar estranho, um afastamento. O evitamento e distanciamento é o que caracterizam, pra mim, o preconceito na temática. Eu que convivo vejo a cara de espanto em alguns olhares, a cara de reprovação, em outros a vontade de ir pra longe. Nem todo mundo tem disposição e ou quer interagir com um deficiente. Trabalhar e ou ter vida afetiva com um então, para muitos é impensável. Nesse sentido, a aparência destitui o ser que está por trás da pessoa deficiente. Eu acho graça quando as pessoas ignoram o deficiente que está a meu lado, quando não lhe dirigem a palavra e falam comigo. Por exemplo, pra pedir comida em um restaurante. Isso é cena comum, rotineira. A comunicação vira um telefone sem fio. Mas ele tem voz, sabe o que quer, tem vida própria. Mas no trato social isso é em parte destituído. (I., estudante, não deficiente)

Nas entrevistas acima transcritas, 22 dos 24 entrevistados falam de preconceito, o tema mais comum no trabalho. Quase toda literatura da área também versa sobre esse tema que, embora existente, é velado. Sabemos que ele existe,

mas há um silêncio, um evitar especialmente quando tal temática exigiria ações práticas e específicas, ações e enfrentamentos para sua erradicação.

Ilustrando a temática do preconceito com os deficientes em nossa sociedade, como exemplo ilustra-se preconceito religioso. Um dos mais comuns no Brasil, e o silêncio existente nessa realidade é algo que, particularmente, impressiona. Especialmente quando se nota deficientes sendo usados como forma de arrebanhamento de fiéis para cultos midiáticos no mercado de milagres e quando pessoas em situação de vulnerabilidade são usadas para fins comerciais. Exemplificaria o amor ao próximo?

Em nossas vivências e em pesquisa aprendemos que o pior tipo de preconceito vivenciado por deficientes é o religioso, por seu teor de covardia, no aproveitamento da vulnerabilidade existente, na exploração do sofrimento humano visando a ganhos e dividendos econômicos. Deficientes oferecem ao espetáculo da fé, a possibilidade de milagres, que por sua vez atraem e fidelizam fiéis no espetáculo televisivo religioso. Os "milagres" que apresentam aleijados andando e erguendo cadeiras de rodas, surdos ouvindo, cegos enxergando tem uma ampla problemática, à proporção que pessoas em desespero tendem a procurar milagres e não tratamentos de saúde. E qual é o preço cobrado por um milagre como esse? Todo marketing religioso é centrado nas possibilidades de salvação religiosa e na possibilidade de cura milagrosa, os efeitos especiais da fé. Mais fiéis maiores arrecadação e dízimo. E por que não existem ações específicas para o combate de tais práticas?

Aqui é mostrado apenas mais um problema social recorrente, e que apresenta um grande silêncio. Nisso foi tentado mostrar formas existentes de preconceito que ressoam na vida das pessoas com deficiência, outro tema que mostra o descaso das autoridades e da sociedade, e que pode ser traduzido como outra forma de preconceito, na medida em que a ajuda real é substituída pelo emprego da diferenciação, com ganhos em cima de uma situação de vulnerabilidade.

É pretensão futura o aprofundamento dos estudos em uma continuidade, abarcando mais a temática do preconceito na sociedade. É promissora a hipótese do preconceito como um fato social total, especialmente quando se observa que o poder político, mobilizado por interesses econômicos, agencia discursos e

ideologias, assim como o poder legislativo e judiciário visando a lucros e rentabilidade. A destituição ou negação do direito de minorias existente hoje no Brasil é evidente, como por exemplo, em projetos de lei como o chamado "cura gay" do deputado federal João Campos, ou a revisão do direito de povos indígenas pela bancada ruralista no ano de 2012/2013. São apenas pequenos exemplos de como discursos têm sido articulados, de como direitos são destituídos, visando a interesses econômicos e ou à manutenção de poder por certos grupos sociais. Nogueira (1985), ao estudar as formas de racismo, fala de uma realidade semelhante para a qual existe toda uma estrutura de manutenção e diferenciação de indivíduos por sua raça.

No caso específico de deficientes, atitudes por parte do governo exigiriam gastos. E, na atualidade, a contenção de custos e privatização com a gestão, com contingenciamento de verbas destinadas à educação, à saúde é uma realidade, assim como a negação ao direito das minorias. Há uma enorme distância entre promessas, discursos e a prática, e há uma "contaminação" na distribuição dos discursos disso recorrentes na chamada promessa do algo que um dia vai ser feito.

É interessante delimitarmos o sentido da palavra preconceito. Segundo o dicionário de Língua Portuguesa da editora Melhoramentos, diz-se da palavra: preconceito sm ( pré + conceito ):

1. Conceito ou opinião formado antes de ter os conhecimentos adequados;
2. Opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão;
3. Superstição que obriga a certos atos ou impede que eles se pratiquem;
4. Sociologia- Atitude emocionalmente condicionada, baseada em crença, opinião ou generalização, determinando simpatia ou antipatia para com indivíduos ou grupos;
5. Preconceito de classe: atitudes discriminatórias incondicionadas, contra pessoas de outra classe social;
6. Preconceito racial: manifestação hostil ou desprezo contra indivíduos ou povos de outras raças;
7. Preconceito religioso: intolerância manifestada contra indivíduos ou grupos que seguem outras religiões.

As variações que encontradas em outros dicionários pouco acrescentam as ideias anteriores. Porém, é interessante a observação do estado irracional presente na questão do preconceito e que suscita raiva, desprezo, apatia. O desconhecimento sobre o outro ou sobre a situação é que suscita o preconceito. O jogo social de disputa pelo poder acirra tais mecanismos em uma reinvenção de discursos e práticas que tornam um ser ou objeto destituídos de sentido e identidade real. A estereotipia nesse sentido determina e delimita o caráter com o qual o jogo social ocorrerá, emergindo conflitos desta estrutura que terá a arbitrariedade como forma essencial. Nesse sentido, como o questionado por Sahlins (2007), se poderia questionar o preconceito como uma cosmologia do capitalismo, à proporção que tais estruturas fomentam a política, igrejas, economias. O medo direcionado traz lucros e dividendos, tornando-se elemento de troca e ganhos sociais, ideia sobre a qual há intenções de estudos posteriores mais profundos. Por isso, como hipótese é considerada a ideia do preconceito como um fato social total (MAUSS, 2003) à proporção que em várias esferas ele se alastra: poder, política, economia, religião, honra, e disputas (guerra). O preconceito abarca todos estes campos da sociedade, agindo nos bastidores por vezes de forma velada, indireta, fazendo parte de regras e convenções nem sempre claras, em códigos de conduta e comportamento, em rituais nem sempre evidentes, por isso a dificuldade de combatê-lo. Porém, embora velado e não assumido, o preconceito mobiliza todas instâncias da sociedade, gerando categorias, identidades, regras de convívio, rituais, tornando a ideia de ética flexível, como um conceito maleável: ética e regras para quem?

Com relação aos deficientes, nesta pesquisa ficou evidente que a própria conceituação do que são os deficientes tem um tom obscuro fundamentado em ideias pré-concebidas que destituem da realidade dessa população suas características reais, suas potencialidades e capacidades. A existência de opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão, faz parte de vários discursos encontrados, especialmente quando da destituição da ideia de pessoa ou de cidadania, colocando pessoas com deficiência em condição de sub-humanidade, comparáveis a animais. A estereotipia comprova por seus rótulos o teor de imaginário, gerando crenças, credices sobre

uma realidade diferenciada. Assim, as ideias que delimitam o conceito de preconceito são presentes na vida das pessoas com deficiência.

É perceptível que o Brasil, visto como "terra de cordialidade", traveste outra realidade. No calar da noite, de forma velada, reflete para minorias ainda muita segregação. É possível acreditar que enquanto isto não se tornar público, discutido à exaustão, refletido, não teremos mudanças, nem mudança de atitudes. Vivemos uma realidade de subdesenvolvimento e a péssima distribuição de renda, a divisão social disso derivada acentua a problemática das diferenças na sociedade.

Vindo de outra área, atuando como analista e psicólogo clínico foi possível em todo este estudo, refletir sobre como é constituída a diferença na sociedade, descobrir como estereótipos são forjados, e como isso reflete na constituição da identidade. Foi também possível perceber que existem pontes metodológicas e teóricas entre os autores que uso na Psicologia e os encontrados com os estudos das Ciências Sociais e da Antropologia, estabelecendo entre si um rico diálogo. Estudar outra área, ao mesmo tempo em que intrigante e prazeroso, foi desafiador. Especialmente por também enfrentar as mesmas dificuldades encontradas e aqui narradas pelos sujeitos entrevistados. Um desafio transformado em uma pesquisa a qual apresento e que deixo à disposição de outras pessoas com deficiência, e a serviço da própria instituição que me recebeu para o desenvolvimento de todo este estudo.

## REFERÊNCIAS

AIHARA, Keiko Kawano. *Aspectos da identidade social do deficiente físico: um estudo exploratório*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: PUC-SP, 1988. 111p.

AMARAL, Ligia Assumpção. Sobre Crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio. *Diferenças e preconceito na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1998.

\_\_\_\_\_. Diferenças, estigma e preconceito: o desafio da inclusão. In: OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Psicologia, educação e temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pensar a diferença/deficiência*. Brasília: Coorde, 1994.

AMARAL, Rita; COELHO, Antônio Carlos. Nem Santos, nem Demônios – considerações sobre a imagem social e a auto-imagem das pessoas ditas "deficientes". *Os Urbanitas - Revista Digital de Antropologia Urbana*, v. 1, out. 2003. Disponível em: <http://www.osurbanitas.org/antropologia/osurbanitas/revista/urbanitas1.html>. Acesso em: 5 out. 2013.

ANZALDÚA, Gloria. La prieta. *Debate Feminista*, Mexico, año 12, v. 24, p. 129-141, octubre de 2001.

APPIAH, Kwame Anthony. A Invenção da África. In: \_\_\_\_\_. *Na casa do meu pai, a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

AQUINO, Tomás. *Suma Teológica*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 117, p. 127-147, nov. 2005.

BAASCH, Aline Knepper Mendes. *Sexualidade na lesão medular*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento). Florianópolis: UDESC, 2008. 267p.

BHABHA, Homi. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: *O local da cultura*. 2ª reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2003. p. 198-238.

BARBOSA, Ana Mãe. Arte e inclusão. In: ANDRIES, André (Org.). Programa Arte Sem Barreiras: educação, arte e inclusão. *FUNARTE*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 21-24, 2002.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador, e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000. p. 26.

BARROS, Alessandra. Limites à condenação do aborto seletivo: a deficiência em contextos de países periféricos. *PHYSIS*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 35-48, 2003.

BATISTA, Cecília Guarnieri; NUNES, da Silveira. Avaliação assistida de habilidades cognitivas em crianças com deficiência visual e com dificuldades de aprendizagem. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 381-393, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v.15, n.1, p. 193-215, 2007.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (Org.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2004. p. 21-51.

BRASIL. *Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Decreto 3.298, de 21 de dezembro de 1999, regulamenta a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CORDE. *Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência*. Brasília: CORDE: SEDH, 2007.

BRASIL MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. *Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição*. Brasília: Ministério da Saúde - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, 1989.

BRASIL. Decreto no. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 08 mai. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9131, de 24 de novembro de 1995. Brasília. 1995. Disponível em: [http://www.pen.uem.br/legislacao/LEI\\_9131-95\\_CNE.htm](http://www.pen.uem.br/legislacao/LEI_9131-95_CNE.htm). Acesso em: 04 set. 2007.

CAMARGO, E. A. A. A. *Concepções da deficiência mental por pais e profissionais e a constituição da subjetividade da pessoa deficiente*. 2000. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2000.

CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CARMO, Apolônio A. *Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera, discrimina*. Brasília: PR/Secretaria dos Desportos, 1991.

CANESQUI, A. M. *Estudos socio-antropológicos sobre os adoecidos crônicos*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARRILLO, Jesús. *Entrevista com Beatriz Preciado*. Disponível em: [http://www.vvvvvv.poesis.ufflg/PDF/poesis15/Poesis\\_15\\_EntrevistaBeatriz.pcl\\_f](http://www.vvvvvv.poesis.ufflg/PDF/poesis15/Poesis_15_EntrevistaBeatriz.pcl_f) Acesso em: 30 set. 2012.

CAVALCANTE, F.G.; MINAYO, M.C.S. Representações sociais sobre direitos e violência na área da deficiência. *Cienc. Saude Colet.*, v.14, n.1, p.57-66, 2009.

CELEGUIM, Cristiane Regina Jorge/ Roesler, Heloísa Maria Kiehl Noronha "A INVISIBILIDADE SOCIAL NO ÂMBITO DO TRABALHO" *INTERAÇÃO Revista Científica da Faculdade das Américas* Ano III - número 1 - 1º semestre de 2009.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Fernando Braga da. *Homens Invisíveis: Relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, V. A. *Diferença, desvio, preconceito e estigma: a questão da deficiência*. Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/trabalho.doc>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

CRAPANZANO, Vicent. *A cena: lançando sombra sobre o real*. Rio de Janeiro: Mana, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010493132005000200002&script=sci\\_arttet](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010493132005000200002&script=sci_arttet).

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007. 89p. (Coleção Primeiros Passos)

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo* (1966). São Paulo: Perspectiva, 1976.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Introdução à arquetipologia geral. Tradução Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa* (1912). São Paulo: Paulinas, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994.

FONTES, Malu. Uma leitura do culto contemporâneo ao corpo. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, Recôncavos, v. 1, n. 1, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Trad. de Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 115.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade*. v. I. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os anormais: curso no Collège de France* (1974 - 1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 241 p.

\_\_\_\_\_. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós Ibérica, S. 4, 1990.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FRANCIS, Paulo. *Cabeça de papel*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.

FREUD, Sigmund. A psicoterapia da histeria, 1893. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a histeria*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 271-316. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 2)

\_\_\_\_\_. As neuropsicoses de defesa, 1894. In: \_\_\_\_\_. *Primeiras publicações psicanalíticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 53-77. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 3)

\_\_\_\_\_. Prefácio para cinco lições de psicanálise. *Obras Completas*, v. XI (1910). São Paulo: Ed. Imago, 1979.

\_\_\_\_\_. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar, 1893. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a histeria*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 39-55. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 2)

GARCIA, Maria Teresa; BEATÓN, Guillermo Arias. *Necessidades educativas especiais: desde o enfoque histórico-cultural*. São Paulo: Linear B, 2004.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara; Koogan, 1989.

GESSER, Marivete. *Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física*. Tese (Doutorado em psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GESSER, Marivete; BROGNOLI, Felipe Faria; GRANDO, José Carlos. Exclusão e preconceito: do padrão ao corpo diferente. *Dynamis*, Blumenau, v. 9, n. 37, p. 88-96, 2001.

GODOLPHIM, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. In: ECKERT, Cornelia; GODOLPHIM, Nuno (Org.). *Antropologia Visual*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 125 -142.

GUENTHER, Z. C. O aluno bem-dotado na escola regular: celebrando a diversidade, incluindo as diferenças. *Revista Escritos sobre Educação*, Ibirité, v. 2, n. 1, p. 43-54, jan-jun. 2003.

GOLDENBERG, Mirian. *Nú & Vestido*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989. p. 31-61.

JUNG, Carl Gustav. A Persona como segmento da psique coletiva( 1916). In: *O Eu e o inconsciente*. 15. ed. Tradução de Dra. Dora Maria Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Aion o estudo sobre a simbologia do simesmo* (1945) Petrópolis: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. O espírito na arte e na ciência. Paracelso (1929). Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *O homem e seus símbolos*. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1989.

KANT DE LIMA, Roberto. Éticas e identidades profissionais em uma perspectiva comparada. In: VICTORA, Ceres et al. (Org). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF. 2004. p. 73-77.

LE BRETON, D. *Antropología del cuerpo y modernidad*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1995.

LIMA, Ari. Legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual? *Afro-Ásfú*, p. 25-26, 2001.

LIMA, Jorge Antonio Monteiro de. Deficiência visual e sonhos arquetípicos. *Revista Viver Psicologia*, São Paulo, n. ano XII, n. 130, p. 16-19, nov. 2003.

\_\_\_\_\_. *Tirésias - A busca da doença e o encontro com a saúde*. São Paulo: Ed. Vetor psicopedagógica, 1999.

LOVO, Thaís Maria Albani. *Anosognosia, imagem corporal na hemiplegia*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Campinas: UNICAMP, 2006. 167p.

MAFFESOLI, Michel. *Tempo das tribos: o declínio do Individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 54 e 55.

MANTOAN. M. T. E. Inclusão escolar: caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. *Revista Outro Olhar*, Belo Horizonte, ano IV, nº 4, out. 2005.

MARTINS, Bruno Sena. *Transgressão corporal e cegueira: representações dilacerantes*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 2006.

MARTINS, J. A.; BARSAGLINI, R. A. Aspectos da identidade na experiência da deficiência física: um olhar socioantropológico. *Comunicação Saúde Educação* Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo(1934). In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003. p. 399-422.

\_\_\_\_\_. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa (1938). In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003. p. 367-397.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

\_\_\_\_\_; HUBERT, Henri. *Sobre o sacrifício*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MELO, Débora. *Mais de 45 milhões de brasileiros têm alguma deficiência; 9,5 milhões são idosos*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/29/idosos-e-mulheres-sao-maioria-entre-portadores-de-deficiencia-aponta-ibge.htm#http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/29/idosos-e-mulheres-sao-maioria-entre-portadores-de-deficiencia-aponta-ibge.htm>. Acesso em: 29 jun. 2012.

MELLO, Anahi Guedes. *Por uma abordagem antropológica da deficiência: pessoa, corpo e subjetividade*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1260958580TCCxAnahi.pdf>. Acesso em 12 mai. 2012.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P & JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOUKARZEL, M. G. M. *Sexualidade e deficiência: superando estigmas em busca da emancipação*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

MALUF, Sonia W. Corpo e Corporalidade nas Culturas Contemporâneas: abordagens antropológicas. Dossiê Corpo e História. *Revista Esboços*, v. 9, n. 9, p. 87-101, 2001.

\_\_\_\_\_. *Gênero, subjetividade e "Saúde Mental": políticas públicas, ativismo e experiências sociais em torno de gênero e "saúde mental"*. In: Projeto de pesquisa, Edital CNPq Universal, 2006.

MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. Trad. portuguesa. Lisboa: Ed. Avante, 1983.

NATANSOHN, L. Graciela. O corpo feminino como objeto médico e "mediático". *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 287-304, mai.-ago. 2005.

NETO, Paulo Poli e CAPONI, Sandra N. C. A medicalização da beleza. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v. 11, n. 23, p. 569-584, set./dez. 2007.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: Editora TAQ, 1954.

ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Cienc. Saúde Colet.*, v. 14, n. 1, p. 67-77, 2009.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas educativas: perspectivas que se abrem para a Educação Especial. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 71, p. 197-220, jul. 2000.

PAIVA, L. L.; GOELLNER, S. V. Reinventando a vida: um estudo qualitativo sobre os significados culturais atribuídos à reconstrução corporal de amputados mediante a protetização. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v. 12, n. 1, p. 485-97, 2008.

PEDRAZA, Rafael Lopez. *Ansiedade cultural*. São Paulo: Editora Paulus, 1997. (Coleção Amor e Psique)

PEREIRA, R. J. *Anatomia da diferença: uma investigação teórico-descritiva da deficiência à luz do cotidiano*. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2006.

PIBER, Miriam. *Identidades "anormais": a (dês)construção dos corpos "deficientes"*. GT: Gênero, Sexualidade e Educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29. 2006, Caxambu - MG. Anais. Caxambú-MG, ANPED, 2006.

PINHO, Osmundo de Araújo. Etnografias do Brau: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, 216, jan.-abr. 2005, p. 127-45.

PLATÃO. *O Sofista* - diálogos. Trad. Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Coleção Os Pensadores)

\_\_\_\_\_. *Timeu* - Crítias - O Segundo Alcebiades - Hípias Menor. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2001.

QUEIROZ, M. S. *Saúde e doença: um enfoque antropológico*. Bauru: Edusc, 2003.

QUEIROZ, Renato da S. & Otta, Ema. O corpo do brasileiro: estudos de estética e beleza , São Paulo, Senac, 2000

RABELO, M.C.; ALVES, P.C.; SOUZA, I.M. Experiência de doença e narrativa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

RIBEIRO, Matilde Silva. Ações afirmativas: polêmicas e Possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 424, set.-dez. 2008

ROCHA, Eucenir Fredini. *Corpo deficiente: em busca da reabilitação? Uma reflexão a partir da ótica das pessoas portadoras de deficiência física*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). São Paulo: USP, 1991. 310p.

SAAD, Suad Nader. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de down. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 9, n. 1, p. 57-78, jan./jun. 2003.

SADE, Marquês de. *A filosofia na alcova*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Pulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 777-821.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2002.

SAHLINS, Marshall. *O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção*. São Paulo. Ed. Vozes, 1997.

SEGATO, Rita. *Alteridades históricas/identidades políticas: una crítica a las certezas del pluralismo global*. Série antropologia, n. 234, Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, 1998.

SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, Ideologia e Representação Social. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, UFSC, Florianópolis, n. 52, dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/download/1944/4434>. Acesso em: 08 ago. 2013.

SHORTER, E. *A History of Psychiatry: From the Era of the Asylum to the Age of Prozac*. New York: John Wiley & Sons, Inc, 1997.

SILVA, José Rodolfo da. “Pós-deficiência” e o “pós-humano”: Tensões teóricas. Tema apresentado no simpósio: Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos - 23 a 26 de agosto de 2010, UFSC. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID\\_SIMPOSIO=175](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=175). Acesso em 12 ago. 2012.

SILVA, Otto. M. *A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo ontem e hoje*. São Paulo: Cedas, 1987.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *O movimento negro e os novos contornos do debate brasileiro sobre raça, etnia e democracia*. ANAIS DO VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Coimbra, 2004, p. 1-301.

SMITH, Randolph, D.; ANDRESEN, E. M. Disability, gender, and unemployment relationships in the United States from the behavioural risk factor surveillance system. *Disability & Society*, Washington, v. 19, n. 4, p. 403-414, 2004.

SPIVAK, Gayatri. *Practical Politics and the Open End*. In: *The Post - Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*. New York: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_. Puede hablar el subalterno? *Revista Colombiana de Antropología*, v. 39, enero-diciembre 2003.

THOMA, Adriana da Silva. Entre normais e anormais: invenções que tecem inclusões e exclusões das alteridades deficientes. In: PELLANDA, N. M. C.; SCHLÜNZEN, E.; SCHLÜNZEN, K. (Org.). *Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

TUCHERMANN, Ieda. *Breve história do corpo e de monstros*. Lisboa: Vega, 1999.

TURNER, Terence. Social body and embodied subject: bodiliness, subjectivity, and sociality among the Kayapo. *Cultural Anthropology*, v. 10, n. 2, p. 143-170, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Acessibilidade UFG. *O que é o núcleo de Acessibilidade*. Disponível em: <http://www.acessibilidade.ufg.br/>. Acesso em: 21 ago. 2012.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/25078528/Observando-o-Familiar>. Acesso em: 14 abr. 2011.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE 1

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Seguindo as normativas de pesquisa no Brasil e os preceitos de ética em pesquisa, após o contato inicial com nossos entrevistados foi apresentado o – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - (TCLE) no qual foram explicitados os objetivos da pesquisa, sua relevância social e científica e informações relativas à garantia do sigilo e do anonimato. Que um entrevistado poderia retirar-se da pesquisa a qualquer momento. Todos os sujeitos convidados aceitaram participar da pesquisa.

Como houve o consentimento dos participantes, as entrevistas foram coletadas pelo email, e outras gravadas e transcritas posteriormente. Por estar lidando com deficientes e empregando o uso da informática na pesquisa de campo, ficam registrados em meus arquivos todos os emails e comunicações desenvolvidas com o consentimento, para o uso das informações colhidas e fornecidas nas pesquisas com os sujeitos.

## APÊNDICE 2

### ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

Dados pessoais:

Nome:

Idade:

Sexo:      idade:

Data de nascimento:

Estado civil (incluir se namora, divorciados,...)

Religião:

Telefones de contato:

E-mail:

Profissão:

Se for professor ou aluno qual área?

Dados da pesquisa:

- A) Você tem tido contato com algum deficiente na universidade?
- B) Quais tipos de deficiência?
- C) Como você lida com esta questão?
- D) Você tem algum conhecimento sobre as deficiências?
- E) Você sente se preparado para interagir com uma pessoa com deficiência?
- F) Como você observa a socialização da pessoa com deficiência na universidade?  
Em sua observação, o deficiente socializa-se bem com os grupos e pessoas existentes? E como você interage?
- G) Em sua opinião, como você observa que a sociedade vê uma pessoa deficiente?
- H) Você acha que professores e alunos interagem bem com a pessoa deficiente?
- I) Em sua opinião e prática, quais as maiores dificuldades que um deficiente pode enfrentar na universidade?
- J) Como você imagina que vive uma pessoa com deficiência?
- K) Em sua opinião, a universidade está preparada para ter alunos deficientes?  
Justifique sua resposta.
- L) O que pode melhorar?

### APÊNDICE 3

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA 2

Dados pessoais:

Nome:

Idade:

Sexo:      Idade:

Data de nascimento:

Estado civil (incluir se namora, divorciados,...)

Filhos?

Cônjuge?

Profissão:

Estuda em que área?

Por que escolheu o curso?

Religião:

Telefones de contato:

E-mail:

Dados da pesquisa:

- A) Você se reconhece uma pessoa com deficiência?
- B) Por quê?
- C) Em caso afirmativo, qual deficiência?
- D) Como você lida com esta questão?
- E) Como você descreveria seu próprio corpo? As pessoas concordam com sua observação frente a seu próprio corpo? Já falou com alguém sobre isso?
- F) Você sente se diferente das demais pessoas? Em quê?
- G) Quais as maiores dificuldades que você enfrenta na sociedade?
- H) Você encontra dificuldades no convívio familiar?
- I) E com sua vida social amigos e colegas, existem dificuldades?
- J) E no espaço urbano, você consegue acesso ou sente que existem locais de maior dificuldade de acesso?
- K) Como você percebe que as pessoas lhe observam?

- L) O que sente, como você fica, a partir desta observação dos outros (como as pessoas lhe observam)?
- M) Quais dificuldades você encontra para estudar?
- N) Existe alguma restrição no campo profissional ou para seus estudos?
- O) Existe alguma diferença entre o que você vive na sociedade com o que ocorre na universidade? E para estudar, existem barreiras? Quais?
- P) Que planos tem para seu futuro?
- Q) Você conhece o Núcleo de Acessibilidade, já recorreu a ele alguma vez?
- R) Você acha que existem barreiras na sociedade? Como você descreveria o jeito que as pessoas veem os deficientes e seu corpo em nossa sociedade? E em seu grupo de convívio?

## APÊNDICE 4

### OS SUJEITOS DE NOSSA PESQUISA

Nesta pesquisa, seguindo o proposto pelo comitê de ética, mantive o sigilo visando a não expor nossos entrevistados. Por isso mantive o sigilo, apresentando-os por siglas, não especificando dados de sua identidade.

Apenas quando cito as falas de coordenadores de área isso é quebrado, sendo que em todas as entrevistas seguimos o estabelecido pelo termo de consentimento livre e esclarecido. Aqui farei uma apresentação geral sobre as categorias ligadas a minha pesquisa.

Entrevistei dez pessoas não deficientes e o crivo de seleção para essas entrevistas era o fato de todos selecionados terem algum contato com pessoas deficientes. Desses, seis eram mulheres, quatro eram homens, nove pessoas são professores, cinco atualmente lecionam na própria UFG.

Outros quatro professores lecionam em outras faculdades ou na rede pública.

Dos sujeitos não deficientes, cinco são alunos de programa de graduação, mestrado ou doutorado. Todos na atualidade têm frequentado o campus da Universidade, seja na condição de professor ou aluno. A escolha, como já outrora descrita, foi aleatória, tentando pegar um público diverso de várias áreas. Apenas um pertence a meu ciclo de convívio e, nesse caso, achei que sua fala poderia ser interessante, justamente por ter essa pessoa um amplo relato de como é a vida de um deficiente, visto que ela acabou por me acompanhar em boa parte desta pesquisa.

Durante a pesquisa de campo abordei pelo menos trinta pessoas não deficientes. Dessas, quinze não tiveram interesse em responder, alguns se negaram logo ao questionário inicial de entrevista, ou marcaram e não compareceram, quando a entrevista havia sido previamente agendada.

Cinco pessoas, embora tendo boa vontade e querendo ajudar, não tinham contato com deficientes, então acabaram sendo descartadas desta pesquisa.

Este público de selecionados não deficientes é constituído de pessoas de classe média alta, com renda maior que cinco salários mínimos, em média.

Todos selecionados têm nível superior completo, boa parte cursando alguma pós-graduação. Todos de áreas diversas da Universidade: humanas, exatas, biológicas.

Sete dos selecionados têm contato esporádico e não frequente com deficientes.

Apenas três dos dez entrevistados falaram que se sentem preparados para lidar com deficientes. Dois disseram que têm se preparado e outros cinco afirmaram que não se sentem preparados.

Quatro entrevistados têm conhecimento mais específico sobre o que são as deficiências. Dois afirmaram que têm conhecimento básico, superficial sobre a área e outros quatro sabem muito pouco a respeito.

Oito dos entrevistados associam diretamente a constituição da deficiência a um estado de saúde doença, normalidade ou anormalidade.

Apenas outros dois entrevistados apontam a um direcionamento complementar nestas respostas falando de individualidades, subjetividade e outras formas de ser.

Nove dos entrevistados afirma que é fácil reconhecer uma pessoa com deficiência, atribuindo isso a seus traços corporais e ou de comportamento.

Quatro dos entrevistados afirmam que é natural lidar com deficientes e pensar nessa temática (desses, dois são pesquisadores e coordenadores na área). Outros seis mostram dificuldade ao lidar com o tema, falando de receio, medo, incômodo, como susto ou estarrecimento.

Sete dos entrevistados não deficientes dizem que o deficiente socializa-se bem. Três falam que o deficiente tem dificuldades para se socializar, ficando isolado diante de barreiras.

Seis dos entrevistados dizem que um deficiente pode ter problemas na socialização com professores e colegas.

Nove dos entrevistados alegam que barreiras de acessibilidade e atitudinais são as maiores dificuldades dos deficientes na sociedade.

Oito dos entrevistados falam abertamente de preconceito e estigma.

Nove entrevistados afirmam que a universidade não está preparada para receber deficientes, que ainda precisa melhorar muito nesse aspecto.

Dos professores entrevistados, nenhum teve treinamento ou acompanhamento para lidar com deficientes.

Sete entrevistados não sabem da existência do Núcleo de Acessibilidade os atributos do departamento e funções.

Agora abarcarei os dados subjetivos da pesquisa. Nesses, as temáticas mais recorrentes dos dados colhidos. A tabulação nessa parte é complexa por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, com questionário e entrevista aberta.

Dos entrevistados não deficientes, seis afirmam que um deficiente pode ter capacidade de superação de problemas. Oito afirmam que a sobrevivência é dura, oferece muita dificuldade.

Os temas mais frequentes encontrados nas entrevistas com as pessoas não deficientes, quando questionadas sobre como são vistos o deficiente e seu corpo em nossa sociedade: a) oito dos entrevistados discorreram sobre: preconceito; fragilidade (pena, dó); invalidez (incapacidade); visão de que não são humanos são outra categoria; desigualdade; serem pessoas desinteressantes, diferentes demais; b) quatro entrevistados falaram de exemplos de superação e possibilidades; c) seis afirmam que mudanças podem ocorrer se houver maior atenção à temática com mudanças estruturais e de políticas públicas e setoriais.

## II- Dos sujeitos deficientes:

Tive acesso a setenta nomes de sujeitos deficientes referentes aos alunos de 2012, segundo semestre da Universidade. Aos dados de 2013, primeiro e segundo semestres, não consegui acesso. O próprio Núcleo de Acessibilidade não tem tais dados, o que para nós é um item bem significativo de pesquisa, à proporção que a entidade que atua na área não tem diálogo com outros órgãos, como o Centro de Seleção e ou o de Informática, que tabula e credencia os dados dos alunos que passam pelo vestibular.

Desses setenta deficientes, quarenta estudam no Campus Samambaia que concentra boa parte dos deficientes, graças ao curso Letras Libras. Os dados sobre os deficientes em minha pesquisa tinham certa divergência porque alternavam no início da pesquisa e no final, quando tive acesso à lista no trabalho de campo.

Dos quarenta deficientes, cerca de quinze que tentei contatar não tinham dados atualizados, não atendendo telefone celular ou fixo, nem respondendo a cartas de convite que inicialmente mandei por email.

Nesta pesquisa entrevistei quatorze sujeitos deficientes. Porém, com dois surdos não tive como desenvolver o trabalho, conforme foi feito com os demais. A esses foram feitas apenas algumas pequenas questões mais pontuais, usando-as como excertos da pesquisa. O mesmo se deu com outro deficiente com Paralisia Cerebral ou PC, com a comunicação mais comprometida. Assim, efetuei onze entrevistas completas e mais três incompletas, por problemas de comunicação.

Dos deficientes entrevistados, onze são alunos, três são funcionários da instituição. Nove entrevistados são mulheres, cinco homens.

Dos entrevistados, 65% tem entre 25 e 30 anos de idade; 20% tem menos de 25 anos; 15% tem mais de 40 anos. 87% estão na graduação e 13% frequentam cursos de pós-graduação.

Cinco deficientes são funcionários públicos; quatro atuam na iniciativa privada; três deficientes têm atuação tanto no serviço público quanto na iniciativa privada (mais de um emprego); nove são desempregados ou estão apenas estudando.

Dos deficientes entrevistados, apenas dois têm mais de cinco anos de experiência profissional no mercado de trabalho.

Apenas um deficiente entrevistado já ocupou em suas atribuições um cargo de chefia (presidente da Associação de Deficientes Visuais do Estado de Goiás).

72% são da classe média baixa, com renda salarial abaixo de cinco salários mínimos; 28% têm renda maior que cinco salários mínimos.

Nove deficientes são casados ou têm relacionamento afetivo estável; outros cinco são solteiros. Oito deficientes moram com a família (pais e irmãos); quatro moram com cônjuge (ou namorado); dois com amigos ou parentes.

80% dos entrevistados fazem cursos ligados à área de humanas; 8% fazem na área de biológicas e 2% na área de exatas.

74% dos deficientes entrevistados estão na Universidade há dois anos e meio, em média.

Sobre a religião, encontramos: cinco evangélicos; dois católicos; um espírita; dois sem definição.

Sobre os dados da pesquisa:

A primeira indagação que fazia quando entrevistava os sujeitos para a pesquisa liga-se à temática da auto identificação e autodenominação. A pessoa para participar da pesquisa deveria se reconhecer como deficiente. Caso ela não se reconhecesse como deficiente, ela não participaria, sendo sua entrevista descartada. Isso ocorreu com alguns entrevistados do público a que tivemos acesso.

Porém, um dado me chamou a atenção, pois dois entrevistados mostraram hesitação ao responder se se consideravam deficientes.

Onze sujeitos entrevistados ligam sua conceituação sobre ser deficiente à temática de saúde, falando de patologias ou disfunções corporais.

Dos entrevistados, sete são deficientes físicos; cinco foram deficientes visuais; dois são surdos. Três têm deficiência moderada, sem comprometimentos significativos; quatro têm deficiência moderada (com necessidade de adaptação); outros sete têm deficiência significativa (necessitando de maior suporte para acessibilidade).

Onze deficientes tentam levar a vida com naturalidade. Três não responderam a essa questão.

Seis deficientes descrevem o próprio corpo como sendo normal, corpo comum, bonito; dois falam apenas das suas características físicas, sem citar a deficiência; dois não responderam a essa questão; um evita se olhar no espelho e fala de problemas de saúde.

Dois deficientes falam que as pessoas não concordam com a forma com que os deficientes descrevem o próprio corpo; cinco não responderam a essa questão; cinco falam que é normal (respondendo também de forma superficial). Dois falam que as pessoas concordam com a forma com que descrevem o próprio corpo.

Seis deficientes sentem que não são diferentes das demais; cinco falam que são diferentes das demais pessoas falando das diferenças físicas.

Entrando novamente em conceitos qualitativos da pesquisa em que é difícil tabelar os dados.

As principais barreiras apontadas pelos deficientes são:

12 dos 14 sujeitos entrevistados falam de preconceito; oito falam de dificuldades de acessibilidade; sete versam sobre barreiras atitudinais; onze falam da dificuldade para o estudo; oito dizem acerca da falta de preparo das pessoas e da sociedade para lidar com os deficientes; e três falam que não têm dificuldades (as com deficiência leve).

Sete deficientes falam que têm apoio e suporte familiar; Quatro não responderam a essa questão; três afirmam que têm dificuldades familiares mais severas (preconceito, descaso, abandono).

Nove deficientes afirmam que não têm problemas com amigos e colegas, tendo boa sociabilidade. Dois afirmam que isso depende de como são construídas as relações; dois não responderam a essa questão.

Sobre a percepção das outras pessoas - como as pessoas lhe veem... Sete deficientes falam que são vistos como incapazes; quatro falam que são vistos com admiração. Quatro falam que são vistos com piedade e pena; três falam que são observados com curiosidade; três falam que são vistos de forma normal; dois falam que as pessoas disfarçam ao olhar-lhes (os com deficiência mais severa);

Três falam da infantilização do deficiente na comunicação, acreditando tais pessoas que o deficiente tem idade mental reduzida ou algum tipo de retardo.

Quatro deficientes falam da nulidade de identidade quando a fala é direcionada a um terceiro e não a ele próprio.

Onze deficientes acabam por sentir-se mal a partir da constatação de como os outros os observam; os três entrevistados deficientes com deficiência leve não têm problemas com isso.

Onze dos deficientes entrevistados têm dificuldades para estudar, encontrando dificuldade para sua acessibilidade; seis reclamam de professores despreparados; cinco falam de falta de suporte da Universidade; quatro falam que falta material didático específico para sua inserção e quatro falam que não têm problemas com relação ao estudo (os com dificuldade leve e moderada). Os cinco cegos entrevistados falam que a Universidade não dispõe de materiais digitalizados e que há falta de monitores ou de pessoal de suporte para seu auxílio. Os sete deficientes físicos falam de falta de acessibilidade no contexto arquitetônico (especialmente com a interligação entre os prédios, calçadas e rampas esburacadas, degraus, ou falta de rampas para cadeirantes). Quatro queixam-se da

falta de respeito com relação às vagas de estacionamento. Cinco reclamam da falta de treinamento de funcionários para auxílio.

Treze entrevistados deficientes afirmam que não há diferença entre o que vivem na universidade com o que vivem na sociedade. Doze deficientes entrevistados afirmam que a Universidade não está preparada para ter alunos deficientes. Dez entrevistados deficientes afirmam que não conhecem o núcleo de Acessibilidade. Dois reclamam especificamente, falando que o departamento não consegue auxiliar lhes efetivamente.

Dez deficientes afirmam que pretendem terminar os estudos e trabalhar. Cinco afirmam que a chance que têm de provar sua capacidade na sociedade está em seus estudos.